Serviço Público Federal

PROCESSO Nº
02001.004046/11-84

NOME: **MINERAÇÃO**
RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A
PROJETO ATLÂNTICO SUL
RS
VOLUME III

ANO: 2011

PROCEDÊNCIA

REFERÊNCIA:

ASSUNTO: MMA/IBAMA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 02001.004046/2011-84
INTERESSADO: RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 419
DATA: 27/11/2012
DOCUMENTO PROCEDÊNCIA: 18/07/2011
RESUMO: LICENÇIAMENTO AMBIENTAL; MINERÇÃO; RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A; PROJETO ATLÂNTICO SUL-RS; VOLUMES 1 A 3

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO

[illegible]ALIZADO NO IBAMA

DILIC/IBAMA
Fl. 396
Ass.:

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 05 dias do mês de novembro de 2014, procedemos a abertura deste volume nº III do processo de nº 02001.004046/2011-84, que se inicia com a página nº 396. Para constar subscrevo e assino.

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 398
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2014 - UASG 183039

Nº Processo: 244/2014.
PREGÃO SISPP Nº 3/2014. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 20503285000190. Contratado : PIEMAR ENGENHARIA LTDA - ME -Objeto: Prestação de serviço de elaboração de projeto executivo de cabeamento estruturado de dados de voz na Surrs. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993 . Vigência: 22/08/2014 a 21/11/2014. Valor Total: R$25.740,00. Fonte: 250183023 - 2014NE803661. Data de Assinatura: 20/08/2014.

(SICON - 21/08/2014)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 183023

Número do Contrato: 62/2011.
Nº Processo: 1105/2011
INEXIGIBILIDADE Nº 125/2011 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 05612947000177. Contratado : CRYO TECHNOLOGIES LTDA - EPP -Objeto: Constituem objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do Contrato n 062/2011 por mais 12 (doze) meses, a partir de 12/08/2014, conforme previsão da Cláusula Segunda deste contrato, sob a egide do artigo 57, inciso IV, da Lei n. 8.666/93; e as nomeações, como Gerente e Fiscal do Contrato, respectivamente, dos servidores PABLO HOLZMEISTER ORTIZ e SIMONE SILVA MARTINES, nos termos do artigo 67, da Lei n. 8.666/93. Fundamento Legal: Lei n 8.666/93 . Vigência: 12/08/2014 a 11/08/2015. Valor Total: R$467.800,00. Fonte: 250183023 - 2014NE800937. Data de Assinatura: 11/08/2014.

(SICON - 21/08/2014)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 183023

Numero do Contrato: 62/2013.
Nº Processo: 15618/2014
PREGÃO SRP Nº 34/2013. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 72381189000625. Contratado : DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA -Objeto: Constitui objeto deste Termo Aditivo a substituição do modelo e especificações do Item 02 do Contrato n. 62/2013, Tablet Dell Latitude 10, descontinuado, pelo Tablet Venue 11 Pro, conforme Memorando n. 064/14/Dplan/Ctinf, constante de fls. 372 do processo administrativo n. 52600.040805/2013-53, com base no artigo 65, Inciso II, alínea "b", da Lei n. 8.666/93. Fundamento Legal: Lei n 8.666/93. Vigência: 15/08/2014 a 30/12/2016. Data de Assinatura: 15/08/2014

(SICON - 21/08/2014)

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 18/2014 - UASG 183023

Nº Processo: 52600.021340/2014 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de proteção individual. Total de Itens Licitados: 00197. Edital: 22/08/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Rua Santa Alexandrina, 416, Prédio Anexo, Terreo Rio Comprido - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 22/08/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/09/2014 as 10h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital deverá ser retirado através dos sites wwww.comprasnet.gov.br ou www.inmetro.gov.br

(SIDEC - 21/08/2014) 183023-18205-2014NE800056

PREGÃO Nº 24/2014 - UASG 183023

Nº Processo: 52600.20583/2014 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação em língua inglesa. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 22/08/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Rua Santa Alexandrina, 416 Rio Comprido - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 22/08/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/09/2014 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido através dos sites: www.comprasnet.gov.br e www.inmetro.gov.br

EDSON LUIZ DE AQUINO
Pregoeiro

(SIDEC - 21/08/2014) 183023-18205-2014NE800056

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2014 - UASG 183025

Nº Processo: 1890/20147.
PREGÃO SISPP Nº 8/2014. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 15718600000189. Contratado : HK SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - - EPP. Objeto: Contratacao de servicos de mao de obra de recepcionistas para o Inmetro em Brasilia. Fundamento Legal: Lei 10520/2002,Lei 5450/2005 Lei 8666/93 e Outras. Vigência: 18/08/2014 a 18/08/2015. Valor Total: R$82.237,97. Fonte: 250183023 - 2014NE800410. Data de Assinatura: 18/08/2014.

(SICON - 21/08/2014) 183023-18205-2014NE800056

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 7/2014

Espécie: Apostilamento nº 7/2014, de 19.8.2014 ao Contrato nº 56/2012, Parte: SUFRAMA, CNPJ/MF N 04.407.029/0001-43 e a empresa RONDÔNIA SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO LTDA-ME, CNPJ/MF N. 05.997.053/0001-42, Signatário pela SUFRAMA a Superintendente-Adjunta de Administração e Ordenadora de Despesas, em exercício, Sra. RAIMUNDA IRACEMA DE CASTRO PACHECO, RG. n. 259.092-SESEG/AM, CPF/MF n. 046.700.192-87. Objeto: Repactuação para o Período de 2014/2014, na forma disposta na Cláusula Quinta do Contrato nº 56/2012. O valor original da prestação mensal de serviços ficará acrescida no valor de R$187,29 (cento e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), correspondente a 9,6863% do valor atualmente p[illegible] (R$1.933,55), passando o novo valor mensal para R$2.120,84 (dois mil, cento e vinte reais e oitenta e quatro centavos), com efeito financeiro retroativo a 1º.1.2014. Em decorrência da repactuação, ocorrerá uma diferença no montante de R$1.904,11 (um mil, novecentos e quatro reais e onze centavos), relativa ao período de 1º.1.2014 a 5.11.2014, em conformidade com o Adendo ao Parecer Técnico nº 03/2014 (fl.448)
DA COBERTURA LEGAL DA DESPESA: As despesas resultantes deste aditamento correrão à conta dos seguintes destaques orçamentários da SUFRAMA Funcional Programática: 22.122.2121.2000.0001 - Administração da Unidade - Plano Orçamentário 0003 - Despesas Gerais da Administração - PTRES 063620 - Fonte - 174, Natureza da Despesa 339037 - Outros Serviços de Terceiros - Locação de Mão de obra. Nota de Empenho nº 2014NE800254, de 4.8.2014, no valor de R$ 1.904,11, para atender despesas com diferença de repactuação no exercício de 2014

Ministério do Esporte

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
DIRETORIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO CORPORATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2013/APO

Processo nº: 91215.000064/2013-73. Contratante: Autoridade Pública Olímpica, CNPJ: 14.039.541/0001-38. Contratada: Woltauto Administração e Locação Ltda., CNPJ: 38.002.358/00001-26. Prorroga a vigência do contrato em 06 meses, com vigência a partir de 21/08/2014 até 21/02/2015. Altera a Cláusula de Dotação Orçamentária para o Programa de Trabalho: 27.811.6102.1APO.0001. Fonte: 0609910051 - Nota de Empenho: 2014NE800045, 2014NE800046 e 2014NE800047. Data da assinatura: 19/08/2014.

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2014 - UASG 193113

Nº Processo: 02013000357201488
INEXIGIBILIDADE Nº 1/2014. Contratante: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 03507498000171. Contratado : MUNICIPIO DE ARIPUANA -Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de água tratada e de tratamento e coleta de esgoto, para atender a Base Avançada do IBAMA, situado na Rua Padre Ezequiel Ramin, s/n, Centro, Aripuanã-MT. Fundamento Legal: Inciso I, art. 25 da Lei 8.666/93. Vigência: a partir de 04/08/2014, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R$999,96. Fonte: 174193034 - 2014NE800128. Data de Assinatura: 04/08/2014.

(SICON - 21/08/2014) 193099-19211-2014NE800006

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 193113

Número do Contrato: 4/2013
Nº Processo: 02013000310201333
INEXIGIBILIDADE Nº 3/2013. Contratante: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 34028316001690. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por 12 (doze) meses apartir de 19/08/2014 a 18/08/2015 com fundamento no Inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93 e cláusula setima-da vigência do presente contrato. Fundamento Legal: Inciso I, art. 25 da Lei 8666/93. Vigência: 19/08/2014 a 18/08/2015. Valor Total: R$22.759,56. Fonte: 174193034 - 2014NE800010. Data de Assinatura: 14/08/2014.

(SICON - 21/08/2014) 193099-19211-2014NE800006

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 15/2014

Processo nº 02501.001140/2014-93. Objeto: Aquisição de Material de Apoio a Eventos. Licitantes vencedoras para os itens nº 1, 2, 3, 9 e 10, Alto Relevo Produções e Eventos Fotográficos Ltda no valor total de R$ 49.178,00 para o item nº 4, Sagassi Industria e Comércio de Confec. Ltda, valor R$ 11.780,00 item nº 5, Promocorte Comercio e Serviços Ltda, valor R$ 9.100,00 item nº 6, FM10 Serviços de Publicidade na Internet Ltda, valor R$ 9.980,00 item nº 7, Imediato Comércio de Brindes Ltda, valor R$ 41.320,00 item nº 8, Kátia Giovana Rezende Gonçalves, valor R$7.740,00, item nº 11, KD Comércio Atacadista Ltda, valor R$ 4.696,50

VIRGILIO DE AZEVEDO MAIA FILHO
Pregoeiro

(SIDEC - 21/08/2014) 443001-44205-2014NE800089

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00010/2014 ao Convênio Nº 769852/2012. Convenentes: Concedente - FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Unidade Gestora: 443024, Gestão: 00001. Convenente - INSTITUTO GEA - ETICA E MEIO AMBIENTE, CNPJ nº 03.362.070/0001-21. Prorrogação do prazo de encerramento do convênio para 30 de junho de 2015. Valor Total: R$ 329.400,00. Valor de Contrapartida: R$ 30.600,00. Vigência: 23/12/2013 a 30/06/2015. Data de Assinatura: 21/08/2014. Signatários: Concedente - IZABELLA MONICA VIEIRA TEIXEIRA, CPF nº 279.754.601-68, Convenente - ANA MARIA DOMINGUES LUZ, CPF nº 157.072.988-35.

(SICONV(PORTAL) - 21/08/2014)

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROCESSO: 02001.001419/2014-54 ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Nº 17/2014, que celebram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Sustentável e Meio Ambiente d Rio Grande do Norte - IDEMA. OBJETO: O presente instrumento tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre os partícipes com vistas a elaboração de Termos de Referência - TRs para elaboração de Plano de Recuperação de Areas Degradadas - PRAD para recuperação ambiental das areas de preservação permanente de estuários e mangues do Rio Apodi-Mossoró ocupadas irregularmente por empreendimentos do setor salineiro no Rio Grande do Norte e objeto de ações fiscalizatorias realizadas pelo IBAMA na denominada "Operação Ouro Branco". VIGÊNCIA: Este Acordo vigorará por 180 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, em comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo. DATA DE ASSINATURA: Brasília, 20 de agosto de 2014. PELO IBAMA: VOLNEY ZANARDI JUNIOR - Presidente. PELO IDEMA: MANOEL JAMIR FERNANDES JUNIOR - Diretor Geral .

EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatorio de Impacto Ambiental - RIMA, do empreendimento Projeto Reluzo, previsto para ser implantado nos municipios de São José do Norte e Rio Grande -RS. Informa tambem, a quem interessar, que, a contar da data de publicação deste edital, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, poderá ser solicitada Audiência Publica, conforme determina a resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987. Para tanto, torna publico que se encontram à disposição para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do RIMA do referido empreendimento: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis - IBAMA/Sede, Edificio-sede do IBAMA Bloco A, SCEN Trecho 2 - Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, SEPS Qd. 716/913 Sul, Bloco D, Ed. IPHAN, 5º andar, Brasília/DF, CEP:70390-135; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 - Brasília/DF; Prefeitura de Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900,Rio Grande/RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Edgardo Pereira Velho, 635, Bairro Tamandaré CEP: 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QD. 601 Norte, SGAN, Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Indio- FUNAI, SBS, Qd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/DF; Procuradoria da República do Ministério Publico Federal no Municipio de Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP: 96200-380, Rio Grande/RS; FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP: 90020-021 Porto Alegre - RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul Rua Miguel Teixeira, nº 126 Cidade Baixa CEP 90050-250 - Porto Alegre - RS. Informo que o EIA/RIMA encontram-se disponiveis ao público, em meio digital, no sitio www.ibama.gov.br/licenciamento

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 389
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.015700/2014-28
Recebido em: 19/08/2014
Assinatura

Brasilia, DF, 27 de Junho de 2014.

DIGITALIZADO NO IBAMA

Ilma Sra
Julevânia Alves Olegário
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN Trecho 2 Ed Sede do Ibama
CEP 70018-900

Assunto: Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Retiro - Rio Grande Mineração S.A.
Processo IBAMA nº.: 02001.004046/2011-54
Ofício 02001.005196/2014-58 DILIC/IBAMA
Ofício 02001.008706/2014-49 COMOC/IBAMA

Prezada Senhora,

Cumprimentando VSa, venho encaminhar em anexo comprovantes de protocolo de cópias de via impressa do RIMA e via digital do EIA/RIMA junto aos órgãos abaixo listados conforme sua orientação via Ofício acima qualificado:

1. **FEPAM**
   Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
   Av. Borges de Medeiros, 261. Porto Alegre. RS.
   CEP:90020-021

2. **Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul**
   Rua Miguel Teixeira número 126. Cidade Baixa. Porto Alegre. RS.
   CEP: 90050-250

Assim sendo, restam disponibilizadas todas as cópias dos estudos necessárias para compor informação do edital a ser editado pelo IBAMA referente à disponibilização do EIA/RIMA preparado pela Rio Grande Mineração S.A.

Sendo só para o momento subscrevo-me

Atenciosamente

Luiz Augusto Bizzi
Rio Grande Mineração S.A.

À Analista Ambiental

Auristela R. do Carmo

Favor arquivar no processo administrativo do empreendimento em questão. Em 21/08/14.

Att,

Jônatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração
e Obras Civis
COMOC/CETMO/DILIC/IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 100
Proc.: 4096/2011
Rubr.:

À Superintendência do IBAMA – Rio Grande do Sul – Núcleo de Licenciamento Ambiental

Rua Miguel Teixeira, 126 - Cidade Baixa, Porto Alegre - RS, 90050-250

EIA
02001.008706/2014-49
de 05/08/2014

RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A., empresa de direito privado, com sede à Praça Moreira Cabral, 70, conj. 04, sala 20, Centro, município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, CEP 78.020-010, inscrita no CNPJ (MF) nº. 07.840.220/0001-72, comparece à presença de V.Sª, em atendimento ao ofício do IBAMA nº02001.008706/2014-49, para disponibilizar cópia do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizado no Projeto Atlântico Sul.

São José do Norte, 05 de agosto de 2014.

RIO GRANDE MINERAÇÃO S.A.

EM BRANCO

EM BRANCO

COMC[illegible]
Fls.: 401
Proc.: 4046/2011
Rubr.: [illegible]

À Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM)

Av. Borges de Medeiros 261 – 90020-021 - Porto Alegre – RS

RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A., empresa de direito privado, com sede à Praça Moreira Cabral, 70, conj. 04, sala 20, Centro, município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, CEP 78.020-010, inscrita no CNPJ (MF) nº. 07.840.220/0001-72, comparece à presença de V.Sª, para disponibilizar cópia do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizado no Projeto Atlântico Sul.

São José do Norte, 31 de julho de 2014.

RIO GRANDE MINERAÇÃO S.A.

DPRES - FEPAM
Recebido em: [illegible]
Hora: [illegible]
Ass: [illegible]

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.011619/2014-79 DILIC/IBAMA

Brasília, 08 de outubro de 2014.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Dilação de prazo. Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014. IC nº 1.29.006.000189/2012-59**

REFERENCIA: OF 02001.018861/2014-73/MPF/PR/RS

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014, de 22 de setembro de 2014, referente ao IC nº 1.29.006.000189/2012-59, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.018861/2014-73, em 1 de outubro de 2014 para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 7 de outubro de 2014, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis**.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 403
Proc.: 4046/7011
Rubr.:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

PRM-RGR-RS
5408 /2014

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518 - Rio Grande, RS - CEP 96.200-380
Fone/Fax: (53) 3293-5800

Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014 Rio Grande, 22 de setembro de 2014

Senhor Diretor,

No interesse do Inquérito Civil instaurado nesta Procuradoria da República sob o nº 1.29.006.000189/2012-59 (http://www.prrs.mpf.gov.br/home/ bancodocs/pii/prm-rio_grande/, Portaria IC n° 069/2012), encaminho a Vossa Senhoria, **para conhecimento e adoção das medidas cabíveis**, cópia do Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1419/2014, dirigido ao IPHAN, tendo por objeto o licenciamento ambiental do "Projeto Atlântico Sul", em trâmite perante essa autarquia federal sob o nº 02001.004046/2011-84, solicitando informe Vossa Senhoria, **no prazo de 10 dias, (a)** informe o momento processual em que será levada a efeito a análise técnica do correspondente EIA/RIMA, cuja aptidão para tanto encontra-se atestada no Parecer Nº 0001883/2014 COMOC/IBAMA; **(b)** leve em consideração, quando de sua análise técnica, as informações contidas no documento intitulado "Esclarecimentos e Informações Adicionais/Inventário da avifauna de inverno na área de influência do Projeto Bujuru, São José do Norte, RS", de Julho de 2000, elaborado no interesse do licenciamento ambiental do Complexo Minerário do Projeto Bujuru, empreendimento da empresa Paranapanema S/A, que tramitou perante a FEPAM sob o nº 9090-2067/98-8, remetido a essa autarquia federal em fevereiro de 2001, bem como **(c)** encaminhe cópia sua a esta Procuradoria da República.

Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e consideração.

Anelise Becker
Procuradora da República

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: OF
Nº. 02001.018861/2014-73
Recebido em 01/10/2014
Assinatura

Ilustríssimo Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
DD. Diretor de Licenciamento do IBAMA
Brasília, DF

Para a CGTMO

1. Para as providências que o caso requer;
2. atentar ao conteúdo do ofício OF02001.011619/2014-79 DILIC/IBAMA, de 08/10/14, solicitando dilação do prazo.

08/10/2014

Paulo Grieger
Analista Ambiental
Matrícula: 6788130
DILIC/IBAMA

À COMOC,

P/ANÁLISE E RESPOSTA.

-CM 9.10.2014

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador Geral de Transportes,
Mineração e Obras Civis
CGTMO/DILIC/IBAMA

minuta de resposta remetida à CGTMO via DACI Ibama em 15/10/2014.

Jônatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração
e Obras Civis
CGTMO/DILIC/IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 404
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

PRM-RGR-RS
/2014
5252

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518 - Rio Grande, RS - CEP 96.200-380
Fone/Fax: (53) 3293-5800

Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1419/2014 Rio Grande, 17 de setembro de 2014

Senhor Superintendente,

No interesse do Inquérito Civil em trâmite nesta Procuradoria da República sob o nº 1.29.006.000189/2012-59 (http://www.prrs.mpf.gov.br/home/bancodecs/pii/_prm-rio_grande/, Portaria IC nº 069/2012) e considerando que o empreendimento minerário Atlântico Sul, de interesse da empresa Rio Grande Mineração S/A, com localização prevista para o Município de São José do Norte, ora em fase de licenciamento ambiental prévio perante o IBAMA, a exemplo do empreendimento naval de interesse da empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (ora em instalação no mesmo Município e objeto do Parecer Técnico IPHAN nº 030/2011 e da Recomendação SETCOL/PRM/RG/RS nº 02/2014), também poderá levar a perda ou degradação do patrimônio cultural ali presente, em virtude do aumento da migração e especulação imobiliária por ele potencialmente induzidos, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 10 (dez) dias, (a) informe se esse Instituto foi consultado a respeito pelo IBAMA, (b) encaminhando cópia dos pareceres eventualmente emitidos em resposta, (c) inclusive no que tange ao patrimônio arqueológico, bem como (d) emita manifestação acerca das possíveis medidas compensatórias a adotar a respeito, no que tange a possíveis (d.1) bens imóveis a restaurar e (d.2) referências culturais a inventariar.

Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e consideração.

Anelise Becker
Procuradora da República

Ilustríssimo Senhor
Eduardo Hahn
DD. Superintendente Regional do IPHAN/SR/RS
Porto Alegre, RS

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls: 405
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
Marechal Floriano Peixoto, Nº 518
Rio Grande - RS - CEP 96200-380

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Carta
9912354765 - DR/RS
Ministério Público
da União
CORREIOS

IBAMA
DILIC - DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
OFÍCIO Nº 1482/2014
THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
SCEN TRECHO 2 ED. SEDE DO IBAMA
70818900 - BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
ENV/PRM-RGR-RS-00001349/2014

Fls.: 406
Proc.: 4096/2014
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.011619/2014-79 DILIC/IBAMA

Brasília, 08 de outubro de 2014.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Dilação de prazo. Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014. IC nº 1.29.006.000189/2012-59**

REFERENCIA: OF 02001.018861/2014-73/MPF/PR/RS

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014, de 22 de setembro de 2014, referente ao IC nº 1.29.006.000189/2012-59, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.018861/2014-73, em 1 de outubro de 2014 para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 7 de outubro de 2014, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis**.

Atenciosamente, O ORIGINAL FOI ASSINADO

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 409
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

Data: 24-09-2014 [14:26:05]
De: PRRS-Secretaria Tutela Coletiva PRM-RG <PRRS-setcol-rg@mpf.mp.br>
Para: dilic.sede@ibama.gov.br
Assunto: Of. Setcol 1482/2014 - IC 1.29.006.000189/2012-59

Sr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento - DILIC
IBAMA

Encaminho cópia do Of. Setcol 1482/2014 e de seu anexo enviados nesta data ao Sr. via correios.

Atenciosamente

Renato Menna Duarte
PRM/RG - SETCOL
Tel. 053 32935800

Para a CGTMO

1. Para as providências que o caso requer;
2. atentar à providência em solicitação de prazo conforme OF 0200.010793/2014 - 02 DILIC/IBAMA, de 25/09/14.

25/09/2014

Paulo Grieger
Analista Ambiental
Matrícula: 6788130
DILIC/IBAMA

À COMOC,

P/ANÁLISE E RESPOSTA.

25.9.2014

Marcus Vinicius Leite Cabral de Mel
Coordenador Geral de Transportes
Mineração e Obras Civis
CGTMO/DILIC/IBAMA

minuta de resposta remetida à CGTMO em 15/10/14 (via DOC Ibama).

Em 15/10/14.

Coordenador de Mineração e Obras Civis
CGTMO/DILIC/IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 409
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

PRM-RGR-RS
5408 /2014

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518 - Rio Grande, RS - CEP 96.200-380
Fone/Fax: (53) 3293-5800

Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014 Rio Grande, 22 de setembro de 2014

Senhor Diretor,

No interesse do Inquérito Civil instaurado nesta Procuradoria da República sob o nº 1.29.006.000189/2012-59 (http://www.prrs.mpf.gov.br/home/ bancodocs/pii/prm-rio_grande/, Portaria IC nº 069/2012), encaminho a Vossa Senhoria, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis, cópia do Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1419/2014, dirigido ao IPHAN, tendo por objeto o licenciamento ambiental do "Projeto Atlântico Sul", em trâmite perante essa autarquia federal sob o nº 02001.004046/2011-84, solicitando informe Vossa Senhoria, no prazo de 10 dias, (a) informe o momento processual em que será levada à efeito a análise técnica do correspondente EIA/RIMA, cuja aptidão para tanto encontra-se atestada no Parecer Nº 0001883/2014 COMOC/IBAMA; (b) leve em consideração, quando de sua análise técnica, as informações contidas no documento intitulado "Esclarecimentos e Informações Adicionais/Inventário da avifauna de inverno na área de influência do Projeto Bujuru, São José do Norte, RS", de julho de 2000, elaborado no interesse do licenciamento ambiental do Complexo Minerário do Projeto Bujuru, empreendimento da empresa Paranapanema S/A, que tramitou perante a FEPAM sob o nº 9090-2067/98-8, remetido a essa autarquia federal em fevereiro de 2001, bem como (c) encaminhe cópia sua à esta Procuradoria da República.

Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e consideração.

Anelise Becker
Procuradora da República

Ilustríssimo Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
DD. Diretor de Licenciamento do IBAMA
Brasília, DF

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 409
Proc.: 4096/2014
Rubr.:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

PRM-RGR-RS
/2014
5252

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518 - Rio Grande, RS - CEP 96.200-380
Fone/Fax: (53) 3293-5800

Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1419/2014 Rio Grande, 17 de setembro de 2014

Senhor Superintendente,

No interesse do Inquérito Civil em trâmite nesta Procuradoria da República sob o nº 1.29.006.000189/2012-59 (http://www.prrs.mpf.gov.br/home/bancodocs/pii/ prm-rio_grande/, Portaria IC n° 069/2012) e considerando que o empreendimento minerário Atlântico Sul, de interesse da empresa Rio Grande Mineração S/A, com localização prevista para o Município de São José do Norte, ora em fase de licenciamento ambiental prévio perante o IBAMA, a exemplo do empreendimento naval de interesse da empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (ora em instalação no mesmo Município e objeto do Parecer Técnico IPHAN nº 030/2011 e da Recomendação SETCOL/PRM/RG/RS nº 02/2014), também poderá levar a perda ou degradação do patrimônio cultural ali presente, em virtude do aumento da migração e especulação imobiliária por ele potencialmente induzidos, solicito a Vossa Senhoria que, **no prazo de 10 (dez) dias**, (a) informe se esse Instituto foi consultado a respeito pelo IBAMA, (b) encaminhando cópia dos pareceres eventualmente emitidos em resposta, (c) inclusive no que tange ao patrimônio arqueológico, bem como (d) emita manifestação acerca das possíveis medidas compensatórias a adotar a respeito, no que tange a possíveis (d.1) bens imóveis a restaurar e (d.2) referências culturais a inventariar.

Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e consideração.

Anelise Becker
Procuradora da República

Ilustríssimo Senhor
Eduardo Hahn
DD. Superintendente Regional do IPHAN/SR/RS
Porto Alegre, RS

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 430
Proc.: 4096/2014
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.010793/2014-02 DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de setembro de 2014.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República do Ministério Público Federal/Prm/Rio Grande/Rs
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Dilação de prazo. Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014. IC nº 1.29.006.000189/2012-59**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014, de 22 de setembro de 2014, referente Inquérito Civil nº 1.29.006.000189/2012-59 para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 24 de setembro de 2014, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis**.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 411
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF MINUTA DILIC/IBAMA

Brasília, 15 de outubro de 2014.

À Senhora
ANELISE BECKER
Procuradora da República da Procuradoria da República no Município de Rio Grande
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
CEP.: 96.200-380

Assunto: **Resposta ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS N° 1482/2014. ICP n° 1.29.006.000189/2012-59.**

Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, informo a Vossa Senhoria que a análise técnica do EIA/RIMA do Projeto Retiro (anteriormente denominado pelo empreendedor como Projeto Atlântico Sul) está planejada para ser iniciada a partir do início do mês de dezembro de 2014.

2. Quanto ao pedido para que este Intituto considere, na análise técnica do EIA/RIMA, as informações contidas no documento intitulado "Esclarecimentos e informações adicionais/inventário da avifauna de inverno na área de influência do Projeto Bujuru, São José do Norte, RS", comunico que este Instituto avaliará, quando da análise do EIA/RIMA, a conveniência de utilizar o referido estudo, considerando que o estudo em questão foi produzido há mais de uma década (julho 2000). Por fim, encaminho cópia do documento, conforme solicitado.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 412
Proc.: 4046/201
Rubr.:

PROJETO BUJURU

COMPLEXO MINEIRO

- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE -

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Documentos de Referência:

Of/DQA/FEPAM/n°2210-00, de 24 de fevereiro de 2000
Of/DQA/FEPAM/n°3664-00, de 23 de março de 2000

Julho/00

Aos Analistas Ambientais

Auristela

mariana

marcus Vinícius

Patrício

Favor verificar se o estudo é aplicável à análise do Projeto Retiro, considerando a localização do empreendimento e o tempo transcorrido da elaboração deste (atualidade). Em 22/10/14.

Att,

Jônatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

1 – INTRODUÇÃO

Este documento apresenta informações adicionais e esclarecimentos relativos ao EIA/RIMA do Complexo Mineiro do Projeto Bujuru, em atendimento a solicitações formuladas pela Fepam, conforme a seqüência de eventos resumida abaixo:

- Ofício DQA/FEPAM n° 2210-00, de 24 de fevereiro de 2000

Neste ofício, são solicitadas diversas complementações relativas ao diagnóstico do meio biótico da área de interesse ao empreendimento, estruturadas em 10 itens.

Para elaboração das respostas aos questionamentos efetuados, foi solicitada pelo Grupo Paranapanema uma reunião entre o empreendedor, técnicos da Fepam e da Magna Engenharia, reunião esta que foi realizada no dia 15 de março de 2000.

- Ofício DQA /FEPAM n° 3664-00, de 23 de março de 2000

Através deste ofício, a Fepam encaminhou ao empreendedor cópia da Ata da reunião acima referida, acrescentando a exigência de que fosse efetuado um levantamento adicional de campo das aves de arribação de inverno ainda durante a fase de licenciamento prévio do empreendimento.

Em suma, o presente relatório atende às determinações emanadas da reunião de 15 de março, documentada por Ata (na qual são referidos os itens do ofício de 24 de fevereiro), e à exigência do estudo complementar da avifauna.

Para permitir a elaboração das respostas e complementações, foi realizada uma nova avaliação dos dados primários obtidos por ocasião da campanha de amostragem do meio biótico desenvolvida em setembro de 1998 e uma nova campanha destinada à obtenção de dados primários relativos à avifauna de inverno.

Em complementação ao trabalho de gabinete para o atendimento das questões relativas ao mapeamento dos biótopos encontrados na área de influência do empreendimento, foi realizado um sobrevôo das áreas de jazidas da Paranapanema, visando principalmente melhor delimitar as áreas de ocorrência de banhados e alagados temporários, além de checar, em data diversa da anterior (setembro de 1998), a classificação da imagem de satélite utilizada para a definição das classes de uso e cobertura do solo no EIA/RIMA e reavaliação de áreas indicadas para exclusão do polígono a ser minerado, em função de sua importância para a conservação.

Nessa oportunidade foram realizadas diversas tomadas fotográficas, que serviram à ilustração do material cartográfico atualizado e à delimitação das áreas avaliadas.

A seguir, são apresentadas as informações complementares solicitadas, conforme Ata da reunião de 15 de março, e, por fim, o relatório específico sobre o levantamento adicional da avifauna. Abaixo de cada item da Ata, identificado por letras, está reproduzido o item do ofício DQA/FEPAM n°2210-00 ao qual ele se refere, para melhor entendimento das questões e das respectivas respostas.

EM BRANCO

2 – ESCLARECIMENTOS E RESPOSTAS

▫ Ofício DQA /FEPAM nº 3664-00, de 23 de março de 2000

a) O item 1, considerando que a área a ser minerada não incidirá em área de mata, será respondido com uma complementação da caracterização das áreas de mata da ADA avaliando os diferentes níveis de conservação.

1. Descrição mais detalhada das diversas feições das matas quanto a sua estrutruração vertical, incluindo a composição florística dos estratos inferiores (matas arenosas e paludosas)

Com relação à vegetação arbórea das matas seca e paludosa, é importante destacar as diferenças determinadas pela gênese das mesmas, que se traduz nas condições gerais dos ambientes por elas ocupados e na estrutura e fisionomia dessas matas. Enquanto as matas secas estão, na área em estudo, associadas à Barreira III e, portanto, ocupam terrenos mais antigos e melhor consolidados, as matas paludosas podem ser consideradas muito mais jovens (presentes em áreas da Barreira IV), representando a vanguarda da vegetação florestal, enfrentando as condições mais extremas representadas pela saturação hídrica e o acúmulo de matéria orgânica nos horizontes superficiais dos solos.

As matas paludosas representam, portanto, uma etapa específica no processo de sedimentação e colmatação de antigas lagoas costeiras que, até permitir a instalação da vegetação arbórea, passaram por diversas fases, que incluem desde a existência de uma lâmina d'água, passando por uma etapa de banhado, até a instalação das espécies arbóreas. Na área em estudo, as matas secas apresentam uma altura em geral maior do que a das matas paludosas, incluindo indivíduos que superam os 12 m de altura, como são as figueiras e gerivás. Nessas matas encontra-se um estrato herbáceo mais rico do que o das matas paludosas, que em função da inundação periódica, não permitem a instalação de uma cobertura contínua.

Nos estratos inferiores das matas paludosas podem ocorrer espécies que também podem ser encontradas nos banhados, como é o caso de *Eryngium pandanifolium*, que ocupa nessas matas o mesmo nicho que *Bromelia antiacantha* ocupa nas matas secas.

Com relação à composição específica do estrato arbóreo das matas, além de um contingente de espécies de maior plasticidade ecológica e que portanto podem ocorrer em ambas as condições, como *Luehea divaricata, Syagrus romanzoffiana, Vitex megapotamica, Sapium glandulatum* e *Ficus organensis*, há um grupo de espécies exclusivas de cada uma delas e que imprimem a elas seus traços peculiares, como são *Blepharocalix salicifolius, Erythrina crista-galli* e *Sebastiania brasiliensis* nas matas paludosas e *Jodina rhombifolia, Cerus hildmannianus, Guettarda uruguensis, Eugenia hyemalis, Opuntia monacantha* e *Ilex dumosa,* nas matas secas.

O estrato epifítico é bastante rico nos dois tipos de mata, com destaque para diversas espécies de orquídeas e bromélias, além de cactáceas do gênero *Rhipsalis, Microgramma squamulosa* e *Polypodium* sp.

Embora também sujeitas a diversos fatores de alteração, como a presença do gado e a retirada seletiva de madeira, as matas secas apresentam uma continuidade espacial que permite a manutenção de fluxos entre os distintos compartimentos, ao passo que as matas paludosas encontram-se muito mais insularizadas, seja em termos naturais, pela sua distribuição rarefeita na paisagem, seja por efeito da ação antrópica, que no caso em

EM BRANCO

análise tem no cultivo de pinus um importante fator de desestruturação desse tipo de formação.

Quanto ao nível de conservação dessas matas, em linhas gerais, pode-se afirmar que as matas secas estão tanto melhor conservadas quanto maior for o tamanho das manchas e o grau de conectividade entre elas. Além disso, as matas paludosas são mais vulneráveis à ação antrópica, por representarem um estágio menos evoluído do ecossistema florestal e pela sua distribuição em manchas isoladas na paisagem. Cabe salientar que, na ADA, foram identificadas apenas duas manchas significativas da matas paludosas, uma dentro da área prevista para mineração, situada próximo ao farol da Conceição, recomendada para preservação, e a segunda, um pouco mais ao Sul, já fora da área da Paranapanema.

Os mapas das figuras 01 e 02, apresentadas ao final deste relatório, ilustram o texto acima exposto.

b) Os itens 2, 3, 4, 5 e 8 serão respondidos pela Paranapanema conforme solicitado.

2. *Caracterização mais detalhada das diferentes feições das áreas úmidas (banhados permanentes e alagados temporários)*

Um dos principais aspectos relacionados à cobertura vegetal da área de influência do Projeto Bujuru diz respeito às diferenças encontradas entre as áreas de banhado propriamente ditas, em que se estabelecem espécies adaptadas a uma maior disponibilidade de água, e os alagados temporários, que correspondem a áreas de cobertura herbácea que passam certos períodos do ano inundadas mas que podem tolerar a seca nas maiores estiagens.

Os banhados da área de influência encontram-se em locais associados a lagoas de distintos tamanhos, em geral de pouca profundidade, circundadas pela vegetação palustre, que incluem diversas formas biológicas, que vão desde plantas flutuantes livres como *Eichhornia crassipes, Azzola filiculoides* e *Salvinia herzogii,* entre outras, a plantas enraizadas no substrato, cujas folhas flutuam à superfície da água como *Regnellidium diphyllum, Heteranthera reniformis, Echinodorus grandiflorus* e *Pontederia lanceolata.*

Às margens dos corpos d'água, formando uma faixa intermediária entre as áreas alagáveis e os campos mais secos do entorno, são encontradas grandes manchas de espécies herbáceas que formam grandes touceiras, em que se destacam as ciperáceas, como *Scirpus californicus, S. giganteus, Cyperus giganteus, C. megapotamicus, Eleocharis bonariensis*, gramíneas como *Zizianopsis bonariensis, Panicum elephantipes* e *P. prionitis*, além de *Typha dominguensis* e *Eryngium pandanifolium.*

Em função das características de distribuição espacial dessas espécies, que formam mosaicos de áreas variáveis mas em geral na forma de faixas estreitas, essas formações são de difícil individualização nas imagens de satélite. No mapa apresentado no estudo em questão, gerado a partir de imagens do satélite Landsat 5, que trabalha com um pixel de 30 m, as manchas de banhado apresentam-se mais uniformes do que realmente são no terreno.

Os alagados temporários apresentam uma fisionomia mais próxima dos campos propriamente ditos, com um porte em geral baixo, em que podem ser encontradas espécies em comum com as áreas de campos secos, como *Andropogon selloanus, Gamochaeta americana, Centella asiatica, Eriocaulon modestus* e *Panicum racemosum*, além das espécies que apresentam maior afinidade pela abundância de umidade, entre as quais se

EM BRANCO

destacam *Utricularia* spp., *Drosera brevifolia*, *Eleocharis* spp. e *Androtrichum trigynum*, que chega a formar grandes maciços monoespecíficos em certos locais.

É importante destacar o fato de que esse arranjo espacial composto pelos banhados e alagados temporários apresenta uma marcante uniformidade em toda a área de jazidas da Paranapanema, tanto em termos da fisionomia como no que toca à composição florística.

3. *Identificar no quadro D66 (p. 539-540) em que tipo de mata desenvolve-se cada uma das espécies (mata sobre dunas e mata paludosa) e a situação na mata (interior de mata, margem de mata)*

A tabela a seguir traz as informações complementares relativas às espécies ocorrentes nos núcleos de vegetação arbórea presentes na região, considerando as diferenças entre as matas secas e as matas paludosas.

Tabela 1: Lista das espécies das matas, considerando hábito e ocorrência: EE = erva ereta; EA = erva apoiante; ER = erva rasteira; EQ = erva aquática; EB = erva arborescente; AV = árvore; AT = arvoreta; AB = arbusto; EP = epífita; LI= ervas apoiantes, lianas e hemiparasitas; ep = exclusivamente nas matas paludosas; es = exclusivamente nas matas secas; cm = comum a ambas as matas; bd = bordas; in = interior da mata (as duas últimas categorias somente são utilizadas nos casos em que uma especificidade da presença da espécie nas matas).

Nome científico	Família	hábito	observação
Acicarpha tribuloides	Calyceraceae	ER / cm	
Allophylus edulis	Sapindaceae	AT / cm	
Androtrichum trigynum	Cyperaceae	EE / ep / bd	
Aspilia montevidensis	Asteraceae	ER / es /bd	
Azolla filliculoides	Salviniaceae	EQ / ep	em áreas inundáveis
Baccharis radicans	Asteraceae	ER / es	
Blepharocalix salicifolius	Myrtaceae	AV / ep	
Bromelia antiacantha	Bromeliaceae	EE / es / in	
Campylocentrum aromaticum	Orchidaceae	EP / cm / in	
Canna sp.	Cannaceae	EE / es / bd	
Casearia sylvestris	Flacourtiaceae	AT / cm	
Cattleya intermedia	Orchidaceae	EP / cm	
Celtis cf. *iguanea*	Ulmaceae	AT / es	
Centella asiatica	Apiaceae	ER / es	
Cereus hildmannianus	Cactaceae	AT / es	cacto arborescente
Chenopodium ambrosioides	Asteraceae	ER / es	
Chrysophyllum marginatum	Sapotaceae	AT / es	
Cissus cf. *palmata*	Vitaceae	LI / cm	
Citronella sp.	Icacinaceae	AV / cm	
Commelina difusa	Commelinaceae	ER / es / in	
Cordia curassavica	Boraginaceae	ER / es / in	
Cyclopogon sp.	Orchidaceae	EE / es / bd	
Cyperus polystachyos	Cyperaceae	EE / ep / bd	
Daphnopsis racemosa	Thymelaeaceae	AB / es	
Dyospiros inconstans	Ebenaceae	AT / es	
Eleocharis sp.	Cyperaceae	EE / ep / bd	
Elephantoppus molis	Asteraceae	EE / es	
Enhydra anagallis	Asteraceae	EQ / ep	
Ephedra tweediana	Ephedraceae	LI / es / bd	
Equisetum giganteum	Equisetaceae	EE / es	
Eryngium pandanifolium	Apiaceae	EE / ep	
Erythrina crista-galli	Fabaceae	AT / ep	
Erythroxylum argentinum	Erythroxylaceae	AT / es	

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 417
Proc.: 4046/2011
Rubr:
magno

Nome científico	Família	hábito	observação
Eugenia hyemalis	Myrtaceae	AT / es	
Eugenia uruguayensis	Myrtaceae	AT / cm	
Euphorbia papilosa	Euphorbiaceae	EE / es / bd	
Ficus organensis	Moraceae	AV / cm	
Gamochaeta americana	Asteraceae	EE / es	
Gomidesia palustris	Myrtaceae	AT / ep	
Guapira opposita	Nyctaginaceae	AV / es	
Guettarda uruguensis	Rubiaceae	AT / es	
Hexaclamys edulis	Myrtaceae	AT / cm	
Hydrocotyle bonariensis	Apiaceae	ER / cm	
Hydrocotyle ranunculoides	Apiaceae	ER / cm	
Ilex dumosa	Aquifoliaceae	AT / es	
Imperata brasiliensis	Poaceae	EE / es / bd	
Ischaemum minus	Poaceae	ER / es	
Jodina rhombifolia	Santalaceae	AV / es / bd	
Juncus cf. *dombeyanus*	Juncaceae	EE / ep / bd	
Juncus cf. *microcephalus*	Juncaceae	EE / ep / bd	
Limnobium laevigatum	Hydrocharitaceae	EQ / ep	na lâmina d'água
Lithraea brasiliensis	Anacardiaceae	AV / es	
Ludwigia sp.	Oenotheraceae	EQ / ep	na lâmina d'água
Microgramma squamulosa	Polypodiaceae	EP / cm	
Mikania integrifolia	Asteraceae	LI / es	
Myrrhinium atropurpureum	Myrtaceae	AV / es	
Myrciaria cuspidata	Myrtaceae	AT / es	
Myrsine umbellata	Myrsinaceae	AV / cm	
Mysine sp.	Myrsinaceae	AV / cm	
Nymphoides indica	Menyanthaceae	EQ / ep	na lâmina d'água
Opuntia monacantha	Cactaceae	AB / es / bd	
Oxalis sp.	Oxalidaceae	ER / es / bd	
Panicum racemosum	Poaceae	EE / es / bd	
Panicum sabulorum	Poaceae	ER / es /bd	
Panicum sp.	Poaceae	ER / es / bd	
Paspalum vaginatum	Poaceae	ER / es / bd	
Passiflora suberosa	Passifloraceae	LI / es	
Peperomia sp.	Piperaceae	EP / cm	
Petunia integrifolia	Solanaceae	ER / es / bd	
Phrygilanthus acutifolius	Loranthaceae	LI / es	
Plantago cf. *australis*	Plantaginaceae	EE / es / bd	
Pleurothalis sp.	Orchidaceae	EP / cm	
Polygala sp.	Polygalaceae	EP / es	
Polygonum hydropiperoides	Polygoniaceae	EQ / ep	
Psidium cattleyanum	Myrtaceae	AT / es	
Psychotria carthagenensis	Rubiaceae	AB / es / in	
Randia armata	Rubiaceae	AT / cm	
Rhynchospora rugosa	Cyperaceae	EE / ep / bd	
Ruhmora adiantiformis	Aspidiaceae	EE / es / in	
Salvinia herzogii	Salviniaceae	EQ / ep	na lâmina d'água
Sapium glandulatum	Euphorbiaceae	AT / es	
Schinus polygamus	Anacardiaceae	AT es / bd	
Scirpus giganteus	Cyperaceae	EE / ep	na lâmina d'água
Scleria arundinaceae	Cyperaceae	EE / es	
Sebastiania commersoniana	Euphorbiaceae	AT / cm	
Sebastiania brasiliensis	Euphorbiaceae	AV / ep	
Smilax brasiliensis	Smilacaceae	LI / es	

EM BRANCO

vegetal, também são utilizados pelo gado, que também pode ser encontrado nas áreas de matas nativas e mesmo nas bordas das áreas reflorestadas com pinus. Em decorrência disso, torna-se desnecessária a indicação da distribuição desses animais em mapa, uma vez que os animais podem ser encontrados em todas as unidades de paisagens da área de influência do Projeto Bujuru.

A ação do gado mantém os campos ralos nas áreas de campo utilizadas extensivamente, afetando a fisionomia dessas unidades de paisagem e até mesmo a composição florística, em decorrência da seleção de espécies rizomatosas em detrimento das cespitosas. Esse efeito é diretamente proporcional à lotação adotada, que por sua vez apresenta uma notável variação temporal, associada aos padrões tradicionais de uso do solo na região.

Com relação às áreas de mata, utilizadas como abrigo, a presença do gado bovino atua dificultando processo de regeneração natural da vegetação arbórea, através da eliminação de mudas pelo pisoteio e pastejo.

c) *O item 6, **considerando não existir cartografia básica da região na escala solicitada, será apresentado através de mapa em formato vetorial da área a ser lavrada, na escala 1:50.000, com identificação das áreas de banhados permanentes, matas paludosas e matas arenosas.***

6. *Mapeamento das unidades ambientais não claramente perceptíveis na imagem, complementado com reconhecimento de campo, na escala 1:10.000 (...). Em reunião realizada em 15/03/00 ficou deliberado que "será apresentado através de mapa em formato vetorial da área a ser lavrada na escala 1:50.000, com identificação das áreas de banhados permanentes, matas paludosas e matas arenosas.*

O novo levantamento de campo realizado com apoio de sobrevôo da área de estudo permitiu identificar com maior precisão as áreas de alagados temporários e banhados permanentes.

O mapa da figura 01, exposto ao final deste relatório, apresenta uma nova legenda para as áreas de banhados permanentes, que foram identificadas basicamente na área do Capão da Areia, região do Bloco Bujuru Norte. Na região de Estreito, não foram definidas áreas permanentemente alagadas classificáveis como banhados. As demais áreas úmidas correspondem, assim, a alagados temporários, conforme descrição já apresentada acima em resposta ao item 2 do Of. DQA/FEPAM/n°2210-00.

Com relação às matas, à exceção das duas manchas de matas paludosas definidas na área do farol da Conceição, todas as demais classificadas na legenda "matas nativas" correspondem a matas secas, tanto na área de Bujuru como de Estreito (ver figuras 01 e 02).

d) ***O item 7 será respondido com uma nota explicando sobre a presença de felinos, lontras e jacarés. Quanto ao levantamento de aves de arribação de inverno, solicitado neste item, será avaliado pela FEPAM a possibilidade de realização deste levantamento após a emissão da Licença Prévia, podendo ser a captura de roedores realizada neste mesmo momento.***

7. *Tendo em vista o curto período de tempo das amostragens de fauna, solicitamos ampliar o esforço de roedores, distribuído por todos os tipos de hábitat (no mínimo de 30 capturas), levantamento da ocorrência de felinos, confirmação da ocorrência de lontra e*

EM BRANCO

jacaré-do-papo-amarelo e sua localização em mapa e complementação dos levantamentos das aves de arribação estivais

(OBS: No ofício Of. DQA/FEPAM/n°3664-00, o levantamento das aves foi exigido, tendo sido realizado no mês de junho/00, como será exposto adiante).

A ocorrência de jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) na área de influência do empreendimento foi relatada em diversas ocasiões por moradores da região, durante o trabalho de levantamento a campo e em ocasiões posteriores, em visitas da equipe técnica à região. A espécie foi citada no estudo para licenciamento da Barragem da Barra Falsa, no diagnóstico ambiental e no monitoramento do Meio Biótico na implantação da RST-101 e ainda em estudos realizados no PARNA Lagoa do Peixe.

Assim sendo, é indubitável a presença desse animal na área. Considerando ainda a dificuldade de sua visualização, os técnicos responsáveis pelo levantamento da fauna não dedicaram maiores esforços no sentido de conseguir a observação direta de um ou mais indivíduos da espécie, uma vez que isso só serviria para confirmar um dado já conhecido.

A determinação da abundância e dos hábitats utilizados pela espécie na região seriam informações novas e importantes para a elaboração dos programas de lavra e de controle ambiental, mas tais ações demandariam um esforço muito além do que seria adequado para um estudo desse gênero.

A situação é semelhante com relação à ocorrência de lontra (*Lontra longicaudis*), com a diferença de ter sido obtido um registro de predação de peixes que certamente foi feito por um carnívoro aquático, além da observação de pegadas desse animal junto à margem da lagoa Paurá. Em entrevistas realizadas recentemente na região, durante visita à área, foram inquiridos moradores locais que confirmaram a presença da espécie. Os técnicos responsáveis pelo estudo já puderam observar alguns indivíduos ou indícios de sua presença em diferentes pontos da laguna dos Patos e da península de Mostardas, não restando dúvidas de que a área diretamente afetada pelo empreendimento situa-se dentro da zona de distribuição da espécie.

Com relação à ocorrência de felinos, não existem informações consistentes apontando a presença desses animais nessa faixa do litoral do Rio Grande do Sul. A análise das feições da paisagem da região, em que os ambientes florestados são pouco representativos e portanto são escassos os locais de refúgio para felinos, sugere ser pouco provável a sua ocorrência. A colonização dessa região remonta à chegada dos imigrantes açorianos, sendo a pecuária uma das atividades mais arraigadas na economia local. Ao considerar-se o fato de que os criadores de gado vêem esses animais como ameaças, é razoável inferir que, se ocorressem na região em épocas passadas, esses animais sofreram grande pressão de caça.

Os levantamentos de fauna realizados na região, com destaque para aqueles presentes nos Estudos de Impacto Ambiental da Barra Falsa, das rodovias RST-101 trecho Mostardas-Tavares e BR-101 trecho Tavares-São José do Norte e do empreendimento em questão, não obtiveram registros da presença desses animais, seja através de observação direta seja pela visualização de vestígios. Em diversas entrevistas com moradores locais foram realizados questionamentos a esse respeito e as respostas sempre indicavam a ausência desses animais na região.

EM BRANCO

e) *Os itens 9 e 10 serão respondidos com uma complementação das informações existentes no EIA referentes aos habitats-chave e requisitos de habitat para espécies de fauna de interesse especial com vistas à identificação de outras áreas passíveis de restrição.*

9. *Identificar requisitos de hábitats para as espécfies de interesse especial (raras, ameaçadas, endêmicas de valor econômico), em termos de condições do ambiente físico e da cobertura vegetal, correlacionado com sua ocorrência na área, em especial quanto aos aspectos de micro relevo, granulometria e estrutura do solo, estrutura da vegetação, tempo de residência da água nas áreas úmidas e outros identificados pelos especialistas de cada grupo de fauna*

10. Mapeamento da distribuição potencial das espécies de interesse especial, com vistas a identificação de possíveis sítios chaves para sua sobrevivência (locais preferenciais de refúgio, reprodução ou crescimento, sítios com alta riqueza deste grupo de espécies com requisitos particulares que tornam sua distribuição agregada (concentrada em pequenas manchas com atributos particulares

Com relação ao estudo da fauna aquática e da fauna terrestre (especialmente das espécies associadas a ambientes aquáticos), as áreas já definidas no EIA/RIMA para serem excluídas das frentes de lavra atendem às necessidades de sítios-chave para sua sobrevivência. Quanto à avifauna, o novo levantamento de campo realizado identificou outras áreas adicionais a serem excluídas da mineração, conforme texto específico exposto a seguir.

EM BRANCO

INVENTÁRIO DA AVIFAUNA DE INVERNO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO BUJURU, SÃO JOSÉ DO NORTE, RS

▫ Preâmbulo

Em atendimento aos requisitos suplementares estabelecidos pela FEPAM relativamente ao processo de licenciamento ambiental do Complexo Mineiro do Projeto Bujuru, realizou-se entre 22 e 25 de junho do corrente ano uma campanha adicional de amostragem da avifauna na área de influência do referido empreendimento, visando à complementação dos estudos de campo desenvolvidos durante a fase de diagnóstico ambiental da área, em setembro de 1998.

Essa segunda campanha amostral teve como objetivo precipuo obter um panorama da avifauna de inverno nas áreas sujeitas a licenciamento, em face da existência de claras indicações na literatura acerca da ocorrência de várias espécies de aves de arribação hibernais nessa porção do litoral gaúcho. A demanda por um inventário complementar de inverno, manifestada no EIA/RIMA prévio do empreendimento, alicerça-se na necessidade de se avaliar a magnitude do fluxo migratório de aves de arribação provenientes de regiões mais austrais do Cone Sul ou do hemisfério Norte nas áreas em que se localizam as jazidas de minerais pesados da Paranapanema, bem como de se identificarem as principais áreas de concentração e os hábitats mais importantes utilizados por essas aves por ocasião de sua estada em território sul-rio-grandense.

O presente relatório apresenta os resultados obtidos durante essa campanha adicional de amostragem da avifauna, que contribuirão para ampliar a base de informações na qual se fundamenta a avaliação dos impactos potenciais do empreendimento sobre esse grupo da fauna. As novas informações são analisadas e discutidas frente às conclusões, recomendações e tendências geradas a partir da elaboração do EIA/RIMA do Projeto Bujuru, fazendo-se referência, sempre que oportuno, a constatações ou proposições consignadas naquele documento.

No texto a seguir, as expressões "aves visitantes meridionais" (ou "austrais") e "migrantes meridionais" são alternativamente utilizadas para designar as aves de arribação hibernais. Da mesma forma, as expressões "visitantes setentrionais" ou "migrantes neárticos" referem-se às aves de arribação oriundas do Hemisfério Norte, que normalmente se encontram presentes no Estado durante a primavera e verão.

A época em que foi realizado o inventário complementar de que trata o presente relatório é considerada ideal para a observação de espécies de aves que ocorrem apenas como visitantes de inverno no Rio Grande do Sul, ensejando, assim, o pleno cumprimento dos objetivos principais da campanha.

▫ EIA/RIMA do Compexo Mineiro do Projeto Bujuru – sinopse dos principais tópicos relativos à avifauna

Com relação à avifauna migratória, o diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento apontou as praias oceânicas e os campos arenosos úmidos (prados litorâneos) situados ao norte da lagoa Paurá, em grande extensão adjacentes à margem leste do banhado Capão da Areia, como os principais locais de concentração de aves de arribação na área de abrangência do estudo. Essas áreas foram especificamente recomendadas para preservação, tanto em bases legais quanto ecológicas, em vista da diversidade e abundância de aves migratórias que abrigam.

EM BRANCO

Pontos secundários de ocorrência de aves migratórias foram identificados nas áreas de campos arenosos úmidos situados na retaguarda da mata paludosa, nas proximidades do Farol da Conceição, e também junto à barra do Estreito, imediatamente à montante da ponte que permite a travessia desse canal. Tendo em vista a época em que se realizou o inventário de campo para a elaboração do EIA/RIMA, as constatações nele constantes referem-se mormente a espécies migratórias procedentes de regiões temperadas ou subárticas da América do Norte (visitantes setentrionais).

Com relação às aves residentes, o estudo de impacto ambiental identificou os extensos juncais dos banhados Capão da Areia e do Estreito, assim como algumas pequenas lagoas temporárias de água doce situadas imediatamente atrás da faixa de antedunas, na altura do banhado Capão da Areia, como importantes hábitats de reprodução, alimentação e manutenção para a avifauna. Também foi recomendada a proteção a uma pequena extensão de campo arenoso dominado por touceiras da ciperácea *Androtrichum trigynum*, situada entre o areal da lagoa Paurá e a primeira linha de dunas, em razão da descoberta nessa área de uma pequena população de *Spartonoica maluroides* (boininha), pássaro sob risco de extinção.

❑ Métodos empregados na amostragem de inverno – junho/2000

Essencialmente, empregaram-se na presente campanha os mesmos métodos de amostragem adotados durante a fase de diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento (setembro/1998), de modo a serem obtidos resultados comparáveis. As observações de campo foram realizadas de forma não sistemática ao longo de extensas caminhadas, seguindo-se trajetos aleatórios através dos diversos ambientes representados nas áreas de estudo. Em geral, as observações iniciavam ao alvorecer e estendiam-se pelo restante do dia. As aves detectadas foram identificadas visualmente – com auxílio de binóculos – e/ou através do reconhecimento de suas vocalizações, não tendo sido necessária a captura ou coleta de exemplares para posterior identificação.

Todas as subáreas amostradas em setembro de 1998 foram visitadas novamente por ocasião da presente campanha de amostragem, tendo sido cobertas ainda algumas áreas não visitadas anteriormente, tais como os campos arenosos situados na porção norte da área de jazidas do Estreito. Porém, foram feitas apenas breves observações em matas de restinga, tanto por considerar-se que esse hábitat já foi adequadamente amostrado durante a campanha anterior quanto pelo fato de que nenhuma espécie adicional de interesse era esperada especificamente para esse ambiente.

Embora não se tenha aplicado de forma generalizada nenhum método de levantamento quantitativo da avifauna, todos os indivíduos de espécies migratórias ou sob risco de extinção foram contados para obter-se uma idéia de sua abundância e distribuição na área de estudo. Os pontos de registro dessas espécies tiveram sua posição tomada em campo através de GPS. Adicionalmente, os hábitats e micro-hábitats ocupados pelas espécies de maior interesse para fins de licenciamento foram brevemente caracterizados e fotografados.

❑ Resultados obtidos

O Quadro 1, apresentado ao final deste relatório, relaciona as 114 espécies de aves registradas durante a amostragem de campo, a qual totalizou aproximadamente 30 horas de observações. Das espécies registradas, 11 não haviam sido constatadas durante a fase de diagnóstico ambiental da área de influência do Projeto Bujuru, tratando-se, em mais da metade dos casos, de espécies migratórias que estavam ausentes naquele período.

EM BRANCO

As aves de arribação visitantes foram representadas na amostragem de inverno por um total de 15 espécies (Tabela 2), número idêntico àquele encontrado durante a campanha de setembro de 1998. Destas, 8 foram visitantes meridionais, oriundos de regiões mais austrais do Cone Sul do continente, e 7 foram visitantes setentrionais representados por indivíduos invernantes que não migraram para suas áreas de reprodução no Hemisfério Norte.

Aves de arribação hibernais

Das 12 espécies de migrantes austrais citadas na literatura especificamente para a região em que se situa a área de influência do empreendimento (BELTON 1994, NASCIMENTO 1995), 7 tiveram ocorrência confirmada durante os inventários de campo, sendo que uma delas (trinta-réis-de-bico-amarelo, *Sterna sandvicensis*) foi detectada apenas na campanha de setembro de 1998. Além dessas, outras duas espécies cuja ocorrência não era apontada na bibliografia para essa parte do litoral gaúcho foram observadas em campo, constituindo citações novas para a região (marreca-toicinho, *Anas bahamensis*, e pedreiro-dos-andes, *Cinclodes fuscus*).

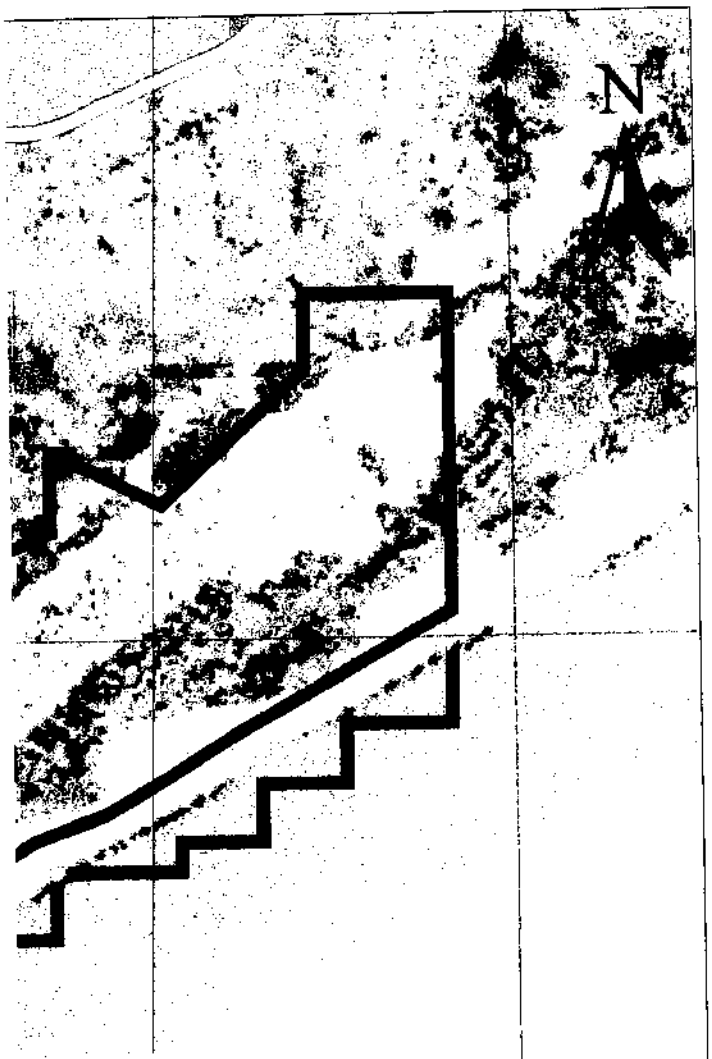
Tabela 2: Aves de arribação visitantes registradas na área de influência do empreendimento, em junho de 2000, e hábitats freqüentados. A coluna "C" indica a categoria de migração: VS = visitante setentrional, VM = visitante meridional. A coluna "A" indica a abundância da espécie no período de amostragem: C = comum, RC = razoavelmente comum, I = incomum e R = raro. A coluna "N" indica o número mínimo de indivíduos de cada espécie detectados durante as observações de campo.

FAMÍLIA/ESPÉCIES	C	A	N	HÁBITAT
ANATIDAE (cisnes, patos e marrecas)				
Anas bahamensis	VM	R	03	lagoas rasas
Anas platalea	VM	R	01	lagoas rasas
CHARADRIIDAE (batuíras)				
*Pluvialis squatarola**	VS	I	10-15	praias oceânicas
Charadrius falklandicus	VM	I	07	praias oceânicas
*Charadrius semipalmatus**	VS	I	11	praias oceânicas
Charadrius modestus	VM	I	16	campos arenosos úmidos
SCOLOPACIDAE (maçaricos de praia)				
*Tringa melanoleuca**	VS	RC	+20	campos alagados, lagoas rasas
*Calidris canutus**	VS	C	340	praias oceânicas
*Calidris fuscicollis**	VS	R	01	alagados
*Calidris alba**	VS	R	15	praias oceânicas
LARIDAE (andorinhas-do-mar ou trinta-réis)				
Sterna hirundinacea	VM	I	10-15	praias oceânicas
*Sterna hirundo**	VS	R	01	praias oceânicas
FURNARIIDAE (joões-de-barro)				
Cinclodes fuscus	VM	I	05	campos arenosos úmidos
TYRANNIDAE (bem-te-vis, suiriris)				
Lessonia rufa	VM	RC	15	campos arenosos úmidos
HIRUNDINIDAE (andorinhas)				
Tachycineta meyeni	VM	C	+100	sobrevoante de campos úmidos e secos, restevas

*Indivíduos invernantes, que não migraram para suas áreas de reprodução.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 424
Proc.: 4046/2011
Rubr.:



LEGENDA

- CAMPOS ARENOSOS SECOS/DUNAS
- CAMPOS / PASTAGENS / AGRICULTURA
- LAGOAS / DRENOS
- FLORESTAMENTO
- MATA NATIVA
- ALAGADOS TEMPORÁRIOS
- CAMPOS ARENOSOS ÚMIDOS
- ZONA URBANA
- JAZIDAS DE MINERAIS PESADOS
- ÁREA A SER LAVRADA
- ÁREA ADICIONAL A SER PRESERVADA: PRESENÇA DE AVES DE ARRIBAÇÃO EM ZONAS ÚMIDAS.

Grupo PARANAPANEMA	- Projeto Bujuru - Lavra, Beneficiamento e Transporte de Minerais Pesados	Escala Gráfica	Figura 02
AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR DE ÁREAS A SEREM PRESERVADAS BLOCO ESTREITO		magna engenharia ltda.	

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 125
Proc.: 4076/2011
Rubr.:

EM BRANCO

As marrecas *Anas bahamensis* e *Anas platalea* (marreca-colhereira) ocorreram em lagoas rasas situadas entre os campos arenosos úmidos e a faixa de dunas móveis (campos arenosos secos), junto ao extremo sul do banhado Capão da Areia (coordenadas UTM 473254/6507720). Ambas foram raras na área de estudo, o que concorda com o *status* geral dessas espécies no Rio Grande do Sul (BELTON 1994).

Sterna hirundinacea (trinta-réis-de-bico-vermelho) apresentou-se muito mais comum em setembro de 1998 do que na campanha amostral de inverno, quando ocorreu exclusivamente na praia oceânica, com uma densidade inferior a 0.3 ind./km. Tendo em vista que essa espécie aparentemente exibe um lento deslocamento progressivo ao longo da costa do Estado, não se detendo por períodos prolongados em nenhuma área específica (VOOREN & CHIARADIA 1990, KLEIN 1991), é provável que o pico de abundância na área de estudo ocorra tardiamente no inverno, o que explica a baixa abundância observada em junho.

Charadrius falklandicus (batuíra-de-coleira-dupla) tem no sul do Chile e Argentina sua principal área de reprodução, mas uma pequena população reproduz-se no Estado durante a primavera e verão (LARA-RESENDE & LEEUWENBERG 1989). No Rio Grande do Sul, a espécie ocorre principalmente como migrante hibernal, ocupando sobretudo as praias oceânicas e areais ou lodaçais úmidos próximos da costa, havendo uma concentração de indivíduos na Lagoa do Peixe (HARRINGTON *et al.* 1986). Na área em apreço, *C. falklandicus* ocorreu unicamente nas praias oceânicas durante a campanha de inverno, embora dois indivíduos em plumagem de reprodução tenham sido vistos na área do banhado Capão da Areia em setembro de 1998 (provavelmente indivíduos reprodutores ou retardatários em migração para o sul do continente). Em dois censos de aves costeiras efetuados na praia oceânica junto à área de influência do empreendimento, a densidade média da espécie foi de 0,7 ind./km, o que corresponde aos valores encontrados por HARRINGTON *et al* (1986) e VOOREN & CHIARADIA (1990) para o litoral médio-leste e sul do Estado.

Charadrius modestus (batuíra-de-peito-avermelhado) foi observado principalmente nos campos arenosos úmidos adjacentes ao banhado Capão da Areia, ao norte do ponto UTM 473254/6507720, mas um pequeno bando de 6 aves foi visto na praia oceânica. Em geral, a espécie ocorreu sob a forma de indivíduos isolados e esparsos, que freqüentavam sobretudo as margens de alagados e lagoas rasas em meio ao campo. *Charadrius modestus* foi incomum na área inventariada, embora concentrações algo maiores ocorram regularmente na Lagoa do Peixe e vizinhanças (HARRINGTON *et al.* 1986, LARA-RESENDE & LEEUWENBERG 1987, BELTON 1994). A espécie reproduz-se na Terra do Fogo e regiões adjacentes do Chile e Argentina.

As populações de *Cinclodes fuscus* (pedreiro-dos-andes) que nidificam no sul e centro da Argentina migram para o norte durante a estação fria, invernando no extremo sul do Brasil, Uruguai e nordeste da Argentina (SICK 1984). A espécie é considerada incomum no Rio Grande do Sul por BELTON (1994) e foi escassa mas regularmente distribuída na área de estudo, ao norte do ponto UTM 473664/6508622. Tipicamente, *C. fuscus* foi observado na beira de pequenas depressões encharcadas, em geral algo lodosas, nos campos arenosos úmidos situados ao largo da extremidade sul do banhado Capão da Areia.

Lessonia rufa (colegial) reproduz-se do centro da Argentina até a Terra do Fogo, sendo um migrante de inverno comum no Rio Grande do Sul, segundo BELTON (1994), que o menciona para o litoral e a fronteira sudoeste. Depois da andorinha-chilena, foi o migrante meridional de mais ampla distribuição na área de estudo. Exemplares, geralmente formando pequenos grupos esparsos, foram registrados na resteva alagada ao norte da lagoa Paurá (ponto UTM 472216/6506548; um indivíduo isolado); nos campos úmidos ao

EM BRANCO

longo da margem leste do banhado Capão da Areia, e nas margens gramadas do canal do Estreito. Esse pequeno pássaro terricola ocupa campos cobertos por gramíneas baixas, tanto secos quanto úmidos (BELTON 1994).

Tachycineta meyeni (andorinha-chilena) foi o migrante austral mais abundante e amplamente distribuído na área inventariada, ocorrendo como sobrevoante em diversos ambientes abertos, geralmente em pequenos grupos. No Rio Grande do Sul, a espécie é considerada incomum e mencionada para o setor leste da Planície Costeira (BELTON 1994).

Aves de arribação neárticas

A permanência nas áreas de invernagem durante o período de reprodução é um fenômeno comum em algumas espécies de aves de arribação originárias do Hemisfério Norte, ocorrendo também no Rio Grande do Sul (LARA-RESENDE & LEEUWENBERG 1987, VOOREN & CHIARADIA 1990, BELTON 1994). Em geral, trata-se de indivíduos que não atingiram a maturidade sexual ou adultos que não conseguiram acumular reservas de gordura suficientes para o longo vôo migratório até as áreas de reprodução, representando apenas uma parcela mínima das populações dessas aves.

Ao todo, 7 espécies de migrantes setentrionais foram registradas durante a campanha de inverno, a maioria sendo representada por poucos indivíduos. A única espécie comum foi *Calidris canutus* (maçarico-de-papo-vermelho), que ocorreu exclusivamente nas praias oceânicas, com uma densidade média de 32 ind./km. *Tringa melanoleuca* (maçarico-grande-de-perna-amarela) foi relativamente comum, tendo sido avistado em alagados em vários pontos da área de estudo.

Considerações sobre as aves de arribação registradas

Com a amostragem de inverno, eleva-se para 23 o número de espécies de aves de arribação com presença constatada na área de influência direta do empreendimento, sendo 14 visitantes setentrionais e 9 visitantes meridionais.

Em relação aos migrantes setentrionais, os resultados da amostragem de inverno indicam que a área de estudo, pelas características favoráveis, concentra um número restrito de indivíduos invernantes que, a cada ano, deixa de empreender a migração até as áreas de reprodução. Presumivelmente, essas aves incluem tanto indivíduos que passam o verão austral na área e estendem sua permanência na região até o período de reprodução quanto indivíduos vindos de outras regiões de invernagem que confluem para lá.

Segundo SICK (1984) e HARRINGTON *et al.* (1986), o volume do fluxo de visitantes meridionais no sul do Brasil é menor do que aquele de migrantes setentrionais, pois estes em geral possuem áreas de reprodução e, conseqüentemente, populações reprodutoras significativamente maiores. Além disso, as aves de arribação que provêm do Cone Sul do continente tendem a distribuir-se mais esparsamente no ambiente do que os migrantes estivais, pois não são necessários pontos de parada intermediários ao longo de suas rotas relativamente curtas de migração. A maioria das espécies envolvidas têm em território gaúcho sua principal ou única área de invernagem no Brasil (SICK 1997). Todos estes aspectos devem ser levados em conta quando se avalia a importância relativa de uma determinada área como sítio de invernagem para aves migratórias austrais.

Embora representantes de uma ou outra espécie visitante meridional possam ser encontrados em virtualmente todas as partes das áreas de jazidas, apenas os campos arenosos úmidos adjacentes ao banhado Capão da Areia e, em muito menor grau, as

EM BRANCO

praias oceânicas, adquirem uma relativa importância como sítios de invernagem para migrantes meridionais na área em apreço. Secundariamente, os campos úmidos no entorno da barra do Estreito revelaram-se atrativos para *Lessonia rufa* e *Tachycineta meyeni*.

As áreas da zona de jazidas onde foram detectadas a maior diversidade e abundância de aves de arribação hibernais coincidem com aquelas indicadas no EIA/RIMA prévio como as mais importantes para aves migratórias setentrionais. Isto se deve ao fato de que as espécies visitantes hibernais e estivais requerem hábitats com características similares para a invernagem.

O estabelecimento de uma relação entre os resultados do estudo da avifauna e certos aspectos paleogeográficos e geomorfológicos do litoral sul-rio-grandense permite algumas conclusões pertinentes. As porções mais recentes da planície costeira gaúcha, incluindo a península arenosa que separa a laguna dos Patos do oceano Atlântico, são marcadas por uma sucessão claramente reconhecível de sistemas deposicionais do tipo laguna-barreira gerados pelos eventos trans-regressivos do Quaternário (ver diagnóstioco do meio físico do EIA/RIMA). A cada evento transgressivo relaciona-se um cordão de dunas fósseis, ou barreira, que assinala a antiga posição da linha da costa no período de máxima transgressão marinha. A regressão subseqüente e o aprisionamento de sistemas lagunares pela formação de novas barreiras deram origem a bacias sedimentares, hoje ocupadas por campos arenosos ou ambientes palustres (VILLWOCK 1984).

Na área de influência do empreendimento, as aves de arribação claramente encontraram-se associadas sobretudo a dois compartimentos geomorfológicos não contíguos do litoral, que são a praia oceânica atual e os campos sobre terraços sedimentares adjacentes à Barreira III, esta bem marcada na atualidade pelo cordão de matas de restinga que se estende sobre a faixa de dunas fósseis.

A partir da falésia formada pela Barreira III, parcialmente erodida durante o último grande evento transgressivo do Holoceno, estende-se em direção à costa uma faixa de campos arenosos úmidos, de largura variável, que se encontra parcialmente separada da mata de restinga por um cordão interrompido de lagoas e banhados estreitos e relativamente profundos (por ex., o banhado Capão da Areia).

Esses campos apresentam uma maior disponibilidade de matéria orgânica em relação aos campos arenosos situados mais próximos da costa e uma cobertura vegetal quase contínua, composta predominantemente por gramíneas de baixo porte, assemelhando-se a gramados suavemente ondulados (prados). Nas partes mais baixas do terreno ocorrem numerosos charcos e alagados temporários, que coalescem junto ao limite com os areais de dunas móveis, originando lagoas rasas relativamente extensas. Estas características e o mosaico de micro-hábitats resultante tornam os campos úmidos junto à Barreira III especialmente atrativos para aves de arribação, oportunizando sua ocupação por um complexo elenco de espécies com diferentes requerimentos ecológicos e pertencentes a diversas famílias taxonômicas.

Os campos arenosos adjacentes à Barreira III são mais extensos ao norte da lagoa Paurá, estendendo-se desde uma resteva alagada ali existente até os limites da área de jazidas de Bujuru, sendo em grande parte contíguos ao canal do banhado Capão da Areia. Mais para o Sul, manchas de campo com características similares reaparecem em uma área logo ao sul da lagoa Paurá, na retaguarda da mata paludosa situada próximo ao farol da Conceição e no entorno da barra do Estreito, a montante da ponte que permite a travessia desse canal.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 429
Proc.: 4040/2011
Rubr.:
magna

Extensos areais quase estéreis, permeados de alagados temporários, separam os campos úmidos freqüentados pelas aves de arribação dos campos arenosos contíguos à linha de dunas primárias, estes por sua vez com uma cobertura vegetal descontínua. Essa transição é marcada por uma abrupta diminuição na diversidade e abundância de aves migratórias, que reaparecem em número e variedade apreciáveis somente na praia oceânica, onde recursos alimentares em abundância encontram-se disponíveis na zona varrida pelas ondas.

Aves residentes e migrantes parciais

O EIA/RIMA do Complexo Mineiro do Projeto Bujuru detectou a presença de uma pequena população de *Spartonoica maluroides* (boininha), pássaro endêmico da região biogeográfica dos Pampas e sob risco de extinção, na área de influência do empreendimento. A espécie havia sido encontrada em um único ponto nas proximidades da lagoa Paurá, num raio de algumas poucas centenas de metros, conforme indicado no mapa da Figura 01, apresentado em anexo a este documento.

Durante a campanha de inverno, *S. maluroides* foi reencontrado nesse mesmo ponto, confirmando a suspeita manifestada no EIA/RIMA de que se trata de uma espécie residente na área. Desta feita, cerca de três indivíduos foram registrados nos arredores do ponto acima referido, bem próximo de onde a espécie havia sido observada em setembro de 1998. O número reduzido de indivíduos detectados muito provavelmente reflete a menor atividade vocal da espécie no inverno.

A exemplo do que ocorreu na campanha anterior, *S. maluroides* ocupou uma pequena extensão de campo arenoso úmido situado na retaguarda da linha de dunas primárias. No ponto dos registros, o hábitat da espécie caracteriza-se pela predominância de moitas e touceiras da ciperácea *Androtrichum trigynum* fixadas sobre pequenos cômoros de areia, perfazendo cerca de 40–50% da cobertura do solo. Essas moitas de vegetação são entremeadas por pequenas clareiras com vegetação rasteira esparsa e alguns poucos alagados temporários. Os campos adjacentes, onde a espécie não ocorreu, apresentavam em geral uma cobertura vegetal mais esparsa e moitas menos densas de *A. trigynum*, além de uma proporção maior de solo alagado.

A despeito de serem os campos arenosos de *A. trigynum* muito comuns em toda a área de estudo, ocupando uma larga faixa de dunas móveis entre a costa e os areais nas margens de lagoas, indivíduos residentes de *S. maluroides* não foram detectados em outros pontos. Presumivelmente, a ocorrência da espécie é bastante influenciada por variações sutis na estrutura do hábitat, tais como a densidade das moitas de *A. trigynum* e a proporção de áreas de solo alagado.

Em adição à população residente, indivíduos da espécie aparentemente em trânsito foram detectados ao longo do banhado Capão da Areia, onde não ocorreram em setembro de 1998, em hábitat pouco apropriado (juncais). Os movimentos migratórios dessa espécie são ainda pouco conhecidos, mas a observação constitui indício de que indivíduos migrantes de *S. maluroides* podem utilizar o cordão interrompido de banhados lineares ao longo do litoral médio-leste do Estado como corredor de migração até hábitats mais apropriados situados ao norte.

Outro indício nesse sentido é fornecido pelo padrão de registro de *Serpophaga nigricans* (joão-pobre), pássaro relativamente comum em ambientes palustres do litoral e metade sul do Estado (BELTON 1994). A espécie não havia sido detectada em setembro de 1998, mas foi encontrada em número apreciável durante o inverno nos juncais das lagoas e banhados da área de estudo. Evidências como essa sugerem que algumas espécies palustres tidas

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 430
Proc.: 4046/2017
Rubr.:

como residentes podem ter suas populações locais aumentadas no inverno pelo afluxo de migrantes austrais ainda não "reconhecidos" devido à escassez de estudos. Presumivelmente, pontos de parada estratégicos e corredores razoavelmente contínuos de hábitats adequados podem ser essenciais para a continuidade desses deslocamentos

Síntese dos resultados obtidos

O inventário complementar de inverno da avifauna resultou nas seguintes constatações principais:

- A área de influência do empreendimento serve como sítio de invernagem para um número considerável de espécies migratórias provenientes do Cone Sul do continente.
- Os principais pontos de ocorrência de aves de arribação hibernais na área de estudo coincidem essencialmente com aqueles utilizados pelos migrantes estivais, ou seja, há uma segregação temporal, mas não espacial, entre as espécies de ambos os fluxos migratórios.
- A área de influência do empreendimento, pelas condições favoráveis, abriga indivíduos invernantes de várias espécies de aves de arribação neárticas.
- Conforme previsto no EIA/RIMA, confirmou-se a existência de uma população residente de *Spartonoica maluroides* (boininha), espécie sob risco de extinção, em um ponto da área inventariada.
- Há indícios de que algumas espécies de passeriformes migratórios podem utilizar o cordão de lagoas e banhados com junco ao longo do litoral médio-leste do Estado como rota de migração até suas áreas de invernagem.

Considerações finais e recomendações

A planície litorânea do Rio Grande do Sul é considerada uma das duas áreas mais importantes para aves migratórias costeiras no Brasil (MORRISON & ROSS 1989). Censos têm demonstrado que as praias oceânicas e sistemas lacustres do litoral centro-sul do Estado são criticamente importantes para várias espécies de maçaricos e andorinhas-do-mar neárticas em suas migrações transcontinentais (MORRISON & ROSS 1989, VOOREN & CHIARADIA 1990), podendo ser importantes também para algumas aves de praia menos conhecidas oriundas do Cone Sul do continente, sobretudo *Charadrius modestus* (batuíra-de-peito-avermelhado) (HARRINGTON *et al.* 1986).

A maior parte das aves de arribação registradas na área de influência do Projeto Bujuru não se encontra ampla e ubiquamente distribuída através da paisagem regional, mas está associada a determinadas feições geomorfológicas restritas dentro da sucessão de ambientes que compõem essa porção do litoral gaúcho, situadas no encontro das Barreiras III e IV. Esta constatação é extensível a outras partes do litoral médio-leste do Rio Grande do Sul. A área próxima da Lagoa do Peixe, por exemplo, considerada estratégica do ponto de vista da conservação de aves de arribação, está situada em sua totalidade abaixo da Barreira III.

Portanto, os impactos do empreendimento especificamente sobre a avifauna migratória devem ter sua magnitude avaliada a partir da dimensão relativa das áreas de lavra situadas no encontro das Barreiras III e IV, considerando a magnitude dos impactos em relação à extensão das zonas a serem mineradas.

Os principais sítios de invernagem de aves de arribação encontrados durante o inventário de campo situam-se dentro ou próximo do perímetro de jazidas e, portanto, a sua eventual

EM BRANCO

exploração representaria a eliminação dos hábitats mais apropriados às aves migratórias ao largo de toda a extensão transversal e ao longo de uma significativa extensão longitudinal do litoral médio-leste do Estado.

Tendo em vista os resultados da amostragem de campo quanto à ocorrência de aves de arribação na área de estudo e as indicações da literatura sobre a enorme importância da planície costeira gaúcha para a conservação de espécies migratórias em escala continental, recomenda-se a exclusão do perímetro a ser lavrado dos campos arenosos úmidos situados ao norte da lagoa Paurá, desde a resteva ali existente (exclusive) até os limites da zona de mineração, em grande parte ao longo da margem leste do banhado Capão da Areia. Pelos mesmos motivos, sugere-se que sejam excluídos do perímetro de lavra também os campos úmidos situados no entorno da barra do Estreito, a montante da ponte que atravessa esse canal de drenagem.

A preservação integral do banhado Capão da Areia e campos úmidos associados encontra respaldo também no fato de que essa área úmida integra o sistema lacustre da Lagoa do Peixe (VOSS, sem data), influindo portanto sobre o regime hídrico desse importante corpo-d'água.

Estima-se que a preservação dessas áreas em seu estado atual, aliada à proteção dispensada às praias oceânicas por força da lei, represente a perpetuação dos principais sítios de invernagem de aves de arribação na área de influência do empreendimento.

Tendo em vista a possibilidade de que algumas espécies migratórias de pássaros utilizam o cordão interrompido de áreas úmidas do litoral médio-leste do Estado como rota de migração, reforça-se a recomendação de conferir proteção integral aos juncais existentes na área de influência do empreendimento, conforme já sugerido no EIA/RIMA do Projeto Bujuru, em especial aqueles dos banhados do Estreito e Capão da Areia.

Com relação às aves residentes, recomenda-se a exclusão da área de lavra de uma área circular com pelo menos 500 m de raio em torno do ponto UTM 472000/6504000, para preservar o hábitat da única população residente de *Spartonoica maluroides* encontrada na área de influência do empreendimento. Para garantir a perpetuação dessa população, recomenda-se ainda que as áreas no entorno imediato dessa mancha de hábitat preservado sejam mineradas fora do período de procriação da espécie, ou seja, apenas entre março e agosto (inclusive), para evitar uma possível intervenção do ruído e movimentação de máquinas sobre o processo reprodutivo.

As áreas adicionais em relação às já apresentadas no EIA/RIMA recomendadas para serem excluídas do perímetro a ser lavrado estão indicadas nos mapas das Figuras 01 e 02, expostos em anexo a este relatório.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 432
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

magna

BIBLIOGRAFIA

BELTON, W. *Aves do Rio Grande do Sul:* distribuição e biologia. São Leopoldo, Editora da UNISINOS, 1994, 584 p.

HARRINGTON, B. A., ANTAS, P. T. Z. & SILVA, F. Northward shorebird migration on the Atlantic coast of southern Brazil. *Vida Silvestre Neotropical*, v. 1, n. 1, p. 45-54, 1986.

KLEIN, G. N. *Aspectos da distribuição temporal e espacial de Laridae no Rio Grande do Sul.* São Leopoldo, UNISINOS, Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Biologia), 1991.

LARA-RESENDE, S. & LEEUWENBERG, F. *Ecological studies of Lagoa do Peixe.* Relatório final às insituições financiadoras, 1987, 52 p.

LARA-RESENDE, S. & LEEUWENBERG, F. A first breeding record of the Two-banded Plover, *Charadrius falklandicus*, in Brazil. *Wader Study Group Bull.*, n. 56, p. 38-39, 1989.

MORRISON, R. I. G. & ROSS, R. K. *Atlas of neartic shorebirds on the coast of South America.* v. 2, Ottawa, Canadian Wildlife Service, 1989, 211 p.

NASCIMENTO, I. L. S. *As aves do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.* Brasília, IBAMA, 1995, 41 p.

SICK, H. *Migrações de aves na América do Sul continental.* Brasilia, CEMAVE (Publicação Técnica Nº 2), 1984, 69 p.

SICK, H. *Ornitologia brasileira.* Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997, 862 p.

VILLWOCK, J. A. Geology of the coastal province of Rio Grande do Sul. southern Brazil. A synthesis. *Pesquisas*, n.16, p. 5-49.

VOOREN, C. M. & CHIARADIA, A. Seasonal abundance and behaviour of coastal birds on Cassino Beach, Brazil. *Ornitologia Neotropical*, v. 1, p. 9-24, 1990.

VOSS, W. A. *Sistemas lacustres da Planície Costeira do Rio Grande do Sul.* Relatório não publicado. s/d, 42 p.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 433
Proc.: 4046/2011
Rubr.:
magna

QUADRO 1. ESPÉCIES DE AVES REGISTRADAS NA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA DO PROJETO BUJURU, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE (RS), ENTRE 22 E 25 DE JUNHO DE 2000. *STATUS*: R = RESIDENTE, VM = VISITANTE MERIDIONAL, VS = VISITANTE SETENTRIONAL. UM ASTERISCO INDICA ESPÉCIE NÃO REGISTRADA NA ÁREA ANTERIORMENTE (SETEMBRO/1998).

ORDEM/FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	*STATUS*
TINAMIFORMES		
TINAMIDAE		
Nothura maculosa	perdiz ou codorna	R
PODICIPEDIFORMES		
PODICIPEDIDAE		
Podiceps major	mergulhão-grande	R
PELECANIFORMES		
PHALACROCORACIDAE		
Phalacrocorax brasilianus	biguá	R
CICONIIFORMES		
ARDEIDAE		
Syrigma sibilatrix	maria-faceira	R
Ardea cocoi	garça-moura ou socó-grande	R
Casmerodius albus	garça-branca-grande	R
Egretta thula	garça-branca-pequena	R
Bubulcus ibis	garça-vaqueira	R
Nycticorax nycticorax	savacu	R
THRESKIORNITHIDAE		
Phimosus infuscatus	maçarico-de-cara-pelada	R
Plegadis chihi	maçarico-preto	R
CICONIIDAE		
Ciconia maguari	joão-grande	R
ANSERIFORMES		
ANATIDAE		
Coscoroba coscoroba	capororoca*	R?
Amazonetta brasiliensis	marreca-pé-vermelho	R
Anas flavirostris	marreca-pardinha	R
Anas georgica	marreca-parda	R
Anas bahamensis	marreca-toicinho*	VM
Anas versicolor	marreca-cricri	R
Anas platalea	marreca-colhereira*	VM
ANHIMIDAE		
Chauna torquata	tachã	R
FALCONIFORMES		
CATHARTIDAE		
Coragyps atratus	urubu-de-cabeça-preta	R
ACCIPITRIDAE		
Rostrhamus sociabilis	gavião-caramujeiro	R
Rupornis (=Buteo) magnirostris	gavião-carijó	R
Heterospizias meridionalis	gavião-caboclo	R
Circus buffoni	gavião-do-mangue	R
FALCONIDAE		
Caracara plancus	caracará	R
Milvago chimachima	carrapateiro	R

EM BRANCO

ORDEM/FAMILIA/NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	STATUS
Milvago chimango	chimango	R
Falco sparverius	quiriquiri	R
GRUIFORMES		
ARAMIDAE		
Aramus guarauna	carão	R
RALLIDAE		
Pardirallus sanguinolentus	saracura-do-banhado	R
Laterallus melanophaius	pinto-d'água-comum	R
Gallinula chloropus	galinhola ou frango-d'água	R
CHARADRIIFORMES		
JACANIDAE		
Jacana jacana	jaçanã	R
HAEMATOPODIDAE		
Haematopus palliatus	piru-piru	R
CHARADRIIDAE		
Vanellus chilensis	quero-quero	R
Pluvialis squatarola	batuiruçu-de-axila-preta	VS
Charadrius semipalmatus	batuira-norte-americana*	VS
Charadrius collaris	batuira-de-coleira	R
Charadrius falklandicus	batuira-de-coleira-dupla	VM
Charadrius modestus	batuira-de-peito-avermelhado*	VM
SCOLOPACIDAE		
Tringa melanoleuca	maçarico-grande-perna-amarela	VS
Calidris canutus	maçarico-de-papo-vermelho	VS
Calidris fuscicollis	maçarico-de-sobre-branco	VS
Calidris alba	maçarico-branco	VS
Gallinago paraguaiae	narceja	R
RECURVIROSTRIDAE		
Himantopus himantopus	pernilongo	R
LARIDAE		
Larus dominicanus	gaivotão	R
Larus maculipennis	gaivota-maria-velha	R
Phaetusa simplex	trinta-réis-grande	R
Gelochelidon nilotica	trinta-réis-de-bico-preto*	R?
Sterna hirundinacea	trinta-réis-de-bico-vermelho	VM
Sterna hirundo	trinta-réis-boreal	VS
Sterna trudeaui	trinta-réis-de-coroa-branca	R
Sterna superciliaris	trinta-réis-anão	R
Sterna maxima	trinta-réis-real	R
RYNCHOPIDAE		
Rynchops niger	talha-mar	R
COLUMBIFORMES		
COLUMBIDAE		
Columba picazuro	asa-branca ou pombão	R
Zenaida auriculata	pomba-de-bando	R
Columbina picui	rolinha-picuí	R
Leptotila verreauxi	juriti-pupu	R
PSITTACIFORMES		
PSITTACIDAE		
Myiopsitta monachus	caturrita	R

EM BRANCO

ORDEM/FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	*STATUS*
CUCULIFORMES		
CUCULIDAE		
Guira guira	anu-branco	R
STRIGIFORMES		
STRIGIDAE		
Speotyto cunicularia	coruja-do-campo	R
APODIFORMES		
TROCHILIDAE		
Hylocharis chrysura	beija-flor-dourado	R
CORACIIFORMES		
ALCEDINIDAE		
Ceryle torquata	martim-pescador-grande	R
Chloroceryle amazona	martim-pescador-verde	R
PICIFORMES		
PICIDAE		
Colaptes campestris	pica-pau-do-campo	R
PASSERIFORMES		
FURNARIIDAE		
Geositta cunicularia	curriqueiro	R
Cinclodes fuscus	pedreiro-dos-andes*	VM
Furnarius rufus	joão-de-barro	R
Synallaxis spixi	joão-teneném	R
Cranioleuca obsoleta	arredio-oliváceo	R
Cranioleuca sulphurifera	arredio-de-papo-manchado	R?
Certhiaxis cinnamomea	curutié	R
Spartonoica maluroides	boininha	R,VM?
Phleocryptes melanops	bate-bico	R
Anumbius annumbi	cochicho	R
Syndactyla rufosuperciliata	trepador-quiete	R
TYRANNIDAE		
Camptostoma obsoletum	risadinha	R
Serpophaga nigricans	joão-pobre*	R?
Serpophaga subcristata	alegrinho	R
Tachuris rubrigastra	papa-piri	R
Xolmis irupero	noivinha	R
Lessonia rufa	colegial*	VM
Hymenops perspicillatus	viuvinha-de-óculos	R
Arundinicola leucocephala	freirinha	R
Satrapa icterophrys	suiriri-pequeno	R
Machetornis rixosus	suiriri-cavaleiro	R
Pitangus sulphuratus	bem-te-vi	R
HIRUNDINIDAE		
Tachycineta leucorrhoa	andorinha-de-testa-branca	R
Tachycineta meyeni (ex leucopyga)	andorinha-chilena*	VM
Alopochelidon fucata	andorinha-morena	R
TROGLODYTIDAE		
Troglodytes musculus (=aedon)	corruíra	R
TURDIDAE		
Turdus rufiventris	sabiá-laranjeira	R
Turdus albicollis	sabiá-coleira	R

EM BRANCO

ORDEM/FAMILIA/NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	*STATUS*
MIMIDAE		
Mimus saturninus	sabiá-do-campo	R
MOTACILLIDAE		
Anthus hellmayr	caminheiro-de-barriga-acanelada	R
Anthus lutescens	caminheiro-zumbidor	R
Anthus correndera	caminheiro-de-espora	R
VIREONIDAE		
Cyclarhis gujanensis	gente-de-fora-vem ou pitiguari	R
EMBERIZIDAE		
Parula pitiayumi	mariquita	R
Geothlypis aequinoctialis	pia-cobra	R
Basileuterus culicivorus	pula-pula	R
Zonotrichia capensis	tico-tico	R
Ammodramus humeralis	tico-tico-do-campo	R
Donacospiza albifrons	tico-tico-do-banhado	R
Sicalis flaveola	canário-da-terra-verdadeiro	R
Sicalis luteola	tipiu	R
Cyanocompsa brissonii	azulão*	R
Agelaius thilius	sargento	R
Agelaius ruficapillus	garibaldi	R
Pseudoleistes virescens	dragão	R
Molothrus bonariensis	vira-bosta	R
TOTAL	114 espécies	-

EM BRANCO

magna
COMAR/DILIC
Fls.: 937
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

FIGURAS 01 E 02

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo:
Nº. 02001.020210/2014-
Recebido em 17/10/2014
Assinatura

Fls.: 438
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

Brasilia, DF, 17 de Outubro de 2014.

Ilmo Sr
Jonatas Trindade
DILIC/IBAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN Trecho 2 Ed Sede do Ibama
CEP 70018-900

Assunto: Processo IBAMA nº.: 02001.004046/2011-54

Prezado Senhor,

Cumprimentando VSa, venho encaminhar em anexo copia das publicações em 24 de Setembro de 2014 no Jornal do Comércio de Porto Alegre - RS e no Jornal Agora de Rio Grande - RS, fazendo referência ao Edital publicado pelo IBAMA em 22 de Agosto de 2014 no Diário Oficial da União número 161, Seção 3, página 128, assinado por Tomaz Miazac de Toledo que dispõe sobre recebimento pelo IBAMA e à disponibilização das cópias do EIA/RIMA preparado pela Rio Grande Mineração S.A.

Sendo só para o momento subscrevo-me

Atenciosamente,

Luiz Augusto Bizzi
Rio Grande Mineração S.A.

À Analista Ambiental
Auristela R. do Carmo
para conhecimento. Favor
anexar ao processo de
licenciamento do Projeto
~~Setor~~ Retiro.

Em 21/10/14.

Att,

Jonatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração
e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 439
Proc.: 4096/2014
Rubr.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VANINI/RS
CONCORRÊNCIA Nº 003/2014

Data de Abertura: 24 de Outubro de 2014. **Horário:** 14:00 horas. **Local:** Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de Vanini-RS, torna público a realização de licitação na modalidade de Concorrência nº 003/2014. **Objeto:** Organização e exploração comercial por concessão de evento denominado de "EXPOVANINI 2014" O edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Vanini e no site www.pmvanini.com.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, na Rua Governador Ildo Meneghetti, nº 297, Centro, na cidade de Vanini, ou pelo fone: (54) 3340-1200

Alcau Castelli - Prefeito Municipal

COMTDOR

SOCIEDADE HOTELEIRA ITATIAIA S.A.

CNPJ Nº 92.784.545/0001-54 // NIRE Nº 43300005054

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 03 de outubro de 2014, às 10:00 horas, na sede social da Empresa, sita à Rua Senhor dos Passos, nº 154, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; 2. Fixar o montante da remuneração da Diretoria; 3. Deliberar sobre a destinação do Resultado do Exercício; 4. Outros assuntos de interesse social. Porto Alegre/RS, 16 de setembro de 2014. Henrique Frederico Schmidt - Diretor

EDITAL SINDIVIGILANTES DO SUL
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

O Presidente do SINDICATO PROFISSIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES E SEUS ANEXOS E AFINS, DE PORTO ALEGRE, REGIÃO METROPOLITANA E BASES INORGANIZADAS DA BASE DO RIO GRANDE DO SUL, SINDI-VIGILANTES DO SUL, inscrito no CNPJ 91.343.293/0001-65, convoca todos os associados e, tão somente os associados, aptos a votar em assembléia, para participarem da assembléia a ser realizada no dia 03-10-2014, às 18:00, em única convocação, na sede da CUT, situada na rua Barros Cassal, n. 283, bairro Floresta, em Porto Alegre, com a seguinte ordem do dia:1.- Ratificação e aprovação da desfiliação da Federação; 2 - Aprovação de filiação a nova Federação;3 - Assuntos gerais.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2014
Loreni dos Santos Dias- Presidente

EXTRAVIO DE NOTAS

A empresa Jussara Lerias Dornelles-ME, estabelecida em Porto Alegre/RS, na Rua Guilherme Schell, nº 146 e 134, no Bairro Santo Antonio, CEP 90640040 inscrita no CNPJ sob nº 04.548.983/0001-40, Inscrição Municipal 195.749.2.4 comunica o extravio das Notas Fiscais de nº 001 a 082 e 151 200 sobre Serviços de Qualquer Natureza conforme boletim de ocorrência 201409164580651. A empresa não se responsabiliza pelo uso das mesmas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Central de Redes de Supermercados do Estado do RS – RedeCen, através do seu Presidente, Sr. Cláudio Schwarz, convoca todos os Associados para a Assembléia Geral Ordinária, que será realizada no Hotel Samburá, situado na Av. Beira Mar, nº 150, na cidade de Imbé, RS, no dia 23 de Outubro de 2014. A instalação da Assembléia se dará conforme art. nº 37 a 38, do Estatuto Social, às 10 horas em 1ª convocação, com o quórum de 2/3 ou às 10:30 hrs em 2ª convocação, com no mínimo de 40% das associadas, não exigindo a lei quorum especial, para discutirem a seguinte Ordem do Dia: 1) Eleição para o bienio 2015-2016, da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Conselho de Ética. 2) A inscrição das chapas candidatas, deverão ocorrer na secretaria da RedeCen, até 20 (vinte) dias antes da eleição, conforme art. 43º, do estatuto.

Porto Alegre, 24 de Setembro de 2014.
Cláudio Schwarz - Presidente
Central de Redes de Supermercados do RS

RedeCen

EDITAL PUBLICADO PELO IBAMA EM 22 DE Agosto de 2014.

O instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA tornou público **em 22 de Agosto de 2014 (Diário Oficial da União número 161, secção 3, página 128)** que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do empreendimento Projeto Retiro, previsto para ser implantado nos municípios de São José do Norte e Rio Grande – RS. Informou também a quem interessar , que, a contar da data de publicação **deqsta edital**, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, poderá ser solicitada Audiência pública, conforme determina a resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987. Para tanto, tornou público que se encontram para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do RIMA do referido empreendimento: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –IBAMA/SEDE , Edifício-sede do IBAMA Bloco A, SCEN Trecho 2 – Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/913 Sul, bloco D, Ed IPHAN ,5° andar, Brasília/DF; Prefeitura de Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900, Rio Grande/ RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Eduardo Pereira velho, 835, Bairro Tamandaré CEP:96225-000; Fundação Cultural Palmares , QD. 601 Norte, SGAN , Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, SBS, Qd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/DF; Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Município de Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP:96200-380, Rio Grande/RS; FEPAM- Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP: 90020-021 - Porto Alegre – RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira , nº 126 Cidade Baixa, CEP: 90050-250 – Porto Alegre – RS. Informou que o EIA/RIMA encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, no sítio www.ibama.gov.br/licenciamento. **Edital publicado no Diário Oficial da União número 161, Seção 3, página 128 assinado por Tomaz Miazak de Toledo.**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PORTO ALEGRE
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS
Tabelião EVANDRO NOGUEIRA DE AZEVEDO

E D I T A L
nº 71

Serão protestados dentro de três (3) dias úteis a partir desta publicação, caso não sejam liquidados, os títulos de responsabilidade dos a seguir relacionados, que não foram encontrados nos respectivos endereços ou que recusaram assinar a intimação. Deste modo ficam intimados a pagá-los respectivos títulos ou dar as razões porque não o fazem, por escrito, mesmo assim, não evitando o protesto. As características dos referidos títulos ou documentos de dívida, podem ser encontradas na página

www.primeirotabelionato.com.br

RESPONSÁVEL	CNPJ/CPF
A P H DE OLIVEIRA ME	CNPJ 17.910.572/0001-37
ADILSON BONIFACIO ALVES	CPF 321.005.580-72
ADRIANA BAPTAGLIN FLORES	CPF 642.042.270-15
ADRIANA OLIVEIRA FERRAZ	CPF 007.178.210-99
ADRIANE CHAVES BORBA	CPF 002.734.590-40
AG RESGATE	CNPJ 01.414.969/0001-71
AIRTON DA SILVA PEREIRA ME	CNPJ 94.554.174/0001-00
ANDERSON PRUSCH DE SOUZA	CPF 815.458.860-91
ANDREIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	CPF 804.823.090-91
ANTONIO CARLOS DAMASCENO LIMA	CPF 133.528.062-68
AVIATEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA	CNPJ 03.462.357/0001-80
BANDA LIVRE TERCEIRIZACAO DE ENTREGAS	CNPJ 12.674.344/0001-65
BARBARA MARIA SANTOS BARELLA	CPF 594.561.187-00
BELLA VICENZA CORRET DE SEG LTDA	CNPJ 10.960.674/0001-91
BIACHICHERUTI COMERCIO REPRESENTACOES	CNPJ 03.128.818/0001-82
BIACHICHERUTTI REPRES LTDA	CNPJ 03.128.818/0001-82
BLOODY MARIE COM EXP IMP E IND DE C	CNPJ 08.185.678/0001-06
CAMBIARE COMERCIO DE MOVEIS LTDA	CNPJ 10.759.011/0001-03
CASSOL DROGARIA LTDA	CNPJ 08.985.074/0001-36
CATIA AVALA	CPF 181.392.478-02
CECILIA GRACIOLLI	CNPJ 06.971.067/0001-20
COMERCIO E REPRESENTACOES DE CONFECCOES	CNPJ 13.335.173/0001-02
COMIG CONSTRUCOES LTDA	CNPJ 17.683.549/0001-69
COMPASSO COMERCIO VAREJISTA DE ALIMEN	CNPJ 11.402.016/0001-47
CORREA E SILVA COMERCIO DE VESTUARIO LTD	CNPJ 13.372.660/0001-45
CRI CONSTRUCOES INCORP LTDA	CNPJ 14.850.928/0001-70
CRISTINE SANTOS DE OLIVEIRA	CPF 529.044.280-00
DAIANE LIMA DA SILVA	CPF 816.897.210-49
DANIELA KREMMER	CPF 018.243.660-86
DARNEL EMBALAGENS LTDA	CNPJ 02.538.436/0003-26
DIEGO LOSEKAM DA CUNHA	CPF 015.671.890-16
E ROSANE ALVES DA SILVA	CNPJ 08.203.160/0001-40
ECCO SOLA INJETADOS LTDA	CNPJ 11.392.169/0001-56
EDIFICATORE INCORPORACOES LTDA	CNPJ 09.519.338/0001-29
ELIANE CONCEICAO BONOTTO	CPF 518.542.180-25
ELVI LUIS SOARES	CPF 651.907.670-00
ERICO STIEGEMEIER	CPF 240.338.830-87
ETAM TRANSPS LTDA	CNPJ 14.567.958/0001-73
F G DE CHARAO	CNPJ 88.327.523/0001-98
FABIO MORAES MARQUES	CPF 506.004.430-00
FABIO WASSERMAN	CPF 833.922.110-87
FELIPPE AIRES CAMPOS	CPF 035.206.610-55
FERNANDO LUIS FARIAS BELEIA E CIA LTDA	CNPJ 91.223.081/0001-44
FRANCA & NUNES TRANSPORTES LTDA	CNPJ 14.002.036/0001-19
FRANCISCO DE OLIVEIRA GOULART	CPF 815.524.750-34
FRANCISCO SOLANO CABREIRA DE LIMA JUNIOR	CPF 885.039.330-04
GBOEX GREMIO BENEFICIENTE	CNPJ 82.872.100/0001-26
GIOVANI TOIGO MACHADO DA SILVEIRA	CNPJ 18.123.235/0001-36
GUSTAVO DA COSTA E SILVA JERONIMO	CPF 018.913.880-70
INSTITUTO DE TREINAMENTOS DO RS	CNPJ 12.481.288/0001-42
IRACI GARCIA SILVEIRA	CPF 336.600.770-20
JORGE BATISTA VERVA NETO	CPF 820.385.000-06
JORGE DOS SANTOS	CPF 488.889.150-87
JORGE OTAVIO ALVORCEM TEIXEIRA	CPF 262.688.210-53
JOSE MARIA PAULA DA CONSEIO	CPF 419.520.730-49
JOSE LUIS REMIAO SILVEIRA	CNPJ 12.094.436/0001-76
KATHILUSCIA PAUL GRAVINA	CPF 001.300.190-62
KATIA MEDEIROS DE ALMEIDA	CPF 293.371.190-72
LEANDRO LAPA TRAJANO	CPF 814.412.900-87
LF DA SILVEIRA VEICULOS	CNPJ 08.913.269/0001-70
LIGHTSUL MATERIAL ELETRICO	CNPJ 03.297.445/0001-73
LMB COM PCS MANT CARMEM C SCH	CNPJ 18.778.323/0001-76
LUANA PINTO OLIVEIRA	CPF 003.076.820-99
LUCIANO CHEDID LORENZONI	CPF 763.660.980-25
LUZARDO SEGUROS LTDA	CNPJ 93.567.519/0001-37
M J SOARES	CNPJ 08.351.505/0001-02
MARCELO BARBOSA LAUERMANN	CPF 781.913.940-49
MARCOS DE MORAES GONCALVES	CPF 262.878.700-87
MARIA JUSSARA MOURA DA CRUZ	CPF 607.233.860-72
MARIO ADRIANO PACHECO PEREIRA	CNPJ 11.708.505/0001-21
MARIO C DA SILVA REFEICOES	CNPJ 15.411.603/0001-53
MARLENE COLOMBO	CPF 421.290.950-20
MAX DOS SANTOS LOVATTO	CPF 558.538.030-34
MILSA MARTINS DAS NEVES JUNIOR	CPF 281.763.400-49
MTB ENGENHARIA COMERCIO E SERV	CNPJ 13.332.302/0001-48
NELSON WILIANS ADVOGADOS ASSOCIADOS	CNPJ 03.584.647/0009-53
NUBIA GONCALVES MONCALVES	CPF 563.256.220-49
ODETE CONCEICAO BRANDAO VIDOR	CPF 380.653.760-68
PAGOEXPRESS TRANSPORTES LTDA	CNPJ 05.813.673/0001-84
PANIFICADORA SENHOR DO BONFIM LTDA	CNPJ 94.745.692/0001-40
PAULO MIGUEL GROTH	CPF 323.724.500-34
POLISYSTEMAS INDUSTRIA COMERCIO IMP E EX	CNPJ 14.453.853/0001-93
PROFISSEG CORRETORA DE SEGUROS	CNPJ 92.515.576/0001-00
RAFAEL GUSTAVO WASSERMAN	CPF 833.921.800-53
RAQUEL ROCHA DE MOURA	CPF 931.255.180-91
REPINT COMERCIO DE TINTAS EIRELI	CNPJ 14.875.739/0001-51
ROGER SANTOS DE OLIVEIRA	CPF 837.862.520-68
RONALDO DE SOUZA ME	CNPJ 09.040.567/0001-37
ROSALINO DA SILVA LOPES	CNPJ 08.180.061/0001-52
ROSICLER DE SOUZA SANTOS	CPF 502.334.830-04
ROTA DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA	CNPJ 00.141.472/0001-64
SELT ENGENHARIA LTDA	CNPJ 02.279.547/0001-01
SILVIO LEANDRO DE CARVALHO	CPF 001.218.240-04
SUELI EN QUEVEDO DOS SANTOS	CPF 810.858.500-72
TEREZINHA NUNES	CPF 149.101.360-53
TRANSP KAMARO LTDA	CNPJ 89.028.243/0001-66
VCS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS	CNPJ 08.313.953/0001-11
VIDAL BEHLING ME	CNPJ 09.473.878/0001-19
VIDALVINA DOS SANTOS DA SILVA	CPF 234.683.190-53
WEBER E STANISCIA TRANSP E TUR LTDA	CNPJ 17.739.752/0001-71
ZENIR BARRETO CIELLS	CPF 396.811.570-87

Tabelião EVANDRO NOGUEIRA DE AZEVEDO — **Porto Alegre, 24 de setembro de 2014.**

Rua dos Andradas, 1001 8º andar – Fone 3021.5600 – CEP 90040-026 – Porto Alegre, RS.

BRAVA - Indústria Brasileira de Veículos Automotores Ltda

CNPJ sob nº 10.398.674/0001-40

Ata da Reunião de Diretoria nº 01/2014. Aos nove (neve) dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 10:00 (dez) horas, na sede da empresa **IBRAVA - Indústria Brasileira de Veículos Automotores Ltda**, situada na Rua Campo Bom, nº 825, Bairro Matiel, cidade e município de **Feliz-RS - CEP 95770-000**, na presença de todos os sócios desta sociedade simples limitada, deu-se por instalada a Reunião nº 01/2014. Inicialmente todos os sócios declaram que foram convocados na forma prevista na legislação em vigor, estando os mesmos cientes do local, data, hora e ordem do dia desta reunião. De imediato, passamos à leitura da ordem do dia, que é deliberar sobre a redução do capital social da sociedade **IBRAVA - Indústria Brasileira de Veículos Automotores Ltda**, que passa de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para R$ 5.420.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte mil reais). A sócia Engpeq Engenharia, Pesquisa e Desenvolvimento Ltda. possui o capital de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) agora passa a ter a R$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), representados por 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil) quotas. A sócia Cooper's Group Administração e Participações S.A., mantém seus R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) assim como a sócia Imperial Investimentos Serviços e Participações Ltda, que possui R$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais). Depois da leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, que foram colocados à disposição de todos os sócios, trinta dias antes, colocados em discussão e votação, foram aprovados sem reservas e restrições. Concluídos os trabalhos, nada a mais tendo para tratar nesta reunião, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios. **Feliz**, 09 de maio de 2014. Engpeq Engenharia, Pesquisa e Desenvolvimento Ltda - Sérgio Corrêa - Sócio. Cooper's Group Administração e Participações S.A. - Manoel Edson Barbosa - Diretor. Imperial Invest. Serviços e Participações Ltda. - Fernando Silva Chaves Neto. Sérgio Corrêa - Administrador não sócio. Juberto Lucas de Lima - Administrador não Sócio. Maria Cristina Flach Kunrath - Administrador não Sócio. Paulo Cesar Hohn - Administrador não Sócio.

UNIÃO ALTERNATIVA CORRETORA DE CÂMBIO

CNPJ: 17.508.380/0001-72
NIRE: 43 2 0731709 2

Balanços Patrimoniais Encerrado Findo em 30/06/2014 - (Valores Expressos em milhares)

ATIVO	30/06/2014	30/06/2013
CIRCULANTE		
Caixa (nota 3)	861	125
Depósitos Bancários (nota 3)	113	397
Disp. em Moedas Estrang. (nota 3)	331	412
Aplic. Disp. Interfinanceiros (nota 4)	-	-
Relações Interfinanceiras	-	300
Outros Créditos (nota 5)	-	-
Outros Valores e Bens	-	-
Total circulante	1.405	1.234
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Imobilizado de Uso (nota 6)	1	1
Ativos Intangíveis (nota 6)	-	-
Total não circulante	1	1
TOTAL	1.406	1.235

PASSIVO	30/06/2014	30/06/2013
CIRCULANTE		
IOF a Recolher (nota 7)	5	3
Carteira de Câmbio	1	-
Impostos e Contribuições s/Lucros a Pagar (nota 8)	16	-
Imp. a Contrib. a Recolher (nota 9)	8	15
Provisão p/Pagtos.a Efetuar (nota 10)	122	144
Total circulante	152	162
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital (nota 11)	1.100	800
Aumento de Capital	-	300
Lucros ou Prej. Acumulados (nota 12)	67	(27)
Reservas Especiais de Lucros (nota 11)	87	-
Total patrimônio líquido	1.254	1.073
TOTAL	1.406	1.235

Demonstração dos Resultados do Exercício Findo em 30/06/2014 - (Valores Expressos em milhares)

	30/06/2014	30/06/2013
RENDAS OPERACIONAIS	856	188
Rendas de Operações de Câmbio	707	161
Rendas de Disp. em Moedas Estreng.	45	2
Rendas de Aplic. em Disp. Interfinanc.	23	1
Outras Rendas Operacionais	59	2
Receitas não operacionais	22	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(741)	(215)
(-) Despesas de Câmbio	(179)	(92)
(-) Despesas Administrativas	(527)	(114)
(-) Aprovision. e Ajustes Patrimoniais	-	-
(-) Outras Despesas Operacionais	(35)	(9)
LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ	115	(27)
Contribuição Social	(14)	-
Impostos de Renda Pessoa Jurídica	(15)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	86	(27)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício Findo em 30/06/2014 (Valores Expressos em milhares)

Elementos	Capital Social	Res. Lucros	Lucros/ Prejuízos Acumul.	Total Exerc. Atual
Saldo em 17/01/2013	-	-	-	-
Ajustes Períodos Anteriores	-	-	-	-
Integralização Capital	1.100	-	-	1.100
Lucro Líq.(Prej.)do Período	-	-	(27)	(27)
Destinações				
- Reservas	-	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2013	1.100	-	(27)	1.073
Ajustes Períodos Anteriores	-	-	-	-
Lucro Líq.(Prej.)do Período	-	-	181	181
Destinações				
- Reservas	-	67	(67)	-
- Dividendos				
Saldo em 30/06/2014	1.100	67	87	1.254

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto - Exercício findo em 30/06/2014 (Valores Expressos em milhares)

	30/06/2014	30/06/2013
Resultado Líquido do Exercício	86	(27)
Ajustes e Variações Ativo e Passivo	416	112
Caixa Líq. das Ativ. Operacionais	502	85
Fluxo de Caixa Atividades de Investimento		
Aquisição Ativo Imobilizado	-	(1)
Fluxo de Caixa Atividades Financiamento		
Integralização de Capital	-	850
Distribuição de Lucros	-	-
Pagamento de Empréstimos	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	502	934
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	902	-
Saldo Final de Caixa e Equivalente	1.404	934
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	502	934

Notas Explicativas

Nota 1. Contexto Operacional: A empresa com sede em Porto Alegre, RS, é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 17 de janeiro de 2013 e tem por objeto social a compra e venda de moeda estrangeira em cheques vinculados a transferências unilaterais; compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem relativos a viagens internacionais; transferências do e para o exterior, de natureza financeira, não sujeita ou vinculada a registro no Banco Central do Brasil, até o limite de US$ 100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em outras moedas; operações no mercado interbancário, arbitragens no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior. **Nota 2. Principais Diretrizes Contábeis: a)** Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis bem como a observância das normas emanadas pelo BACEN. **b) Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens. **c) Direitos e Obrigações:** Os direitos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidas. **d)** Imposto de renda e a contribuição social são calculados e sempre que devidos provisionados trimestralmente com base no Lucro Real. **e) Apuração do resultado:** As receitas são contabilizadas conforme regime de competência e as despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. **f) Ativos e passivos contingentes:** Conforme as práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, a empresa não possui expectativas de ganhos ou perdas, de forma não consultiva para contingências. **g) Ônus reais e garantias sobre os ativos:** Não há nenhum tipo de ônus real constituído sobre os ativos da empresa, e também não existe nenhum tipo de ativo dado como garantia à terceiros. **Nota 3. Disponibilidades:** Compõem as disponibilidades, o caixa, que está representado pelos saldos dos recursos disponíveis em moeda corrente nacional na data do seu fechamento, pelos valores mantidos em depósitos bancários junto às instituições financeiras que a empresa possua relacionamento e pelos valores disponíveis em moedas estrangeiras. **Nota 4. Outros Créditos:** O saldo desta conta está composto pelos valores pagos e seus funcionários como adiantamento de férias e empréstimos, pelo valor a recuperar referente ao pagamento indevido e/ou a maior do Imposto de Renda e pelos valores pagos como adiantamento a seus fornecedores. **Nota 5. Investimentos:** O saldo desta conta é composto pela Imobilizado e pelo Intangível da empresa. **Nota 6. Operações com Títulos e Valores Mobiliários:** O saldo desta conta está composto pelo valor a recolher referente ao IOF. **Nota 7. Impostos e Contribuições sobre Lucro a Pagar:** Refere-se ao valor da CSLL a recolher e pelo valor da Provisão para Imposto de Renda a recolher. **Nota 8. Impostos e Contribuições:** O saldo desta conta está composto pelos valores de Contribuição Sindical, Impostos de Renda Retido na Fonte, FGTS, INSS, COFINS e PIS/PASEP a recolher.

Nota 9. Provisão para Pagamentos a Efetuar: O saldo desta conta refere-se a provisão de férias e valores pagos a fornecedores diversos. **Nota 10. Capital Social:** O capital social da empresa está representado por 1.100.000 quotas de R$ 1,00 cada, totalizando um montante de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). **Nota 11. Reservas de Lucros:** A empresa constitui reservas de seus lucros ainda não distribuídos, mantendo nesta conta em 30/06/2014 um valor de R$ 67.545,90 a disposição da diretoria. **Nota 12. Lucros Acumulados:** Refere-se aos lucros do período a serem destinados, mantendo nesta conta em 30/06/2014 um valor de R$ 86.827,52 a disposição da diretoria. **Nota 13. Gestão de Risco Operacional:** Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN 3.380, que abrangem o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a identificação de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, e os relatórios de gerenciamento de risco operacional. Em 28/10/11, a Diretoria responsável pela matéria aprovou um conjunto de medidas que foram implementadas no ano de 2013, para garantir o completo alinhamento da instituição ao disposto na Resolução.

EDSON PEDRO HORSTMANN
Diretor Financeiro - CPF 456.068.450-68
CARLOS GOBERT DE OLIVEIRA
Contador - CRC/RS 43.048

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

R.N.: 213/2014
Srnos. Srs. Diretores e Sócios Quotistas da
União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda., em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.
Lopes & Associados Auditores - CRC/RS nº 2928
João Carlos Borgo
Contador Responsável - CRC/RS 42.264 - T - GO "S" RS

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 440
Proc.: 4096/2011
Rubr.:

Alunos do Juvenal Miller recebem instrumentos para orquestra estudantil

Foi realizada na manhã de ontem (23) a entrega simbólica de uma orquestra estudantil, composta por 70 instrumentos musicais, aos alunos do Instituto de Educação Juvenal Miller. Os instrumentos foram entregues pelo secretário Estadual de Educação, José Clóvis de Azevedo, que observou que outras escolas receberão também instrumentos para orquestras estudantis. "Vamos entregar 51 orquestras em todo o Estado. O investimento foi de R$ 1 milhão em instrumentos", disse.

FOTOS: LEANDRO CARVALHO/AG

Estudantes receberam setenta instrumentos para a formação da orquestra

Cada orquestra contou com o investimento de cerca de R$ 20 mil. As orquestras são compostas por violões, violinos, flautas doce soprano barrocas, guitarras, amplificador de guitarra, triângulos, piano eletrônico, viola, violoncelo, contrabaixo elétrico, flautas doce contralto barrocas, amplificador de contrabaixo, bateria, estantes de partituras, escaletas, pandeiros, ganza de platinela, bumbos com talabarte baqueta, taróis, reco-reco, microfone, pandeiros meia-lua e afinadores para instrumentos de cordas.

O secretário de Educação salientou que o objetivo é trabalhar e desenvolver a capacidade dos alunos de forma geral. "A intenção é introduzir cultura musical nas escolas, pois a música trabalha com a lógica, sensibilidade, e ainda com a capacidade de viver e conviver com os outros. Nosso sonho é que essas orquestras se consolidem e que tenhamos nos próximos anos, grandes orquestras musicais desenvolvidas nas nossas escolas. É uma cultura musical que estará ao alcance de todos", enfatizou.

A diretora do Instituto de Educação Juvenal Miller, Márcia Silveira, agradeceu ao Estado pelo repasse dos intrumentos e também pelos investimentos que têm sido feitos na escola. "É um momento muito importante para nós. Esse presente vai impulsionar a relação dos nossos alunos com a educação musical. Essa viagem com a música só gera bons frutos. Todo o investimento que tem sido feito na nossa escola, recebemos com todo o prazer, abraçamos e queremos dar um retorno à comunidade. Nós estamos costurando uma parceria com a Furg, para que ela nos forneça os instrutores", observou.

Instrumentos foram entregues pelo secretário Estadual de Educação José Clóvis de Azevedo

Na entrega dos instrumentos, os alunos do coral infantil da escola realizaram uma apresentação para os presentes. Estiveram presentes na ação a coordenadora da 18ª CRE, Neila Gonçalves, a vereadora Denise Marques (PT), entre outras autoridades, professores e alunos da escola.

Reforma do Ciep teve custo de cerca de R$ 1,5 milhão

Ciep

Na tarde de ontem, o secretário fez a entrega da obra de recuperação realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. José Mariano Beck – Ciep. Segundo Azevedo, na reforma da escola, foram investidos cerca de R$ 1,5 milhão. "É uma reforma que retoma o processo de autoestima e devolve a segurança para os alunos e para a comunidade", apontou.

De acordo com informações da Secretaria Estadual da Educação, a obra no Ciep ocorreu também em razão de uma demanda da promotoria pública, por causa da falta de segurança no local. Durante a obra, foram reformados os portões de acesso, o muro, a pintura, entre outros.

ALINE RODRIGUES

EDITAL PUBLICADO PELO IBAMA EM 22 DE AGOSTO DE 2014.
O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA tornou público em 22 de Agosto de 2014 (Diário Oficial da União número 161, sacção 3, página 128) que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do empreendimento Projeto Retiro, previsto para ser implantado nos municípios de São José do Norte e Rio Grande – RS. Informou também a quem interessar , que, a contar da data de publicação daquele edital , no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, poderá ser solicitada Audiência pública, conforme determina a resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987. Para tanto, tornou público que se encontram para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do RIMA do referido empreendimento: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –IBAMA/SEDE, Edifício-sede do IBAMA Bloco A, SCEN Trecho 2 – Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/913 Sul, bloco D, Ed IPHAN, 5° andar, Brasília/DF; Prefeitura de Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900, Rio Grande/ RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Edgardo Pereira Velho, 635, Bairro Tamandaré CEP:96225-000; Fundação Cultural Palmares , QD. 801 Norte, SGAN , Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, SBS, Qd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/ DF, Procuradoria da República do Ministério Público Federal, no Município de Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP:96200-380, Rio Grande/RS; FEPAM- Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP: 90020-021 – Porto Alegre – RS. Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira , nº 126 Cidade Baixa, CEP: 90050-250 – Porto Alegre – RS. Informo que o EIA/RIMA encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, no sítio www.ibama.gov.br/licenciamento.
Edital publicado no Diário Oficial da União número 161, Secção 3, página 128, assinado por Tomaz Miazak de Toledo.

Ligue 3233-6400 e anuncie AGORA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 441
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

31/12/2012 a 22/11/2015. Data de Assinatura: 27/10/2014. Signatarios: Concedente : LUIS MANUEL REBELO FERNANDES, CPF nº 797.578.477-04, Convenente : MOACIR GONCALVES DE CARVALHO, CPF nº 358.833.673-72

(SICONV(PORTAL) - 13/11/2014)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 775076/2012. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DO ESPORTE, Unidade Gestora 180002, Gestão: 00001, Convenente : BARROQUINHA PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 23.478.597/0001-80. Prorrogação de Prazo de vigência do Convênio n 775076/2012. Valor Total: R$ 183.115,00, Valor de Contrapartida: R$ 7.315,01, Vigência: 28/12/2012 a 02/10/2015. Data de Assinatura: 28/10/2014. Signatários: Concedente : LUIS MANUEL REBELO FERNANDES, CPF nº 797.578.477-04, Convenente : TERESINHA MARIA CERQUEIRA LIMA GOMES, CPF nº 781.498.433-53

(SICONV(PORTAL) - 13/11/2014)

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2014 - UASG 180002

Nº Processo: 58000000793201370 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecer carimbos auto-entintados, de madeira, resinas e tintas de carimbo, para atender as necessidades do Ministerio do Esporte Total de Itens Licitados: 00014. Edital: 14/11/2014 de 08h00 às 11h30 e de 14h às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministerios Bloco a Sala T-38 Térreo Brasilia - BRASILIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2014 as 08h00 no site www.comprasnet.gov.br Abertura das Propostas: 26/11/2014 as 09h30 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital tambem está disponivel nos sites www.comprasnet.gov.br e www.esporte.gov.br

VANESSA DA SILVA SANTOS
Pregoeira

(SIDEC - 13/11/2014) 180002-00001-2014NE800108

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 4/2014 publicado no D.O. de 12/11/2014 , Seção 3, Pag. 130 Onde se lê: Vigência: 17/10/2014 a 17/10/2015 Leia-se : Vigência: 20/10/2014 a 19/10/2015

(SICON - 13/11/2014) 180002-00001-2014NE800108

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2014 - UASG 926183

Nº Processo: 91214000516201416 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação do serviço conunuado de LOCAÇÃO DE VEICULOS COM E SEM MOTORISTA, para transporte institucional de servidores e colaboradores no exercicio de suas funções, de materiais, documentos e pequenas cargas, com gerenciamento de risco necessários à sua execução, incluido combustivel e seguro total e demais itens necessários à execução dos serviços mediante o regime de empreitada por preço global, visando atender às necessidades da AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA ? APO, no Rio de Janeiro (RJ) e em Brasilia (DF), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e respectivo Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00006. Edital: 14/11/2014 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Avenida Rio Branco, 174 20º Andar Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/11/2014 as 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Para obtenção de cópia do Edital e seus Anexos, os interessados deverão, munidos de "pen drive", comparecer à SGC/SULOG/Licitações, sediado na Rua Lelio Gama, nº 105, 37º andar, sala 3702 ? Centro ? CEP 20.031-080 ? Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, no horário das 09:30 às 16:30horas. O Edital poderá também ser obtido pela Internet, no sitio www.comprasgovernamentais.gov.br ou, ainda, solicitado por meio de mensagem eletrônica para compras@apo.gov.br.

WILSON JOSE DA SILVA
Pregoeiro

(SIDEC - 13/11/2014) 913001-91214-2014NE800011

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2014

PROCESSO: 02000.002528/2012-91
CONTRATANTE Ministério do Meio Ambiente
CONTRATADO PADRÃO I-X INFORMÁTICA SISTEMAS ABERTOS S.A. - CNPJ 26.460.584/0001-71 OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de Tecnologia da Informação para o fornecimento de Solução Integrada de Suporte à Comunicação e Gestão Corporativa
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02; Decreto 5.450/05
VIGÊNCIA: 03/11/2014 a 02/11/2015
DATA DA ASSINATURA: 03/11/2014
VALOR R$ 8.095.600,00 (oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, seiscentos reais)
Signatários: Fauze Martins Chequer - Subsecretário de Planejamento Orçamento e Gestão e Paulo Henrique Nogueira Negri, Representante da empresa Padrão i-X Informatica Sistemas Abertos S.A.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

ESPÉCIE: Termo de Execução Descentralizada Nº 09/2014/SPOA/SECEX/MMA PARTÍCIPES: Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, CNPJ nº 37.115.375/0002-98 e a Escola de Administração Fazendária - ESAF, CNPJ nº 02.317.177/0001-05. Processo nº 02000.002051/2014-13. Objeto: PARTICIPAÇÃO DO SERVIDOR HENRIQUE DE VILHENA PORTELLA DOLABELLA NO MESTRADO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO - 8ª TURMA. VIGÊNCIA: de outubro de 2014 a dezembro de 2016. DATA DE ASSINATURA: 06 de outubro de 2014. Respaldo Legal: Portaria nº 8, de 07 de novembro de 2012, que com base no Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, estabelece a transferência de crédito de órgão da administração publica federal direta, autárquica, fundacional pública ou empresa estatal dependente, para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza deve ser ajustada mediante a celebração de Termo de Cooperação. Signatários: FAUZE MARTINS CHEQUER, Subsecretario de Planejamento, Orçamento e Administração, e ALEXANDRE RIBEIRO MOTTA, Diretor Geral da Escola de Administração Fazendária - ESAF.

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 11/2014 - UASG 440001

Nº Processo: 02000150120144 2 Objeto: Pregão Eletrônico - A contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua, para atender a todas as unidades do Ministério do Meio Ambiente em Brasília/DF, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00026. Edital: 14/11/2014 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministerios, Bloco "b", Sala 820 BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br Abertura das Propostas: 26/11/2014 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br Informações Gerais: E-mail: DGI.16@MMA.GOV.BR

GABRIEL RIVERA VELASCO
BALDONI CANTANHEDE
Pregoeiro

(SIDEC - 13/11/2014) 440001 00001-2014NE800003

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

EXTRATO DE COMPROMISSO

Processo nº 02501.000058/2012-80; Espécie: Protocolo de Compromisso - PC nº 03/2014; Objetivo: Sanar as irregularidades verificadas pelo Auto de Infração nº 1235, datado de 11/1/2012; Vigência: 31/7/2015; Data da assinatura: 29/9/2014; e Signatários: Pela Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ nº 04.204.444/0001-08, Vicente Andreu, Diretor-Presidente. Pela Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá/SP, CNPJ nº 09.134.807/0001-91, Luercio Andrade dos Santos, Diretor-Presidente. CPF nº 740.936.148-49.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 02501.001689/2014-88, Espécie: Contrato nº 068/ANA/2014; Contratante: Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ nº 04.204.444/0001-08, Contratada: CLARO S.A., CNPJ nº 03.420.926/0001-24; Objeto: Prestação de serviços telefônicos de entrada e de saída em conformidade com o "Plano Geral de Outorgas" da Agência Nacional de Telecomunicações, na forma e quantidades do Anexo I deste Contrato; Vinculação: Pregão Eletrônico nos termos do Edital SRP nº 552/2013 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Valor: R$ 817.228,91; Funcional Programática: 18.122.2124.2000.0001; Fonte: 0183, Natureza da Despesa: 33.90.39; Nota de empenho: 2014NE000487, de 18/9/2014, no valor de R$ 170.000,00. Fundamento legal: Lei nº 10.520, de 2002, Decreto nº 3.555, de 2000, alterado pelos Decretos n's 3.693, de 2000 e 3.784, de 2001, Decreto nº 5.450, de 2005 e Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores; Vigência: 12 meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, e Data da assinatura: 13/10/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 02501.000215/2010-95, Espécie: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 041/ANA/2010, Contratante: Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ: 04.204.444/0001-08; Contratada: Link-Data Informática e Serviços LTDA, CNPJ: 24.936.973/0001-93, Objeto: Prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 041/ANA/2010, para até 31/12/2015, reajustar o valor do Contrato, alterando o caput da Cláusula Nona; e alterar o caput da Cláusula Décima Segunda; e Data de assinatura: 3/11/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2014 - UASG 193120

Nº Processo: 02021000687/14-74
PREGÃO SISPP Nº 3/2014. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 04233881000141. Contratado : EDILSON ARAUJO DE PAIVA - ME -Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de pessoas, documentos e cargas leves, por meio de veícu-los com e sem motoristas e com combustivel,seguro total e outros encagos necessários a execu-ção dos serviços, para atender a Superintendên-cia do IBAMA, no Estado do Rio Grande do Norte.Fundamento Legal: lei 8.666/93 . Vigência: 30/09/2014 a 30/09/2015. Valor Total: R$ 155.849,64. Fonte: 174193034 - 2014NE800147. Data de Assinatura: 30/09/2014.

(SICON - 13/11/2014) 193099-19211-2014NE800320

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 193099

Número do Contrato: 22/2013
Nº Processo: 02005000821201394
PREGÃO SISPP Nº 11/2013. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 04768702000170. Contratado : ENGEMIL - ENGENHARIA, -EMPREENDIMENTOS,MANUTENCAO E INST. Objeto: Prorrogação de vigencia por 180 dias. Fundamento Legal: Art 57 II lei 8.666/93 . Vigência: 08/11/2014 a 07/05/2015. Valor Total: R$ 1.647.903,48. Fonte: 250193034 - 2014NE800034. Data de Assinatura: 07/11/2014.

(SICON - 13/11/2014) 193099-19211-2014NE800006

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 193099

Número do Contrato: 35/2012
Nº Processo: 02000100366120117 3
DISPENSA Nº 34/2012. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 33683111000107. Contratado : SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO -DE DADOS (SERPRO). Objeto: Prorrogação de vigencia e alteração contratual. Fundamento Legal: Art 57 IV lei 8.666/93 . Vigência: 30/11/2014 a 30/11/2015. Valor Total: R$ 61.249,44. Fonte: 250193034 - 2014NE800173. Data de Assinatura: 13/11/2014.

(SICON - 13/11/2014) 193099-19211-2014NE800006

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 193111

Número do Contrato: 21/2012.
Nº Processo: 02015002852201240
PREGÃO SISPP Nº 5/2012. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE -TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato dePrestação de Serviços Telefônico Fixo Comutado- STFC, na modalidade Longa Distância Internacional, para o Ibama/Supes/MG, por mais um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº8.666/93, art.30, § 3º da IN/SLTI/MPOG nº 02/08e Cláusula Décima Primeira do Contrato. Vigência: 01/11/2014 a 01/11/2015. Valor Total: R$ 553,16. Fonte: 174193034 - 2014NE800299. Data de Assinatura: 01.11/2014.

(SICON - 13/11/2014) 193111-19211-2014NE800006

EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao Projeto Retiro, em nome da Rio Grande Mineração S.A. que pretende implantar projeto de mineração que inclui atividades de lavra a céu aberto e beneficiamento de minerais pesados (entre os quais se incluem os principais produtos da lavra: Ilmenita, Rutilo, Zirconita e possivelmente Titano-Magnetita) no município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. Serão realizadas duas audiências, nos seguintes locais e horários a saber: Dia 3/12/2014, município de Rio Grande: local: Câmara de Comércio do Rio Grande - Praça Xavier Ferreira, s/n, horário: 19hs. Dia 4/12/2014, município: São José do Norte: local: Clube Recreativo Sócrates - Ramiro Barcelos, 804, horário: 19hs. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna publico que se encontram disponíveis para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e/ou Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA Sede: SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do Ibama, Bloco A, Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/916 Sul, Bloco D, Ed. IPHAN, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70390-135, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 - Brasília/DF; Prefeitura de Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP 96201-900,Rio Grande/RS, Prefeitura de São José do Norte, Rua Edgardo Pereira Velho, 635, Bairro Tamandaré CEP. 96225-000, Fundação Cultural Palmares, QD. 601 Norte, SGAN, Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-010, Brasília/DF, Fundação Nacional do Índio- FUNAI,

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 442
Proc.: 4046 | 2011
Rubr.:

SBS, Qd 02, Lote 14, Ed. Cleto Meirelles, CEP. 70070-120, Brasília/DF. Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Município de Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP 96200-380, Rio Grande/RS, FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler Av. Borges de Medeiros, 261 CEP. 90020-021 - Porto Alegre - RS, Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul Rua Miguel Teixeira, nº 126 Cidade Baixa CEP 90050-250 - Porto Alegre - RS

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor
Substituto

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 6/2014

A CPL/IBAMA/PA,torna publico o resultado da licitação supracitada como objeto a contratação decempresa especializada do ramo para prestação deserviços continuos de manutenção preventiva ecorretiva de ar condicionado split,janela e climatizador,Na Sede Administrativa da SUPES/IBAMA/PA e CDP,Gerex de Santarém,Esc Reg de Altamira Gerex Marabá e Base Avançada de Novo Progresso.Conforme Termo de Referencia Anexo I Declarandovencedora do certame licitatório e dos grupos 12 e 5 a firma Spress Gold Com.e Serv.Eireli-EPP,CNPJ 05.302.618/0001-20,vl.Global R$ 39,887 ,97.Os autos encontram-se com vistas franqueadas

JOSE LUIZ DE LIMA MELO
Pregoeiro

(SIDEC - 13/11/2014) 193099-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 193102

Número do Contrato: 6/2014
Nº Processo: 02004000032201412
PREGÃO SISPP Nº 3/2014 Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado. 10330342000123. Contratado : MELO & SANTOS LTDA - ME - Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetoa prorrogação do Contrato Original nº 006/2014, por mais 30 (trinta) dias. Fundamento Legal: art. 57, - 1º, inciso II, da lei nº 8.666/93. Vigência: 19/11/2014 a 18/12/2014. Data de Assinatura: 17/11/2014.

(SICON - 13/11/2014) 193099-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

O Superintendente do IBAMA em Goiás, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital nº 046/2014 NOTIFICA o interessado abaixo relacionado por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ausente e/ou recusado o recebimento, do desembargo da atividade referente ao Termo de Embargo Interdição nº 462802/C.

Interessado	CPF n.º	Processo n.º	Termo de Embargo nº
Reginaldo Jose dos Santos	826.412.856-49	02008.000309/2005-18	462802-C

O Superintendente do IBAMA em Goiás, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital nº 047/2014 NOTIFICA o interessado abaixo relacionado por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ausente e/ou recusado o recebimento, para manifestar-se em alegações finais, bem como sobre a hipótese de adequação da multa, o que poderá majorar seu valor de R$ 15.000-00 (quinze mil reais) para R$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste, conforme dispõe a legislação vigente.

Interessado	CPF n.º	Processo n.º	Auto de Infração nº
Maria Preside de Sousa	306.454.821-04	02010.000543/2012-22	485392-D

O Superintendente do IBAMA em Goiás, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital nº 048/2014 NOTIFICA o interessado abaixo relacionado por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ausente e/ou recusado o recebimento, para manifestar-se sobre a hipótese de majoração do valor da multa em até 50% e em alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste, conforme dispõe a legislação vigente

Interessado	CPF n.º	Processo n.º	Auto de Infração nº
Diodoro de Paula Sousa	005.807.331-68	02010.000549/2011-73	686788-D

Vista do respectivo processo poderá ser obtida na Superintendência do IBAMA em Goiás, na Rua 229, nº 95, Setor Universitário, Goiânia/GO, Telefone: (62) 3946-8138

EDUSON CARVALHO SIQUEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2014 - UASG 193110

Nº Processo: 02012000510201487 . Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação dos Serviços de Capacitação Técnica para a obtenção e renovação do Porte de Arma de Fogo, para 23 (vinte e três) Agentes Ambientais (fiscais), lotados no IBAMA no Estado do Maranhão. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: A contratação do serviços é para obtenção e renovação do porte de arma de fogo para os fiscais do IBAMA/MA. Declaração de Inexigibilidade em 10/11/2014 MARIA DA GRAÇA REIS RIBEIRO. Chefe Divisão Administração e Finças. Ratificação em 10/11/2014 PEDRO LEAO DA CUNHA SOARES FILHO. Superintendente Estadual. Valor Global: R$ 7.981,00. CNPJ CONTRATADA : 18.685.679/0001-65 EDGAR C C FERREIRA - ME

(SIDEC - 13/11/2014) 193034-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Superintendente do IBAMA no Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que os interessados encontram-se em local incerto e não sabido, pelo presente Edital, NOTIFICA os abaixo relacionados, na condição de fiel depositário, para apresentar à Superintendência Estadual IBAMA/PA sito à Travessa Lomas Valentinas nº 907, os bens apreendidos sob sua guarda referente aos Termos de Apreensão e Depósito abaixo mencionados no prazo de 20 dias, a contar da presente convocação, sob pena de ação de depósito, conforme dispõe a legislação vigente.

Interessado	CNPJ/CPF	Nº Processo	Nº TAD
E. R. DO CARMO COMERCIO	04.359.127/0001-98	02018.000639/2005-44	869863-C
BRASPI. INDUSTRIA MADEIREIRA SANTA ELI	04.708.756/0001-40	02018.001810/2007-02	1347464-C
ZA LTDA			
REVALDO CARVALHO VENTURA DE SOUZA	591.582.452-49	02018.000776/2004-06	0231110-C

HUGO AMÉRICO RUBERT SCHAEDLER

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 26/2014

Tornamos a público, as empresas vencedoras deste pregão, a seguir: TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA - EPP, para os itens 9,10 e 11; CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME, para os itens 2, 3, e 8; D & C COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI - EPP, para os itens 1, 4, 5, 6 e 7.

CEZAR AUGUSTO ASSIS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDEC - 13/11/2014) 193099-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 12/2014 - UASG 193122

Nº Processo: 02025000592201411 . Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos, sistema de bilhetagem de impressões, manutenção corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos originais, exceto papel, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 14/11/2014 de 08h00 às 11h30 e de 14h às 17h00. Endereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 4358 BOA VISTA - RR. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2014 as 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/11/2014 às 10h30 site www.comprasnet.gov.br.

MOISES RODRIGUES
Pregoeiro

(SIDEC - 13/11/2014) 193122-19211-2014NE080006

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Superintendente do IBAMA em São Paulo, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital INTIMA os interessados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, em decorrência dos Autos de Infração mencionados a pagarem as multas ou apresentarem defesa conforme dispõem as legislações pertinentes, no prazo de 20 dias a partir da publicação do presente, sob pena de incorrer em mora e inscrição em Dívida Ativa da União e CADIN/SISBACEN

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	Nº AI	DATA LAVRATURA/LOCAL
Leonardo de Lima Nivia Ltda Me	14.551.285/0001-71	02027.001468/2014-42	161031E	30/06/2014 Campinas/SP

Vistas aos respectivos processos poderão ser obtidas junto à Superintendência do IBAMA em São Paulo na Alameda Tietê, 637 - Cerqueira Cesar - São Paulo.

Caso já tenha ocorrido o pagamento, mas por qualquer motivo ainda não tenha ocorrido sua baixa, o interessado deve apresentar o comprovante de pagamento para que se possa efetivar a referida baixa.

MURILO REPLE PENTEADO ROCHA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 443033

Número do Contrato: 53/2013
Nº Processo: 02070001311201341
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2013. Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE -CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 11996433000100. Contratado : AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO- ATS. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses, nos termos do Artigo 57 da Lei nº 8666/93. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93 . Vigência: 01/10/2014 a 01/10/2015. Valor Total: R$ 4.650,00. Fonte: 100000000 - 2014NE801816. Fonte: 100000000 - 2014NE801819. Data de Assinatura: 30/09/2014.

(SICON - 13/11/2014) 443033-44207-2014NE800401

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032014111400183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 443
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.012330/2014-77 DILIC/IBAMA

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Ao Senhor
Andrey Tosenthal Schlee
Diretor do Iphan-Departamento de Patrimonio Material e Fiscalização
SEPS. Qd. 713/913, Bl. D. Ed. IPHAN
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70390135

Assunto: **Manifestação sobre EIA/Rima**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Retiro, localizado nos municípios de São José do Norte e Rio Grande -RS, (denominado anteriormente pelo empreendedor como Projeto Atlântico Sul), que se encontra registrado no IBAMA por meio do processo administrativo n° 02001.004046/2011-84, informo que:

2. Tendo em vista o protocolo de cópia do EIA pela empresa Rio Grande Mineração, em 13/06/2014, solicito a manifestação técnica desse IPHAN, nos termos e prazos estabelecidos pela Portaria Interministerial n° 419/2011.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 444
Proc.: 4046|2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.011619/2014-79 DILIC/IBAMA

Brasília, 08 de outubro de 2014.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Dilação de prazo. Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014. IC nº 1.29.006.000189/2012-59**

REFERENCIA: OF 02001.018861/2014-73/MPF/PR/RS

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014, de 22 de setembro de 2014, referente ao IC nº 1.29.006.000189/2012-59, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.018861/2014-73, em 1 de outubro de 2014 para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC somente no dia 7 de outubro de 2014, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis**.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.010793/2014-02 DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de setembro de 2014.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República do Ministério Público Federal/Prm/Rio Grande/Rs
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Dilação de prazo. Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014. IC nº 1.29.006.000189/2012-59**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1482/2014, de 22 de setembro de 2014, referente Inquérito Civil nº 1.29.006.000189/2012-59 para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 24 de setembro de 2014, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis**.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 446
Proc.: 4046 | 2014
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

CÓPIA

OF 02001.008585/2014-35 DILIC/IBAMA

Brasília, 31 de julho de 2014.

PAULA MARTINS-COSTA SCHIRMER
do Ministério Público Federal/Rs
Alameda Antofogasta, 67 - Bairro Nossa Senhora de Lourdes
SANTA MARIA - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 97.050-660

Assunto: **Ofício nº 0841/2014-PRM-SMA/CDC (ref. Inquérito Civil nº 1.29.008.000483/2012-41)**

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao OFÍCIO Nº 0841/2014-PRM-SMA/CDC, de 2 de maio de 2014, encaminhado à Unidade Avançada - Escritório Regional de Santa Maria/RS, unidade local da Superintendência Estadual do IBAMA no Estado do Rio Grande do Sul, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento de cópia documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 31/07/14, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, solicito a **dilação do prazo** fixado, por mais **25 dias úteis**, a contar de data a ser fixada por Vossa Senhoria.

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 447
Proc.: 4046 |2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.012697/2014-91 DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de novembro de 2014.

Ao Senhor
Paulo Costa
Secretário da Prefeitura Municipal de São José do Norte - Rs
Rua XV de novembro, 164 - Centro
SAO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96225000

Assunto: **Solicita manifestação Técnica - Projeto Retiro.**

Senhor Secretário,

1. Dando prosseguimento ao processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Retiro Processo IBAMA nº 02001.004046/2011-84, localizado nos municípios de São José do Norte e Rio Grande -RS, informo que:

2. Com base na legislação ambiental vigente, o IBAMA deve considerar o exame técnico das Instituições que, necessariamente, deverão agregar-se ao processo. Para tanto, foi solicitado a Rio Grande Mineração que encaminhasse cópia do EIA e respectivo RIMA a esta Prefeitura. Em atendimento ao solicitado, a empresa protocolou os referidos estudos ambientais na Prefeitura em 26/06/2014. Existe segundo o estudo, uma Unidade de Conservação Municipal próxima às áreas do empreendimento, o Refúgio da Vida Silvestre do Molhe Leste (REVIS).

3. Sendo assim, solicito que seja enviado, num prazo de 60 (sessenta) dias, o respectivo parecer técnico evidenciando as possíveis preocupações desse órgão e, se for o caso, a enumeração de solicitações que deverão fazer parte do respectivo processo de Licenciamento Ambiental.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 448
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.012694/2014-57 DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de novembro de 2014.

À Senhora
Miriam Balestro Floriano
Secretária da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Rio Grande
Rua Conselheiro Pinto Lima, 64
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200530

Assunto: **Solicita manifestação técnica nos termos do art. 15 da Resolução Conama n° 428/2010. Projeto Retiro.**

Senhora Secretária,

1. Dando prosseguimento ao processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Retiro Processo IBAMA nº 02001.004046/2011-84, localizado nos municípios de São José do Norte e Rio Grande -RS, informo que com base na legislação ambiental vigente, o IBAMA deve considerar o exame técnico das Instituições que, necessariamente, deverão agregar-se ao processo. Para tanto, foi solicitado a Rio Grande Mineração que encaminhasse cópia do EIA e respectivo RIMA a esta Prefeitura. Em atendimento ao solicitado, a empresa protocolou os referidos estudos ambientais na Prefeitura de Rio Grande em 25/06/2014. Existe, segundo o estudo, uma Unidade de Conservação Municipal próxima às áreas do empreendimento, a APA da Lagoa Verde.Sendo assim, solicito que seja enviado, num prazo de 60 (sessenta) dias, o respectivo parecer técnico evidenciando as possíveis preocupações dessa Secretaria e, se for o caso, a enumeração de solicitações que deverão fazer parte do respectivo processo de Licenciamento Ambiental.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 449
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.012699/2014-80 DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de novembro de 2014.

À Senhora
ANELISE BECKER
Procuradora da República da Procuradoria da República no Município de Rio Grande
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Resposta ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS N° 1482/2014. ICP n° 1.29.006.000189/2012-59.**

Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, informo a Vossa Senhoria que a análise técnica do EIA/RIMA do Projeto Retiro (anteriormente denominado pelo empreendedor como Projeto Atlântico Sul) está planejada para ser iniciada a partir do início do mês de dezembro de 2014.

2. Quanto ao pedido para que este Intituto considere, na análise técnica do EIA/RIMA, as informações contidas no documento intitulado "Esclarecimentos e informações adicionais/inventário da avifauna de inverno na área de influência do Projeto Bujuru, São José do Norte, RS", comunico que este Instituto avaliará, quando da análise do EIA/RIMA, a conveniência de utilizar o referido estudo, considerando que o estudo em questão foi produzido há mais de uma década (julho 2000). Por fim, encaminho cópia do documento, conforme solicitado.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Mineração e Obras Civis

DESPACHO 02001.028928/2014-88 COMOC/IBAMA

Brasília, 12 de novembro de 2014

À Diretoria de Licenciamento Ambiental

Assunto: **Encaminhamento de edital referente ao Projeto Retiro, em nome da Rio Grande Mineração para a assinatura.**

Em continuidade ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro em nome da Rio Grande Mineração, encaminho, para providências, a minuta de Edital que formaliza as datas e locais de realização de duas audiências públicas para discussão do EIA-RIMA do citado projeto. Informo que as duas Audiências Públicas foram planejadas para os dias 03/12 e 04/12/2014, nos municípios Rio Grande e São Jose do Norte, no Rio Grande do Sul/RS, considerando-se para tanto a área de influência direta do empreendimento.

JONATAS SOUZA DA TRINDADE
Coordenador da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

COMISSÃO DE
Fls.: 451
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao Projeto Retiro, em nome da Rio Grande Mineração S.A. que pretende implantar projeto de mineração que inclui atividades de lavra a céu aberto e beneficiamento de minerais pesados (entre os quais se incluem os principais produtos da lavra: Ilmenita, Rutilo, Zirconita e possivelmente Titano-Magnetita) no município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. Serão realizadas duas audiências, nos seguintes locais e horários a saber: **Dia 3/12/2014,** município de Rio Grande; local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n; horário: 19hs. **Dia 4/12/2014,** município: São José do Norte; local: Clube Recreativo Sócrates – Ramiro Barcelos, 804; horário: 19hs. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontram disponíveis para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e/ou Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA-Sede - SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do Ibama, Bloco A, Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/913 Sul, Bloco D, Ed. IPHAN, 5° andar, Brasília/DF, CEP:70390-135; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 – Brasília/DF; Prefeitura de Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900,Rio Grande/RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Edgardo Pereira Velho, 635, Bairro Tamandaré CEP: 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QD. 601 Norte, SGAN, Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, SBS, Qd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/DF; Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Município de Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP: 96200-380, Rio Grande/RS; FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler. Av. Borges de Medeiros, 261. CEP: 90020-021 - Porto Alegre – RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul. Rua Miguel Teixeira, nº 126 Cidade Baixa. CEP:90050-250 - Porto Alegre – RS.

Brasília, 12 de novembro de 2014.

Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor Substituto

PUBLIQUE-SE EM:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 452
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1293
www.ibama.gov.br

OF 02001.012998/2014-14 CGTMO/IBAMA

Brasília, 14 de novembro de 2014.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República da Procuradoria da República do Município de Rio Grande/Rs
Rua Marechal Floriano Peixoto,518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Audiências Públicas sobre o Projeto Retiro**

Senhora Procuradora da República,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vem por meio deste convidá-la a participar das Audiências Públicas, a serem realizadas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao empreendimento denominado Projeto Retiro.

2. Conforme edital, em anexo, informo que as referidas Audiências Públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro, nas cidades de São José do Norte e Rio Grande. Informações adicionais constam do edital.

Atenciosamente,

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Coordenador-Geral da CGTMO/IBAMA

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

Local: Ibama / Sede

Data: 27-11-2014

Assunto: Projeto Retiro - Mineração Rio Grande

PARTICIPANTES DE REUNIÃO

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	Julevânia Alves Olegário	COMOC	julevania.olegario@ibama.gov.br	3316 1098
2	Auristela R. do Carmo	COMOC	auricarmo@yahoo.com.br	61 3316 1754
3	RICARDO MARCOS GARVIZU FLORES	RGM	RICARDO.FLORES@MSPPAR.COM.BR	(11) 2164 7382
4	LUIZ AUGUSTO BIZZI	RGM	luizbizzi@RGMINER.com.BR	61-99882717
5	JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE	COMOC/IBAMA	jonatas.trindade@ibama.gov.br	61-3316-1098
6	ROBERTO TAKAHASHI	CPEA	ROBERTO.TAKAHASHI@CPEANET.COM	11-986700137
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				

COMOC/DILIC
Fls.: 453
Proc.: 4046/2011
Rubr.: [illegible]

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 454
Proc.: 4046/2011
Rubr.: [illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Reunião: Projeto Retiro - Mineração Rio Grande
27/11/2014

A reunião começou (at) com o empreendedor questionando sobre o tempo p/ apresentação p/ ~~apresentação~~ A.P. O Ibama solicitou que tentassem ser o mais ágil possível p/ não ser muito massante p/ os participantes. Em seguida foram tratados os detalhes q^to a logística p/ as audiências públicas. O empreendedor consultou o Ibama acerca da linha de transmissão de 12 Km ~~p/~~ ligando a rede no Projeto à ~~[illegible]~~ (próxima) (~~de uma~~) da BR-101. O Ibama (~~infor~~) solicitou que fosse apresentado maiores informações acerca dessa demanda p/ que pudesse se posicionar. A RGM informou que irá apresentar Programa de Educação Ambiental p/ a comunidade, conforme solicitação do Ibama em vistoria. O empreendedor antecipou possíveis problemas com o grupo Flopal. Outro ponto discutido foi sobre o PRAD. Como a RGM está em tratativas bem avançadas com outra empresa que tem uma tecnologia de PRAD melhor, eles colocaram que o PRAD executivo soferá modificações. O coordenador da comoc deixou clara que o PRAD entregue deve ser mais detalhado e que isso será cobrado no parecer técnico.

Sobre a radioatividade foi colocado que os materiais são inertes, e também não haverá riscos de contaminação por metais pesados.

Foram discutidos os detalhes sobre a audiência pública, o coordenador da comoc explicou os procedimentos da audiência como composição da mesa, tempo de apresentação, perguntas e etc. Lembrou da entrega do relatório do Plano de Comunicação com as ações de divulgação do estudo.

EM BRANCO

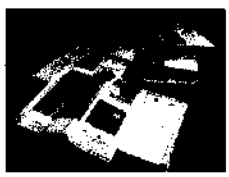
COMOC/DILIC
Fls.: 455
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

RGM | Rio Grande Mineração SA

DESENVOLVIMENTO CONCOMITANTE DE MINERAÇÃO DE MINERAIS PESADOS, DE FLORESTAMENTO DE PINUS E DE ENERGIA EOLICA EM SÃO JOSÉ DO NORTE - RS

Novembro 2014

O projeto de mineração em São José do Norte



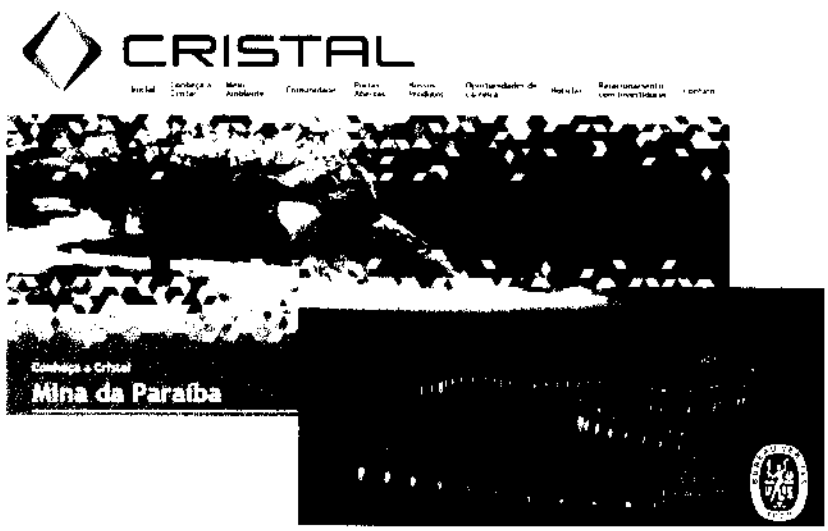
RGM

http://www.rgminer.com.br/

EMBRAPA

COMOC/DILIC
Fls.: 456
Proc.: 4046|2011
Rubr.:

Mineração de Titânio e Zircônio



http://www.cristal-al.com.br/mina-paraiba

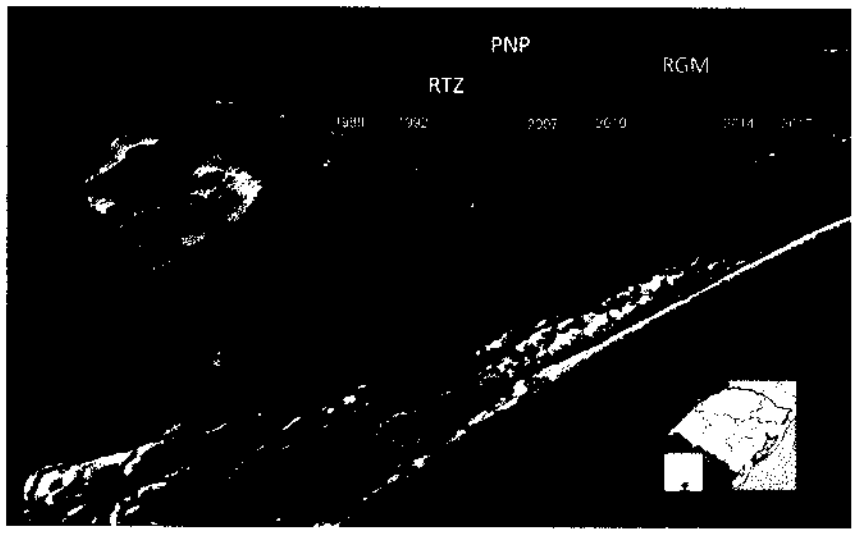
Fundamentos do Projeto Retiro

- Substituição de importações de Zirconita e Rutilo, exportação de Ilmenita.
- Melhores práticas de operação e recomposição ambiental na área de lavra, e tratamento de minério com efluentes em circuito fechado.
- Implantação
  - Estudos Técnicos e Licenciamento Ambiental em andamento
  - Estudo de Viabilidade, Financiamento e Engenharia de Detalhe em 2015
  - Construção para primeira Fase em 2016 e 2017
  - Comissionamento e Início de Operação em 2017
- Produção anual esperada de 300 a 600 mil toneladas de produto (2 Fases).
- Geração de Impostos: R$ 50 A 70 milhões anuais.
- Investimento total projetado: R$ 800 milhões.
- Previsão de empregos diretos: 350 pessoas
- Suprimento de energia (15 MWh) pela CEEE e Água pela Corsan (Industrial 83m3/h e Potavel 75 m3/d)

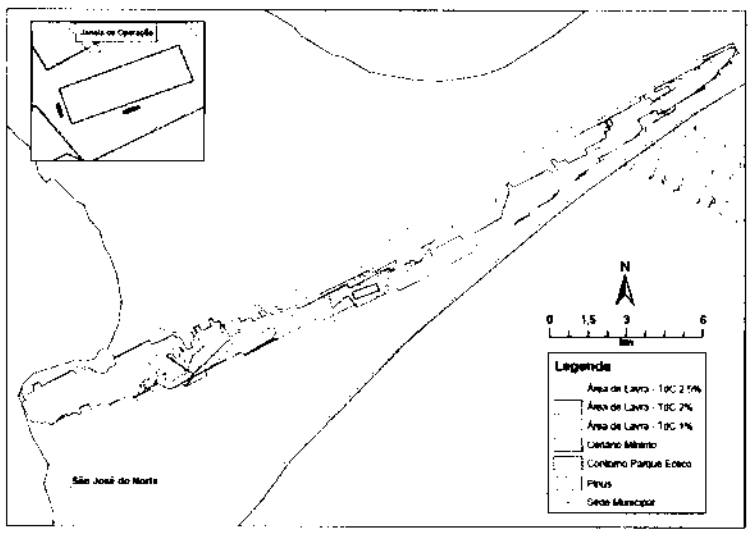
Original

COMOC/DILIC
Fls.: 457
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

Fundamentos do Projeto Retiro



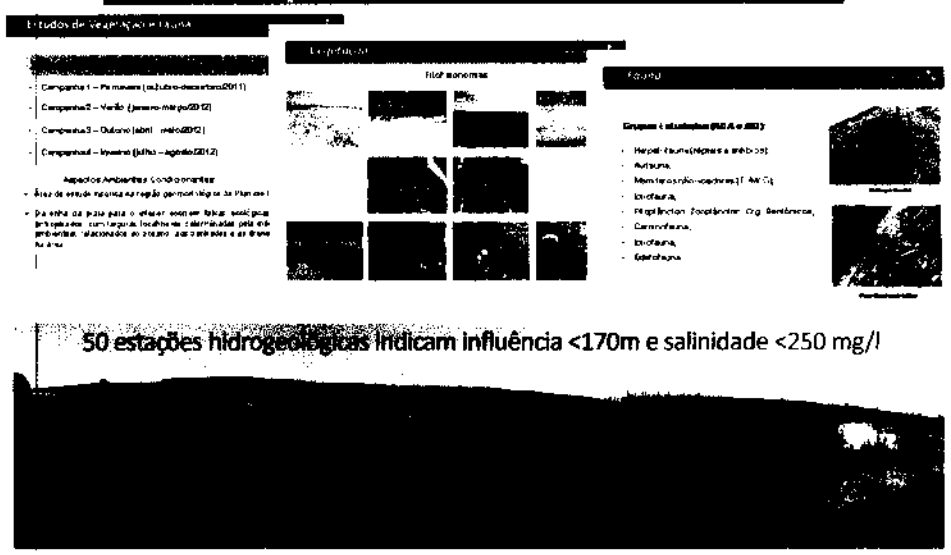
Janela de Operação do Projeto Retiro



EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 458
Proc.: 4046 | 2011
Rubr.:

Estudos para Licenciamento Ambiental



50 estações hidrogeológicas indicam influência <170m e salinidade <250 mg/l

APRESENTAR O VÍDEO CURTO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 459
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

PROJETO RETIRO
Licenciamento Ambiental para a
Mineração de Minerais de Titânio e Zircônio

São José do Norte - RS

Dez/2014

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 460
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

Compromisso Ambiental

- Estudos de viabilidade ambiental – EVA indicaram as principais diretrizes ambientais e embasaram o Plano de Trabalho.
- Incorporadas recomendações do IBAMA e FEPAM - vistoria set/2011.
- Nov/2011 - IBAMA emitiu Minuta do TR e início dos trabalhos.
- Apresentação ao IBAMA a cada 4 meses para acompanhamento e visando garantir a qualidade dos dados apresentados no EIA-Rima.
- Envolvimento de instituições que atuam na região: FURG (LEPAN, DGEO, e LogTraM; UFPEL; UFRGS (IPH, LAB-SIS).

HISTÓRICO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Década de 70	Descobertos os minerais de Ti e Zr na região
1988	Grupo Rio Tinto trabalhou na região
1989	Obtidos resultados positivos na região
1992	Testes metalúrgicos e projeto pigmentos
2007 e 2010	RGM adquiriu direitos minerários
2008 e 2011	RGM executa pesquisa mineral complementar
2011	CPEA e a HAR realizam estudo prévio para diretrizes ambientais e inicio do EIA RIMA
2014	Protocolo do EIA/RIMA no IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 461
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

LOCALIZAÇÃO DO PROJETO NO CONTEXTO REGIONAL

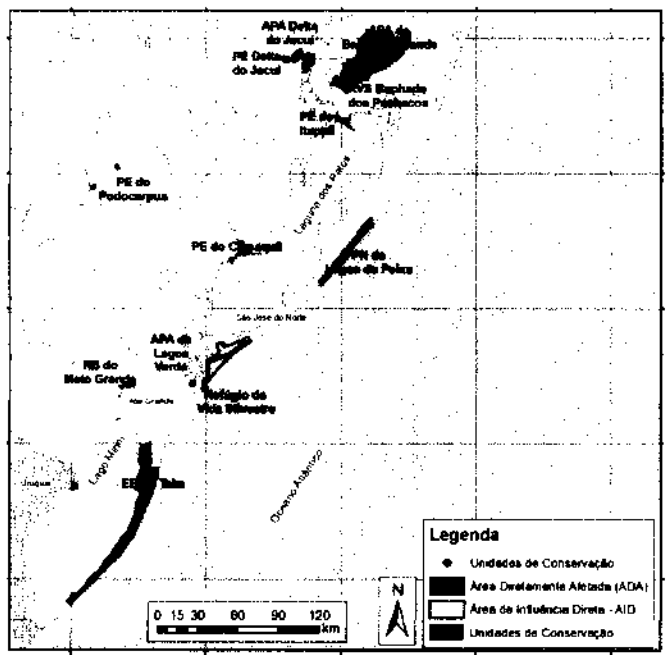
DIRETRIZES AMBIENTAIS DO PROJETO

- Preservação dos banhados, lagoas e sangradouros e nenhuma intervenção na faixa de praia;
- Manutenção do regime hidrogeológico;
- Proteção do patrimônio histórico e arqueológico;
- Restauração das áreas de lavra concomitantemente com o avanço da dragagem, disponibilizando as áreas lavradas para uso;
- Redução no uso de água/energia e sem processos químicos;
- Redução dos efeitos sinergéticos dos demais empreendimentos na região e criação de modelos de capacitação e geração de emprego/renda/oportunidade para a população local; e
- Otimização, aproveitamento e fortalecimento das entidades locais e iniciativas/soluções já existentes.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 462
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



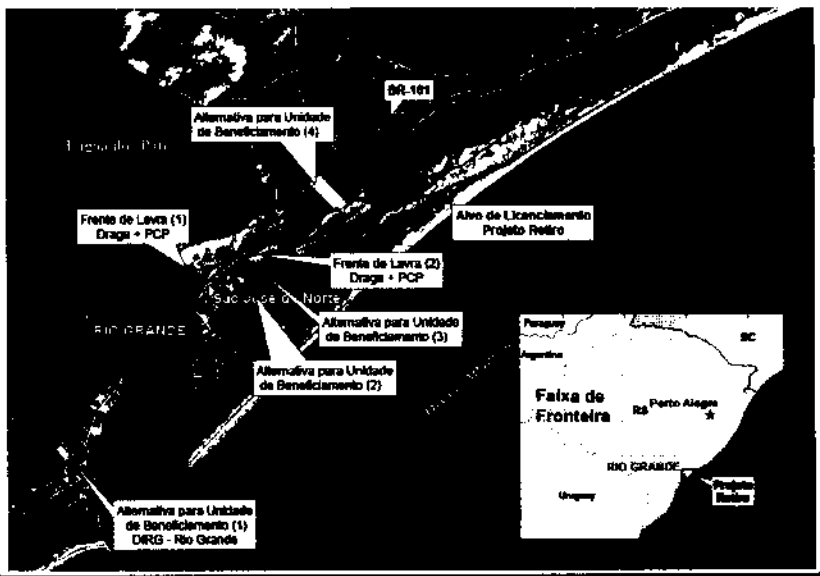
PROJETO BUJURU X PROJETO RETIRO

	Projeto	Projeto - ano	PCP até a UB	Indústria Química (pigmentos)	Escoamento do Concentrado	Empregos Diretos	Área da Lavra (ha)	Produção (t/ano)
Bujuru / Paranapanema		2002	Mineroduto e caminhões	Sim	Rio Grande e BR-101	176	5.495	224.450
Retiro / Rio Grande Mineração		2014	Caminhões	Não	Porto Rio Grande e/ou São José do Norte e BR-101	350	4.970	323.000

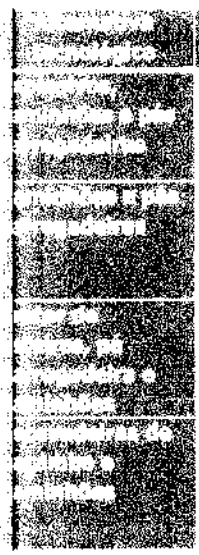
EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 463
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

ALTERNATIVAS LOCACIONAIS - UNIDADE DE BENEFICIAMENTO



ALTERNATIVAS TECNOLÓGICA - LAVRA

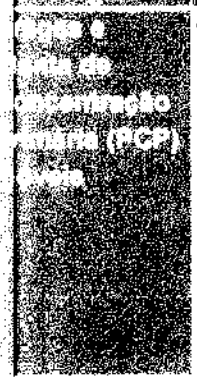


• Método muito flexível => equipamento móvel • Alta produtividade	• Não se aplica a minérios que não necessitam passar por métodos explosivos a sua desagregação, • Existem métodos mais baratos e menos agressivos ao meio ambiente
• Método flexível => comumente usado na exploração de alguns tipos de rochas e areia.	• Método relativamente caro para movimentação de grandes volumes até a Planta de Concentração Primária (PCP) ou até a Unidade de Beneficiamento (UB) - minério bruto e não do pré-Concentrado de Minerais Pesados (CMP).
• Método flexível , simples e de relativo baixo custo • Utilizado num certo número de operações de areias em todo o mundo	• Requer condições de extração a seco • Tem custo de operação significativamente maior do que a dragagem • Transporte de minério bruto e não do CMP por caminhões até a PCP ou até a UB
• Extração em condições a seco são mais vantajosas devido a sua produtividade; • Menor custo operacional	• Capital inicial elevado e alto custo de manutenção • Método não adequado para uso em condições de lençol freático aflorante como no Projeto Retiro • Transporte do minério bruto e não do CPMP até a PCP ou a UB => aumento dos custos do projeto.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 464
Proc.: 4046 | 2011
Rubr.:

ALTERNATIVAS TECNOLÓGICA - LAVRA



- Draga é adequada para a lavra de material arenoso desagregado em grande volume, podendo flutuar em uma lagoa artificial acompanhada por uma instalação de concentração primária de minério (PCP);
- Proporciona maior eficiência operacional e menor emissão atmosférica.

- Método precisa de lençol freático pouco profundo para permitir a formação de lagoa para a operação da draga e a instalação de planta de concentração primária flutuante associada à draga;
- Transporte do CMP até a PCP ou a UB
- Redução significativa dos custos do projeto

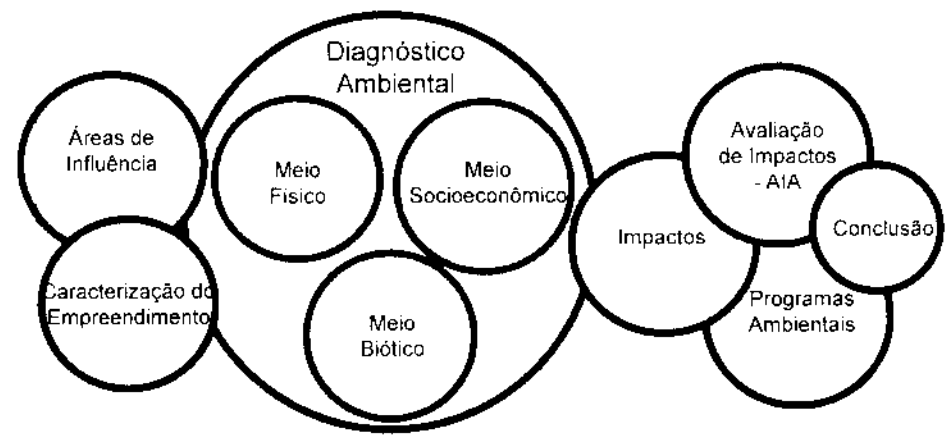
ALTERNATIVAS PREFERENCIAIS DE INSUMOS BÁSICOS

- Energia elétrica na implantação e na operação: fornecimento pela CEEE;
- Água para consumo humano na implantação: fornecimento pela Cosan ou por caminhão pipa nos canteiros;
- Água para consumo humano na operação: fornecimento pela Cosan;
- Água para processo de separação na UB: poços tubulares profundos.

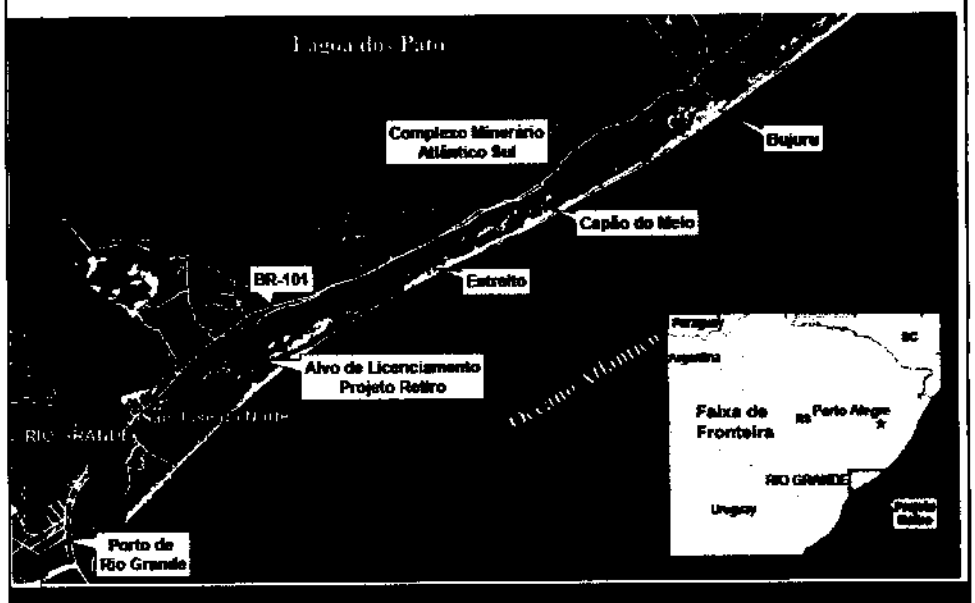
EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 465
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

EIA E RIMA - METODOLOGIA ADOTADA



VISTA GERAL DO PROJETO



EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 466
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MEIO FÍSICO

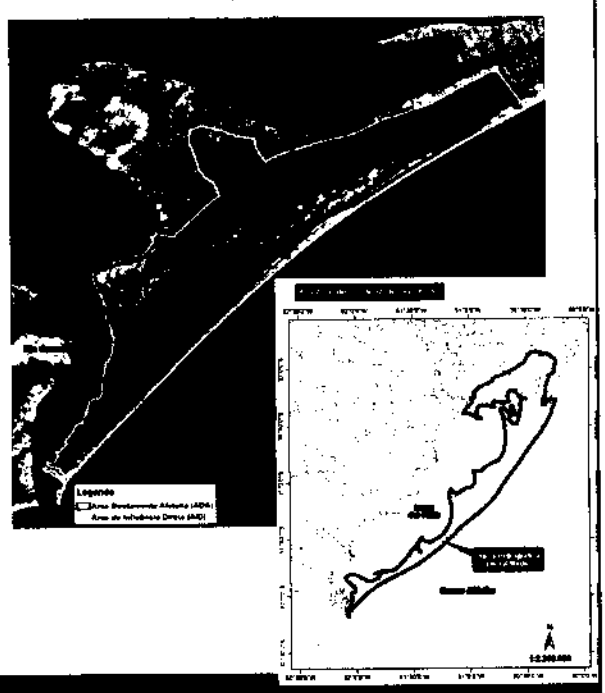
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL,
IMPACTOS E MEDIDAS
MITIGADORAS

ÁREAS DE INFLUÊNCIA MEIO FÍSICO E BIÓTICO

Área Diretamente Afetada:
Área ocupada pela área de lavra, pela Usina de Beneficiamento e estruturas de apoio (acessos, canteiros de obras, etc.)

Área de Influência Direta:
Sub-bacias da ADA e barreiras naturais e antrópicas (estradas, mar, lagoa, etc.)

Área de Influência Indireta:
Bacia Hidrográfica Litoral Médio



EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 467
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

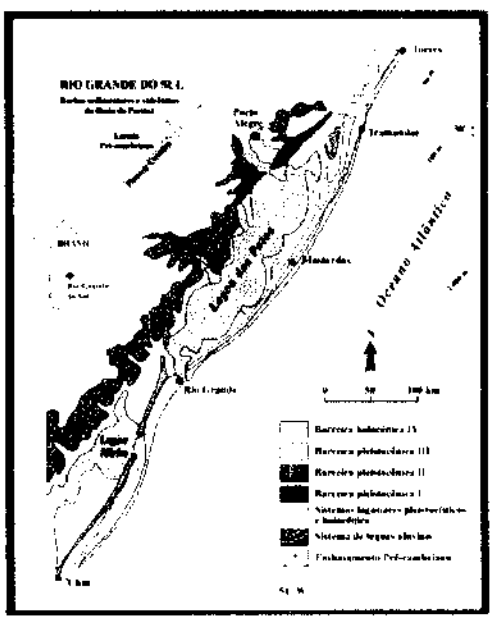
MEIO FÍSICO

- Geologia
- **Geomorfologia**
- Pedologia
- **Recursos Hídricos - Hidrografia**
- **Qualidade da Água Superficial**
- **Hidrogeologia**
- **Qualidade da Água Subterrânea**
- **Radioatividade**
- Ruído e Vibração
- Passivos Ambientais
- Clima e Aspectos Meteorológicos
- **Qualidade do ar**
- Ruídos e Vibrações

GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Mapa geomorfológico regional

As AID e ADA encontram-se sobre Sistemas Deposicionais Laguna-Barreira Pleistocênica III e **Holocênica IV**

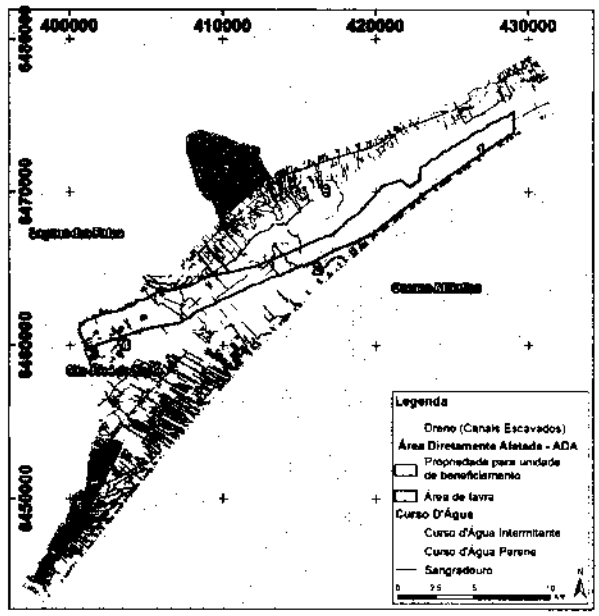


EM BRANCO

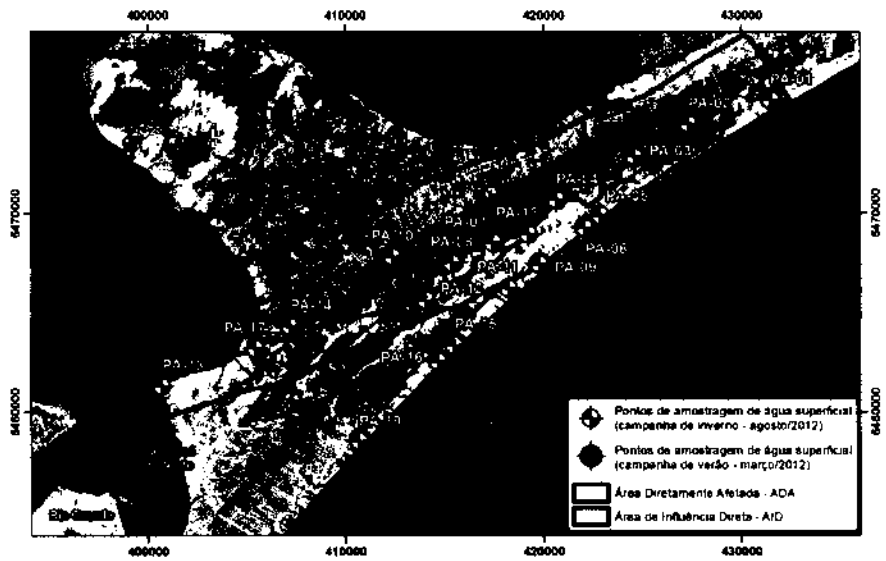
COMOC/DILIC
Fls.: 468
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

HIDROGRAFIA

- Nenhuma intervenção na faixa de praia, banhados ou lagoas.
- Mínimas intervenções nos demais corpos hídricos hoje existentes na área de estudo.



QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL



EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 469
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

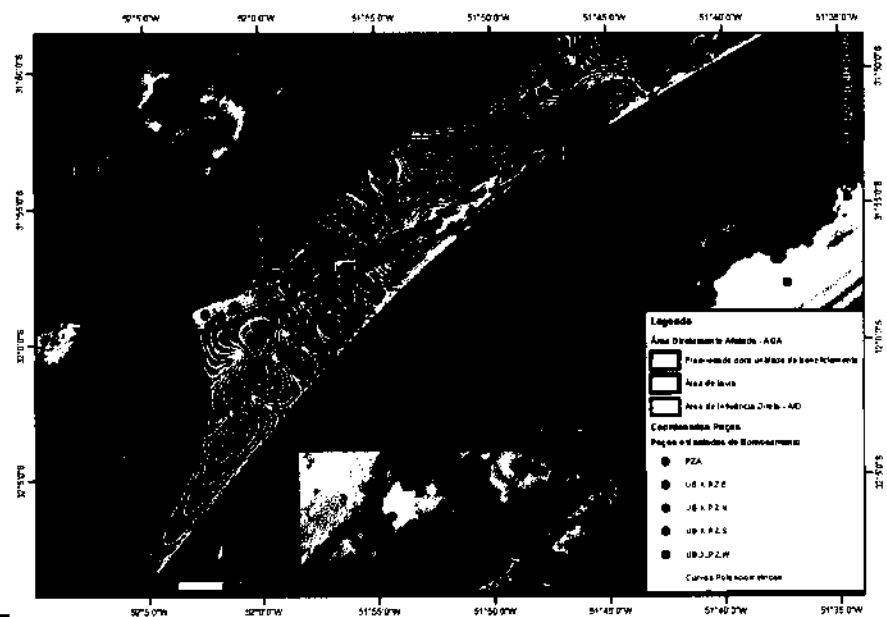
QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL

Dados Históricos: entre 2007 e 2012, 63 amostras durante o verão e 71 amostras durante o inverno, em 14 pontos de amostragem.

Dados Primários:
32 amostras, sendo 09 amostras na ADA e 23 na AID do empreendimento

Os parâmetros que ocorreram em concentrações superiores as condições e padrões de qualidade estabelecidos pela **Resolução Conama no 357/05** estão relacionados a carga de matéria orgânica presente nos corpos hídricos na área de estudo relacionadas às atividades hoje já existentes na região e pelas próprias características dos ambientes naturais existentes (ex: banhados).

HIDROGEOLOGIA

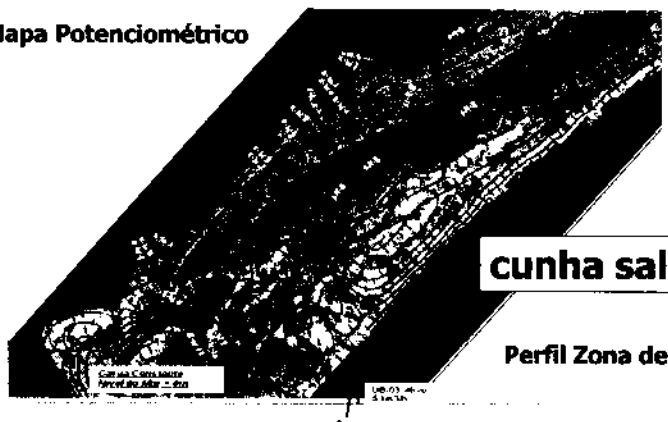


EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 470
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

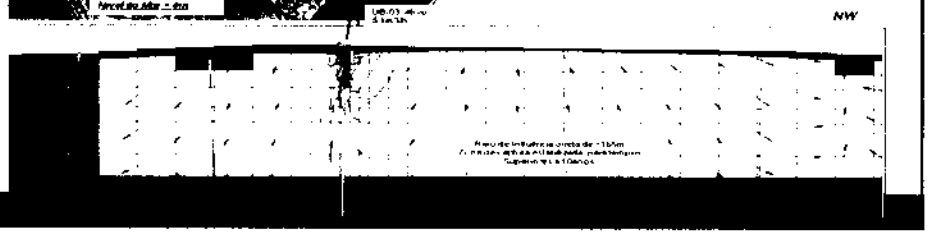
HIDROGEOLOGIA

Mapa Potenciométrico



cunha salina = risco 0

Perfil Zona de Captura da UB-03



ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

- 56 poços de análise ao longo de toda área do empreendimento foram monitorados por um ano com coletas nas estacoes chuvosa e seca.
- O comportamento físico do aquífero também foi estudado e **vem sendo monitorado** para garantir que a atividade de mineração não tenha nenhum efeito sobre o oceano, lagoas e banhados e nem sobre as atividades desenvolvidas na área.
- Dentro da área de influência do empreendimento, apenas a zona do "lixão", **que não será lavrada**, se enquadrou como área potencial de ocorrência de passivos ambientais.
  - presença de Ferro e Manganês (PM-05) e Níquel (PM-01 e PM-03) acima dos valores orientadores CONAMA 420/2010 na água subterrânea (estudos realizados e doados à PMSJN)

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 471
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

QUALIDADE DO AR

- Medições realizadas em SJN de Partículas Totais em Suspensão:
  - Área de lavra: máximo de 34ug/m3;
  - Área da UB: 1 a 30 ug/m3
- Padrão de concentração máximo: 240 ug/m3
- Qualidade do ar: boa

RADIOATIVIDADE

Além das medições dos níveis de radioatividade natural nos concentrados dos minerais de Ti e Zr foi realizado um levantamento geofísico, utilizando-se o método de Gamaespectrometria terrestre.

Minerais	Teores de Urânio e de Tório nos concentrados do minério em %				Valor da Radioatividade nos concentrados	Valor padrão aceitável de radioatividade nos concentrados
	Urânio (U308)	%	Torio (TH O2)	%	A (Bq/g)	A (Bq/g)
Ilmenita	23ppm(*)	0,002	20ppm	0,002	4,1	70
Rutilo	42ppm	0,004	62ppm	0,006	8,4	70
Zirconita	257ppm	0,026	148ppm	0,015	43	70

Os valores obtidos nos concentrados dos minerais indicam níveis de radiação natural muito baixos, indicando que não há materiais que possam ser considerados radioativos na área de interesse, conforme os padrões legais vigentes

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 472
Proc.: 4046|2014
Rubr.:

IMPACTO: PERDA DE BARREIRA CONTRA AÇÃO EÓLICA

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela alteração da topografia do terreno e supressão da vegetação - frentes de lavra, canteiros e usina de beneficiamento

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

IMPACTO: ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO SOLO E RECURSOS HÍDRICOS

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela geração e disposição de resíduos sólidos nos canteiros e pela ação pluvial no solo exposto pela supressão de vegetação

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO
- Programa de Gestão Ambiental da Operação - PGA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
473
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: ALTERAÇÃO DO REGIME DE ESCOAMENTO SUPERFICIAL

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela alteração da topografia do terreno e interferência em infraestrutura existente - BR-101, acessos novos, frentes de lavra, canteiros e usina de beneficiamento

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO
- Programa de Gestão Ambiental da Operação - PGA

IMPACTO: ALTERAÇÃO DO NÍVEL E/OU FLUXO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela abertura das "bacias" iniciais e montagem das dragas e plantas de concentração móveis – rebaixamento temporário local do lençol freático

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO
- Programa de Gestão Ambiental da Operação - PGA

(Subprograma de Monitoramento das Águas Subterrâneas)

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 474
Proc.: 4046/2013
Rubr.:

IMPACTO: ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO AR

- Descrição do Impacto:
  - O processo se dá pela emissão de material particulado – decapeamento e terraplanagem na área da UB e movimentação de veículos nas obras e na operação
  - Disposição temporária dos solos orgânicos
- Significância: Média
- Medidas Mitigadoras
  - Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO (Subprograma de Controle das Emissões Atmosféricas)
  - Programa de Gestão Ambiental da Operação – PGA (Subprograma de Controle das Emissões Atmosféricas)

MEIO BIÓTICO

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL, IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS

EM BRANCO

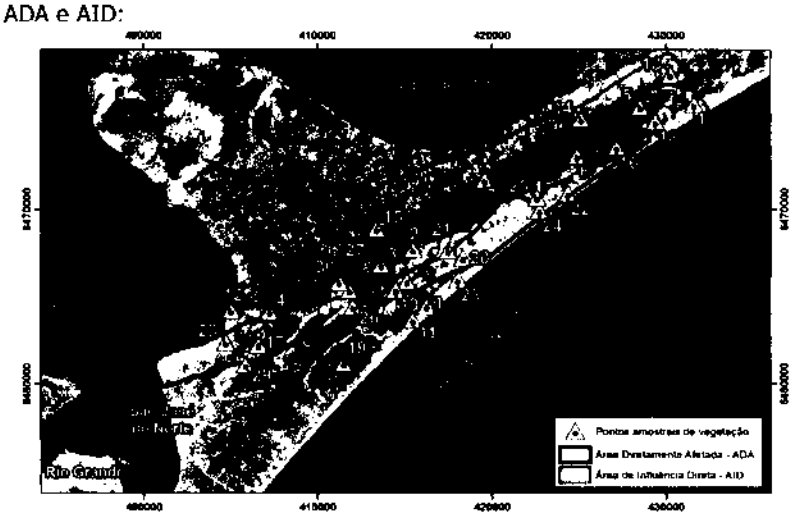
COMOC/DILIC
Fls.: 475
Proc.: 4016/2011
Rubr.:

MEIO BIÓTICO

- **Vegetação (Flora)**
- **Fauna Terrestre**
- **Fauna Aquática**
- Bioindicadores
- Unidades de Conservação e outras Áreas Legalmente Protegidas

FLORA

- Levantamento de dados secundários na AID e AII do empreendimento.
- Levantamento de dados primários em **quatro campanhas sazonais** na ADA e AID:

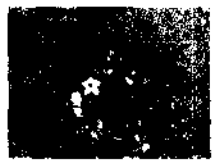


EM BRANCO

26/11/2014
COMOCIDILIC
Fls.: 476
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

FLORA

- **Campos arenosos**, 63 espécies, pertencentes a 55 gêneros e distribuídas em 33 famílias.
- **Comunidades pioneiras** 80 espécies (incluindo três exóticas), pertencentes a 59 gêneros distribuídos em 30 famílias botânicas.
- **Campos Litorâneos**, 119 espécies de plantas vasculares, pertencentes a 89 gêneros e distribuídas em 40 famílias botânicas.
- **Banhados e lagoas permanentes** 131 espécies de plantas vasculares, pertencentes a 102 gêneros em 54 famílias botânicas.
- **Matas de Restinga** 232 espécies, pertencentes a 184 gêneros e distribuídas em 85 famílias.



ESTUDOS DE FAUNA

Levantamento de dados secundários na AID e AII do empreendimento.

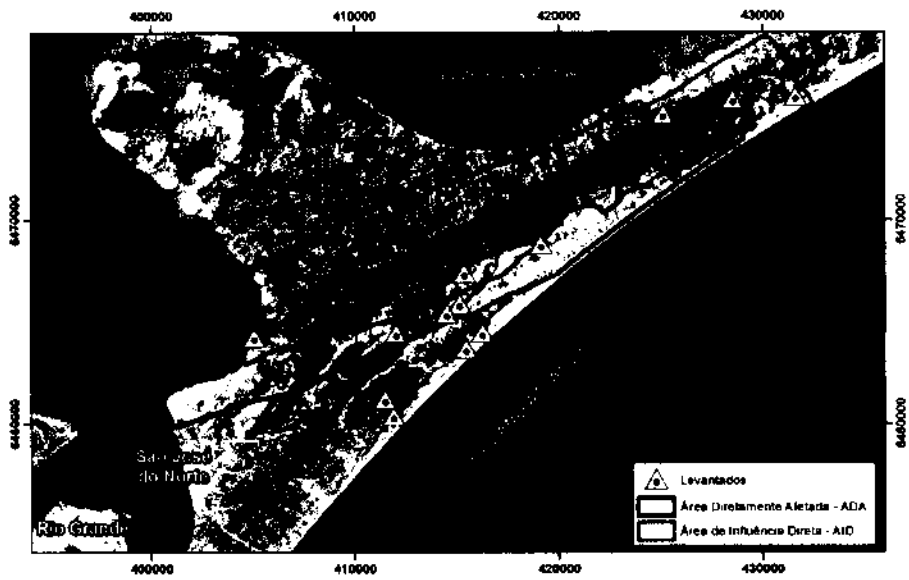
Levantamento de dados primários em quatro campanhas sazonais na ADA e AID:

1. Herpetofauna (répteis e anfíbios);
2. Mamíferos não-voadores (pequenos, médios e grandes);
3. Mamíferos voadores (morcegos);
4. Fitoplâncton, Zooplâncton, Organismos Bentônicos;
5. Carcinofauna (siris, caranguejos, camarões);
6. Edafofauna (composta por artrópodes);
7. Ictiofauna (peixes);
8. Avifauna.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 477
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

ÁREAS DE AMOSTRAGEM DE FAUNA



Resultados Mais Representativos da Fauna Terrestre e Aquática

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 478
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

Resultados Fauna Terrestre

- 16 espécies de anfíbios, todas comuns no Estado e sem classificação quanto à ameaça de extinção;
- 23 espécies de répteis, nenhuma espécie ameaçada, todas comuns e em sua maioria de hábitats abertos e não florestais, destaque para a presença de espécies fossoriais como a lagartixas-da-areia (*Liolaemus occipitalis*) e a cobra-cega (*Amphisbaena trachura*);

Resultados Fauna Terrestre

- 181 espécies de aves, 15 novas espécies para a região da península de mostarda;
- 3 espécies ameaçadas de extinção, gavião-cinza (*Circus cinereus*), maçarico-acanelado (*Tryngites subruficollis*) e coleiro-do-brejo (*Sporophila collaris*);
- Grande presença de espécies aquáticas nas áreas de banhado;
- Espécies mais abundantes são comuns nos ambientes registradas.

coleiro-do-brejo (*Sporophila collaris*) Sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*) dragão (*Pseudoleistes virescens*)

EM BRANCO

26/11/2014
COMOC/DILIC
Fls.: 479
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

Resultados Fauna Terrestre

- 24 espécies de mamíferos não-voadores;
- 4 espécies ameaçadas de extinção, gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), a cutia (*Dasyprocta azarae*), tuco-tuco branco (*Ctenomys flamarioni*), e a lontra (*Lontra longicaudis*);
- 5 espécies de morcegos.

tuco-tuco branco (*Ctenomys flamarioni*)

gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*)

Resultados Fauna Aquática

- 45 espécies peixes;
- 2 espécies ameaçadas de extinção, *Austrolebias minuano* e *Austrolebias wolterstorffi* peixes anuais, registrados em áreas fora da ADA.

Austrolebias minuano

Austrolebias wolterstoffi

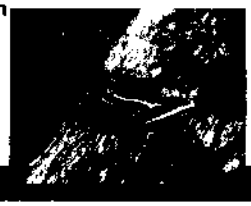
Cynopoecilus fulgens

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 480
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

PRINCIPAIS RESULTADOS MEIO BIÓTICO

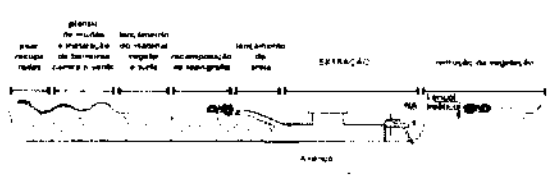
- As matas de restingas (Mata Nativa) representam o estágio mais complexo da vegetação regional e representam hoje exceções na matriz da paisagem.
- Os hábitats com maior número de espécies e grupos taxonômicos da fauna são: banhados, associados a lagoas e alagados e mata nativa.
- As comunidades são características de locais abertos e a mastofauna, a herpetofauna e ictiofauna apresentam estrutura simplificada, dominada por generalistas;
- Poucos endemismos e poucas espécies sob ameaça em termos gerais, e aquelas existentes, associadas principalmente a ambientes aquáticos preservados;



PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES

Considerando as atividades previstas nas fases de instalação e operação do empreendimento, as principais possíveis interferências sobre a fauna e a flora na área de estudo estão relacionadas:

1. Fragmentação pela supressão de habitats;
2. remoção de solo com possibilidade impactos sobre fauna fossorial: cobras-cegas (*Chthonerpeton indistinctum*) e tuco-tucos (*Ctenomys sp.*);
3. ocorrência de atropelamentos da fauna nas estradas de acessos; e
4. casos de interação dos trabalhadores com a fauna nativa.



EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 481
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: DEGRADAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela supressão de vegetação dentro de áreas de preservação permanente na operação da lavra

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Compensação da Supressão de Vegetação Nativa e Intervenção em APP;
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);

IMPACTO: PERDA DA COBERTURA VEGETAL NATURAL

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela supressão de vegetação na preparação dos terrenos na implantação e na operação da lavra

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Resgate de Flora;
- Programa de Monitoramento de Flora;
- Programa de Compensação da Supressão de Vegetação Nativa e Intervenção em APP;
- Programa de Compensação Ambiental - SNUC;
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);

Environment

COMOC/DILIC
Fls.: 482
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: PERDA DE COBERTURA VEGETAL

		Supressão de Vegetação e Intervenção na ADA					
		Área Geral = Lavra + Beneficiamento					
		Dentro de APP*		Fora de APP		Total	
Classe	de cobertura vegetal e uso do solo	Área (ha)	Percentual (%)**	Área (ha)	Percentual (%)**	Área (ha)	Percentual (%)**
	Áreas Urbanas e Estradas	0,27	0,01	28,43	0,59	28,7	0,59
	Bosques de Pinus e Eucaliptos	21,92	0,45	1255,45	25,9	1277,38	26,36
	Campo Arenosos	23,88	0,49	2065,19	42,61	2089,07	43,11
	Campos Úmidos	24,78	0,51	781,41	16,12	806,19	16,63
	Cursos D'Água			2,65	0,05	2,65	0,05
	Dunas Vivas	5,08	0,1	389,1	8,03	394,18	8,13
	Lavouras e Pastagens	0,48	0,01	236,64	4,88	237,12	4,89
	Lixão			10,12	0,21	10,12	0,21
	Matas de Restinga	1,05	0,02			1,05	0,02
	TOTAL	77,46	1,6	4769,01	98,4	4846,46	100

IMPACTO: PERDA DE INDIVÍDUOS DA FAUNA TERRESTRE

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela supressão de vegetação, preparação dos terrenos e tráfego de veículos e máquinas na implantação e na operação da lavra e transporte do pré-concentrado e do concentrado

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Prevenção de Atropelamento da Fauna Silvestre
- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores
- Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna;
- Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre e Aquática

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 483
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: PERTURBAÇÃO E AFUGENTAMENTO DA FAUNA

Descrição do Impacto:

O processo se dá pela supressão de vegetação, emissões de ruídos e vibrações e tráfego de veículos na preparação dos terrenos e montagens na implantação e na operação da lavra e transporte do pré-concentrado

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores

Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre e Aquática

IMPACTO: ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA BIOTA AQUÁTICA

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela abertura e limpeza de vias de acesso, pátios na frente de lavra
- Supressão de vegetação e limpeza dos terrenos - canteiros de obra, operação da lavra e transporte do concentrado (abertura de novos acessos)
- Geração de resíduos sólidos na implantação e na desmobilização das obras e dos canteiros de obras

Significância: Média

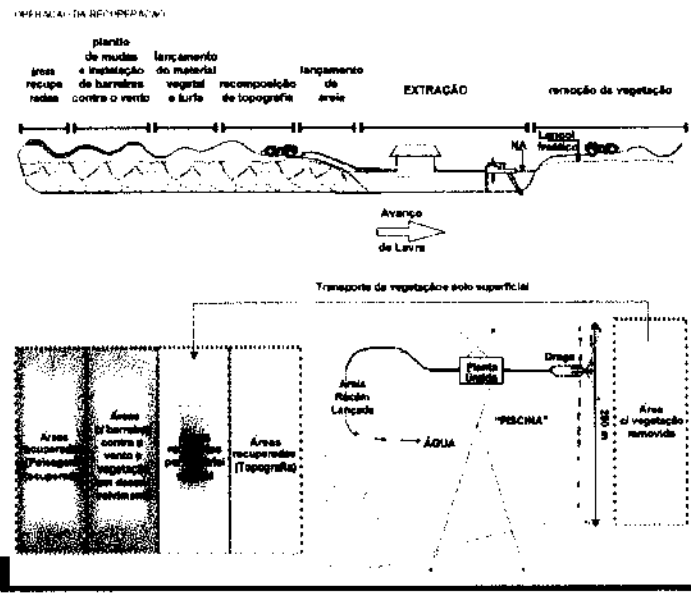
Medidas Mitigadoras

- Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre e Aquática
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

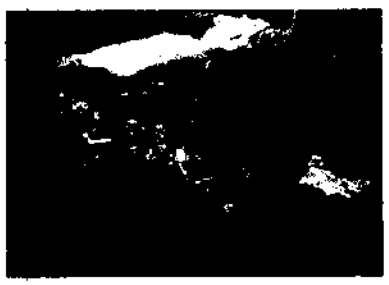
EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 484
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

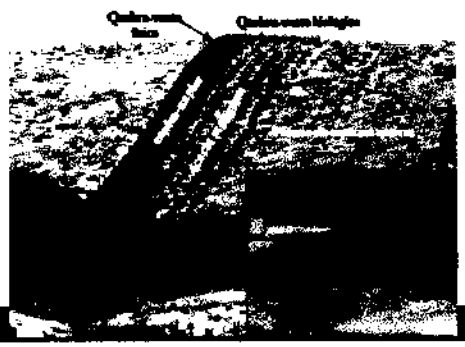
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD



EXEMPLO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL



- **Millennium - Cristal Global (Brasil)**
- Mina de Guajú (Mataraca – PB), produção de Ilmenita, Rutilo e Zirconita, desde 1980
- Processo de Recuperação Ambiental considerado como modelo pelo IBAMA e SUDEMA

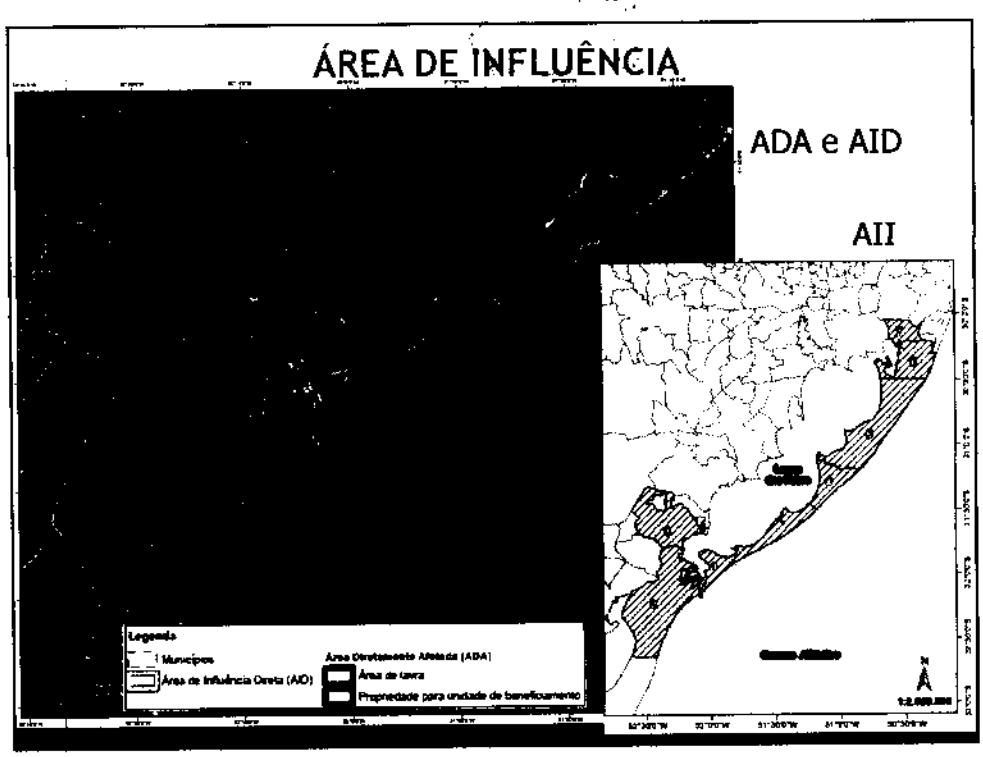


EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 485
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MEIO SOCIOECONÔMICO

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL, IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS



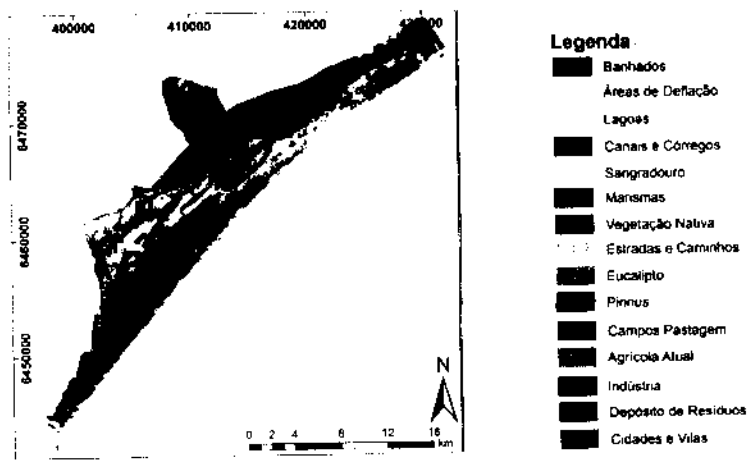
EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 486
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MEIO SOCIOECONÔMICO

- Histórico de Ocupação
- **Uso e Ocupação do Solo**
- **Atividades Produtivas**
- Composição da População
- Condições de vida
- Infraestrutura
- **Estudo de Tráfego**
- Saúde
- Saneamento
- Segurança
- **Patrimônio Arqueológico**

USO DO SOLO EM SÃO JOSÉ DO NORTE

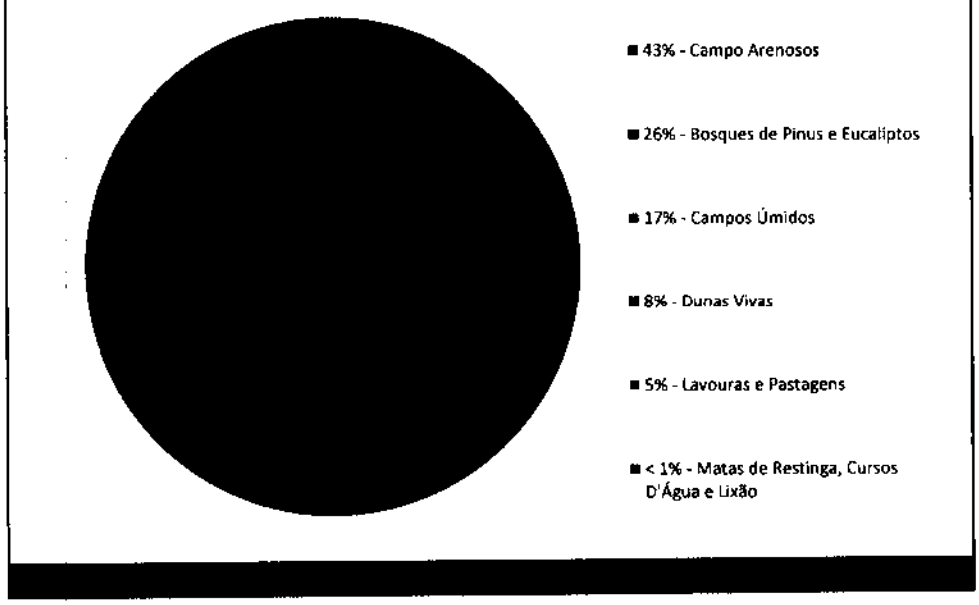


- projeto prioriza uso de áreas já utilizadas para atividades antrópicas altamente modificadoras do ambiente e preserva os ambientes naturais.

EM BRANCO

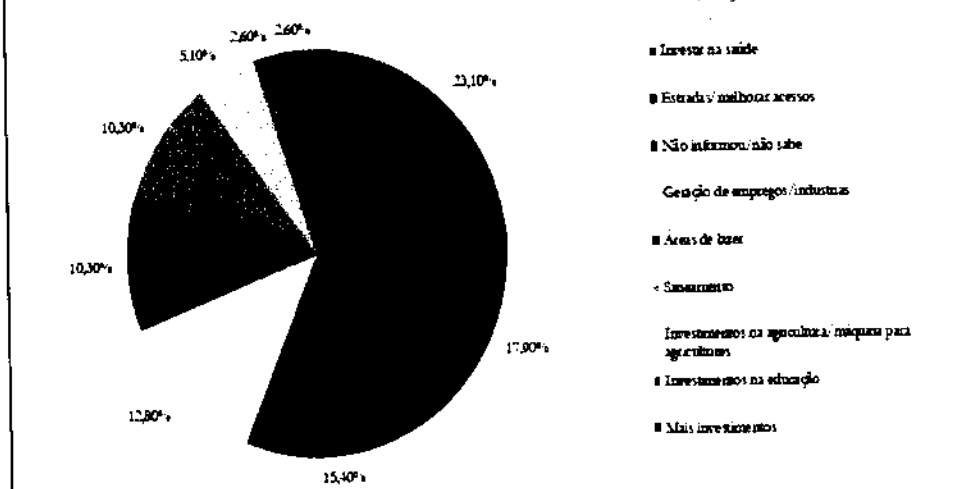
COMOC/DILIC
Fls.: 487
Proc.: 4016/2011
Rubr.:

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA ADA



DEMANDA DA POPULAÇÃO

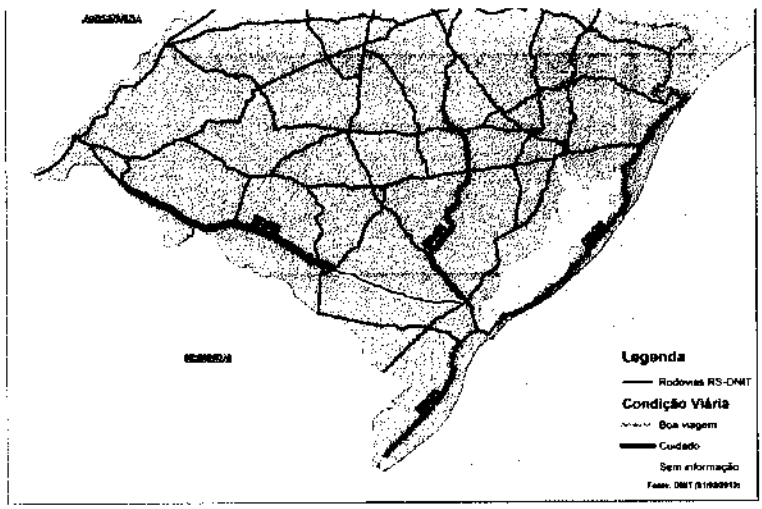
INVESTIMENTOS NA ÁREA SOCIAL - ADA



EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 488
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

PRINCIPAIS RODOVIAS E CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE



CONDIÇÕES DE SATURAÇÃO DAS RODOVIAS

Descrição do Impacto:

- O processo se dá devido aos contatos prévios com o poder público e setor privado, além do cadastramento das famílias e levantamento fundiário

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

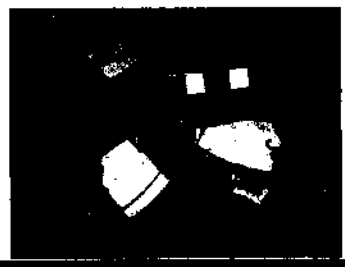
- Programa de Comunicação Social;

EM BRANCO

26/11/2014
COMOC/DILIC
Fls.: 489
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

- Ocorrência de um sitío arqueológico com concentração de cerâmicas conhecidas como da Tradição Tupi-guarani, lítico lascado e polido, áreas de combustão e restos de alimentação. Registrado no LEPAN/FURG com a sigla RS-LC-73: Retiro I.
- Parecer da Fundação Palmares confirma que a área de lavra não interfere em áreas quilombolas.



IMPACTO: GERAÇÃO DE EXPECTATIVA JUNTO À POPULAÇÃO

Descrição do Impacto:

- O processo se dá devido aos contatos prévios com o poder público e setor privado, além do cadastramento das famílias e levantamento fundiário

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Comunicação Social;

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 490
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela geração de expectativa na população e na demanda por habitação durante as fases de planejamento, implantação e operação

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Contratação da Mão de Obra;

IMPACTO: AUMENTO DO TRÁFEGO DE VEÍCULOS PESADOS

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pelo transporte e insumo e mão de obra, movimentação das máquinas e veículos na implantação e na operação no transporte de minério pré-concentrado e do concentrado de minerais pesados

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Controle de Tráfego

EM BRANCO

26/11/2014
COMOC/DILIC
Fls.: 491
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: AUMENTO DO RISCO DE ACIDENTES

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pelo transporte e insumo e mão de obra, movimentação das máquinas e veículos na implantação e na operação no transporte de minério pré-concentrado e do concentrado de minerais pesados

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Controle de Tráfego

IMPACTO: AUMENTO DA DEMANDA POR HABITAÇÃO

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pelo aumento da demanda por habitações devido à necessidade dos trabalhadores contratados morarem nas imediações das obras de implantação e na operação

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Contratação de Mão de Obra

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 492
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: INCREMENTO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pelo aumento da demanda por habitações devido à necessidade dos trabalhadores contratados morarem nas imediações das obras de implantação e na operação

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Programa de Contratação de Mão de Obra

IMPACTO: AUMENTO DA DEMANDA SOBRE A INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela contratação da mão de obra que gera o aumento da demanda por serviços públicos nas áreas de saúde, educação, saneamento ambiental e energia na implantação e na operação

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Contratação de Mão de Obra;
- Programa de Potencialização dos Benefícios Econômicos;

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 493
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: ALTERAÇÃO DA PAISAGEM

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela alteração da topografia do terreno, supressão de vegetação, armazenamento temporário do solo orgânico, emissão de particulado e interferência em infraestrutura existente (BR-101), na implantação e na operação

Significância: Média

Medidas Mitigadoras

- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);

IMPACTO: ALTERAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ÀS PROPRIEDADES

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela operação da lavra e pela abertura de novos acessos e utilização dos existentes para o transporte de insumos na implantação e de pré-concentrado na operação

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Controle de Tráfego

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 494
Proc.: 4016/2011
Rubr.:

IMPACTO: REDUÇÃO DE PRODUÇÃO E RENDA AGRÍCOLAS

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela operação da lavra e pela abertura de novos acessos com intervenções em áreas agrícolas e de reflorestamento que terão sua atividade temporariamente suspensa.

Significância: Baixa

Medidas Mitigadoras

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
- Programa de Contratação de Mão de Obra,
- Programa de Gestão de Áreas para Mineração

IMPACTO: REDUÇÃO DE PRODUÇÃO E RENDA AGRÍCOLAS

Medidas Mitigadoras

- Criação do centro de estudos com a participação da Universidade Federal do Rio Grande, da Universidade Federal de Pelotas, Embrapa e Emater, além do que envolverá a FURG, UFPEL, Embrapa e EMATER.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 495
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTOS POSITIVOS

IMPACTO: GERAÇÃO DE EMPREGOS

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pelo recrutamento e contratação da mão de obra nas fases de implantação e operação

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Contratação de Mão de Obra

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 496
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

IMPACTO: AUMENTO DA RENDA

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pelo recrutamento e contratação da mão de obra nas fases de implantação e operação

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Contratação de Mão de Obra

IMPACTO: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pela contratação de mão de obra e de serviços e pela venda de minério

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Potencialização dos Benefícios Econômicos;

EM BRANCO

26/11/2014
COMOC/DILIC
Fls.: 497
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IMPACTO: DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA

Descrição do Impacto:

- O processo se dá pelos contatos prévios e cadastramento das famílias e levantamento fundiário, criando expectativas na população na implantação e no recrutamento e contratação de mão de obra

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Potencialização dos Benefícios Econômicos;
- Programa de Contratação de Mão de Obra;

IMPACTO: MELHORIA DA BALANÇA COMERCIAL

Descrição do Impacto:

- O processo se dá devido à venda do minério

Significância: Alta

Medidas Mitigadoras

- Programa de Potencialização dos Benefícios Econômicos

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 498
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

PROGRAMAS AMBIENTAIS

PROGRAMAS AMBIENTAIS

- **Controle e Prevenção** dos impactos ambientais avaliados como negativos, porém passíveis de intervenção, podendo ser evitados, reduzidos ou controlados
- **Corretivos** destinados a mitigar os impactos negativos que foram considerados reversíveis, como ações de recuperação e recomposição das condições ambientais existentes antes das intervenções
- **Compensatórios**, destinados aos impactos ambientais negativos irreversíveis. As medidas indicadas destinam-se à melhoria de outros elementos significativos, com o objetivo de compensar a realidade ambiental da área
- **Monitoramento** , destinados ao acompanhamento e registro da ocorrência e intensidade dos impactos e do estado dos componentes ambientais afetados, de modo a propiciar a correção ou mitigação dos efeitos negativos em tempo hábil

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 499
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

PROGRAMAS AMBIENTAIS - MEIO FÍSICO

- **PROGRAMA DE ONTROLE AMBIENTAL DAS OBRAS (PCAO)**
  - SUBPROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – IMPLANTAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS – IMPLANTAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE CONTROLE DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS – IMPLANTAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE CONTROLE DE RUÍDO E VIBRAÇÕES – IMPLANTAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE CONTROLE DE EROSÃO E ASSOREAMENTO – IMPLANTAÇÃO
- **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS – IMPLANTAÇÃO**
- **PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA OPERAÇÃO (PGA)**
  - SUBPROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – OPERAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE EFLUENTES – OPERAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE CONTROLE DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS – OPERAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE CONTROLE DAS EMISSÕES SONORAS – OPERAÇÃO
  - SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – OPERAÇÃO

PROGRAMAS AMBIENTAIS - MEIO BIÓTICO

- **PROGRAMA DE RESGATE DE FLORA – OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FLORA – OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE AFUGENTAMENTO E RESGATE DA FAUNA TERRESTRE – OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE ATROPELAMENTO DA FAUNA SILVESTRE - OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FAUNA TERRESTRE E AQUÁTICA - OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA E INTERVENÇÃO EM APP – IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRABALHADORES – IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)**

EM BRANCO

26/11/2014
COMGEO/DILIC
Fls.: 500
Proc.: 4016/2014
Rubr.:

PROGRAMAS AMBIENTAIS

- **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRABALHADORES – IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- **PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO DA MÃO DE OBRA**
- **PROGRAMA DE POTENCIALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS**
- **PROGRAMA DE GESTÃO DE ÁREAS PARA MINERAÇÃO**
- **PROGRAMA DE CONTROLE DE TRÁFEGO**
- **PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**
- **PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRAD)**
- **PLANO DE FECHAMENTO**
- **PROGRAMA DE DESMONTE E DEMOLIÇÃO**
- **PROGRAMA DE MONITORAMENTO PÓS-FECHAMENTO**
  - **Subprograma de monitoramento da fauna**
  - **Subprograma de monitoramento da flora**
  - **Subprograma de monitoramento de águas superficiais**
  - **Subprograma de monitoramento hidrogeológico**
  - **Subprograma de monitoramento da qualidade ambiental**

ALTERNATIVAS PARA DESATIVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS

- As frentes de lavra serão recuperadas simultaneamente ao avanço da lavra, **devolvendo, sempre que possível, o terreno em condições de uso semelhantes à anterior à lavra**.
- Restará um lago na cava final, de cerca de 7 ha, que terá seus taludes conformados para compor com a paisagem local, resultando num refúgio para a fauna silvestre.
- Após recuperação, as áreas da UB deverão ser utilizadas conforme plano-básico executivo do fechamento, e que poderá vir a ser um uso industrial.
- Todas as áreas serão investigadas por um Programa de Investigação de Contaminação e caso apresente sinais de contaminação, ela deverá ser remediada com um Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas.

EMBRAPA

COMOC/DILIC
Fls.: 501
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

CONCLUSÃO

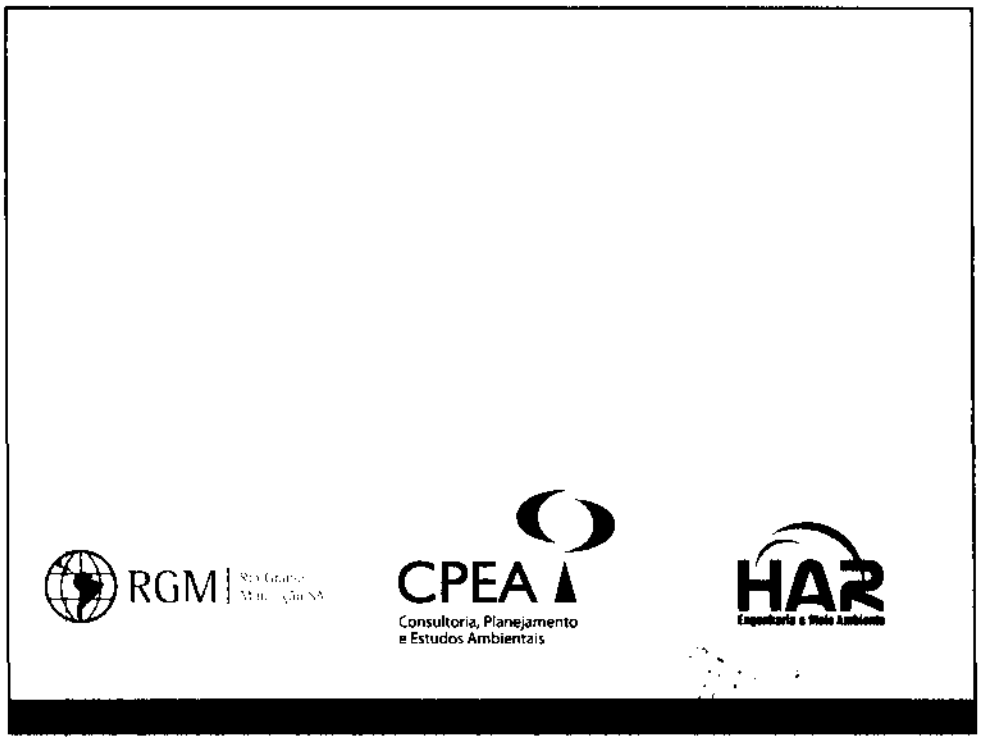
- ✓ **Considerando:**
- ✓ **Que a implantação do Projeto Retiro trará poucos efeitos negativos sobre o ambiente natural pois sua implantação e operação se dará preferencialmente em áreas já alteradas e conservando áreas mais sensíveis como as praias, lagunas e banhados;**
- ✓ **Que o empreendimento trará efeitos sinérgicos ou cumulativos sobre o meio socioeconômico do município, mas com ações para a minimização das interferências negativas e potencialização das positivas**
- ✓ **Que a recuperação ambiental ocorrerá simultaneamente a lavra, reduzindo a extensão e duração impactos advindos da mineração;**
- ✓ **CONLUÍ-SE PELA VIABILIDADE AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO desde que adotadas as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos avaliados, e implementados os programas ambientais apontados no EIA.**

FIM

Obrigado.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 502
Proc.: 4046/2011
Rubr.:



EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 503
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

MEM. 02001.018223/2014-52 DILIC/IBAMA

Brasília, 24 de novembro de 2014

Ao Senhor Superintendente do RS/GABIN

Assunto: **Convida para participar de Audiência Pública referente ao Projeto Retiro.**

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo que o IBAMA promoverá duas Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do empreendimento denominado Projeto Retiro, de responsabilidade da empresa Rio Grande Mineração, previsto a ser implantado nos municípios de Rio Grande e São José do Norte.

2. Conforme publicado em edital, na Seção 3, do Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2014, informo que as referidas audiências públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande e São José do Norte - RS. Assim, venho por meio deste, convidá-lo a presidir as citadas Audiências Públicas, sendo que na oportunidade a equipe desta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC se fará presente nas Audiências e poderá auxiliá-lo na condução. Solicito, também, que a equipe do NLA-RS participe das audiências e que seja verificada a possibilidade de apoio logístico dessa Superintendência com a disponibilização de veículo e motorista para deslocamento da equipe de quatro servidores da DILIC.

3. Encaminho, para conhecimento, cópia do edital com informações adicionais e coloco à Coordenação de Mineração e Obras Civis à disposição de Vossa Senhoria, para os esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do número (61) 3316-1098.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COMOC/DILIC
Fls.: 504
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

OF 02001.013361/2014-45 DILIC/IBAMA

Brasília, 24 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Zeny dos Santos Oliveira
Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de São José do Norte - Rs
Rua Edgardo Pereira Velho, 635 Bairro Tamandaré
SAO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96225000

Assunto: **Audiências Públicas do Projeto Retiro.**

Senhor Prefeito Municipal,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vem por meio deste convidá-lo a participar das Audiências Públicas, a serem realizadas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao empreendimento denominado Projeto Retiro em nome da empresa Rio Grande Mineração S.A.

2. Conforme edital publicado no Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2014, informo que as referidas Audiências Públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades Rio Grande e São José do Norte.

3. Informações adicionais constam do citado edital (cópia anexa).

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 505
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.013360/2014-09 DILIC/IBAMA

Brasília, 24 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Alexandre Duarte Lindenmeyer
Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Rio Grande
Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200900

Assunto: **Audiências Públicas do Projeto Retiro.**

Senhor Prefeito Municipal,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vem por meio deste convidá-lo a participar das Audiências Públicas, a serem realizadas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao empreendimento denominado Projeto Retiro em nome da empresa Rio Grande Mineração S.A.

2. Conforme edital publicado no Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2014, informo que as referidas Audiências Públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades Rio Grande e São José do Norte.

3. Informações adicionais constam do citado edital (cópia anexa).

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 506
Proc.: 9046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.013477/2014-84 DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Ao Senhor
Andrey Tosenthal Schlee
Diretor do Iphan - Instituto do Patrimônio Hist. e Artístico Nacional
SEPS. Qd. 713/913 Sul, Bl D, Ed. IPHAN
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70390135

Assunto: **Audiências Públicas sobre Projeto Retiro**

Senhor Diretor,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vem por meio deste convidá-lo a participar das Audiências Públicas, a serem realizadas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao empreendimento denominado Projeto Retiro, que trata do licenciamento ambiental de projeto de mineração, à ceu aberto, para exploração de ilmeniza, zirconita e rutilo, localizado no município de São José do Norte (RS).

2. Conforme edital em anexo, informo que as referidas Audiências Públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades de São José do Norte e Rio Grande, ambas no Estado do Rio Grande do Sul. Informações adicionais constam do citado edital.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

DILIC
Fls.: 507
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

OF 02001.013480/2014-06 DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Ao Senhor
Nilvo Luiz Alves da Silva
Diretor Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental
Av. Borges de De Medeiros,261
PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 90020021

Assunto: **Audiências Públicas sobre Projeto Retiro**

Senhor Diretor Presidente,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vem por meio deste convidá-lo a participar das Audiências Públicas, a serem realizadas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao empreendimento denominado Projeto Retiro, que trata do licenciamento ambiental de projeto de mineração, à ceu aberto, para exploração de ilmeniza, zirconita e rutilo, localizado no município de São José do Norte (RS).

2. Conforme edital em anexo, informo que as referidas Audiências Públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades de São José do Norte e Rio Grande, ambas no Estado do Rio Grande do Sul. Informações adicionais constam do citado edital.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

CONTROLADO
508
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.013478/2014-29 DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Ao Senhor
Marcelo Marcelino de Oliveira
Diretor do Marcelo Marcelino de Oliveira
Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, EQSW 103/104, bloco C, 1 anda
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70670350

Assunto: **Audiências Públicas sobre Projeto Retiro**

Senhor Diretor,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vem por meio deste convidá-lo a participar das Audiências Públicas, a serem realizadas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao empreendimento denominado Projeto Retiro, que trata do licenciamento ambiental de projeto de mineração, à ceu aberto, para exploração de ilmeniza, zirconita e rutilo, localizado no município de São José do Norte (RS).

2. Conforme edital em anexo, informo que as referidas Audiências Públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades de São José do Norte e Rio Grande, ambas no Estado do Rio Grande do Sul. Informações adicionais constam do citado edital.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
509
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.013479/2014-73 DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Ao Senhor
Julio Cesar Gomes Pinho
Diretor Substituto da Dpds-Funai-Mj
SBS - Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles Brasília/DF
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70818900

Assunto: **Audiências Públicas sobre Projeto Retiro**

Senhor Diretor Substituto,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vem por meio deste convidá-lo a participar das Audiências Públicas, a serem realizadas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao empreendimento denominado Projeto Retiro, que trata do licenciamento ambiental de projeto de mineração, à ceu aberto, para exploração de ilmeniza, zirconita e rutilo, localizado no município de São José do Norte (RS).

2. Conforme edital em anexo, informo que as referidas Audiências Públicas serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades de São José do Norte e Rio Grande, ambas no Estado do Rio Grande do Sul. Informações adicionais constam do citado edital.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

(1)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA/RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
1	Luiz Clody Sobrino	5005106505	51-81929923	VENTOS ATLÂNTICO	[illegible]
2	João Paulo Peyro	1002005708	51-99873373	CENTRAL LTDA	[illegible]
3	Sérgio Luis Pompéu	9.363.757	11-40823200	CPEA	[illegible]
4	Fernando Hartmann	7010844558	51-3221.9012	HAR	[illegible]
5	LEANDRO GONÇALVES	08838850-9	51-3221-9012	HAR	[illegible]
6	AURÉLIO LIBANORI	4926953	11-3739-2244	CPEA/AL.	[illegible]
7	Israel Veloso Castro	2330500	53-9987-5818	RGM	[illegible]
8	ROBERTO TAKAHASHI	65438784	11 986700137	CPEA	[illegible]
9	RICARDO M. GARVIZU FLORES	37.205.101.7	11 96496.9661	RGM	[illegible]
10	CARLOS FARIA	8072377313	(53) 9962-3399	CONCREMAT	[illegible]
11	LUIZ BIZZI	5008217696	11-96497 3737	RGM	[illegible]
12	Luiz de A. Campiani Jr	2002314813	53 99039855	JORNAL DO LITORAL	[illegible]
13	Cesar Augusto Braga Dias	CREA 50.842-RS	51-84880099	RGM	[illegible]
14	Fernando Costanilha	756.256.490.34	(53) 99776735	Instituto Histórico SSN	[illegible]

COMOC/DILIC
Fls.: 510
Proc.: 4046/2014
Rubr.: [illegible]

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
15	Sergio G C Ferrari	1038898268	5384547354	IPAC	[illegible]
16	Daniel Dalla Vecchia	5037204079	5384123418	FURG	[illegible]
17	Gilberto Griep	8807714201		FURG	[illegible]
18	Daniel Rodrigues	1116114776	99923060	Esteito/SSN	[illegible]
19	Paulo Fernando Paim	5031651971	91793237	Gran Energia	[illegible]
20	Raquel Pereira Pantes	8069163726	53-99780933	FURG	Raquel Pantes
21	Alexandre Vignoli de Castro	ONG LAGUNA SULAMBIENTAL	53.99253725	6032995241	[illegible]
22	Wanda Leite	2020755593	53-91020133	Radio Cultura	[illegible]
23	Cleverson O. Cardoso	1086755905	53-84640903	Migrante	[illegible]
24	[illegible]	6.902.596.	—	Comunidade	[illegible]
25	José M. Cerdá	1069534658	5384561085	Anhanguera	[illegible]
26	Rossana Chiaffitelli	1013045354	53 32337275	SMMA-PMRG	Rossana Chiaffitelli
27	Rosâni Ribeiro	8028822321	53 32312433	SEBRAE	[illegible]
28	Lucian Cogo	8059154780	—	—	[illegible]
29	LM Silva	8098273093	—	—	[illegible]
30	Raizza Lopes	3077316879	—	—	[illegible]
31	Carolina Machado	5181604787	—	—	Carolina Machado
32	Fabiano Viera	1087979694	84321269	FURG	[illegible]
33	Caio F Santos	3837906		FURG	Caio [illegible]
34	Marcio Maneses Martins	8065837844	(53) 9138.9433	MPF	[illegible]
35	Pablo Santos Martins	1114307745	(53) 21253342	FURG	[illegible]
36	Lauro Gallardo	2554389287	(53) 32336518	FURG	[illegible]
37	Daniel Silveira	5072387383	(53) 91388418	—	[illegible]
38	Mauro Castro	4268682323	(53) 8131.8262	MBS TV	[illegible]

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
39	SERGIO A. BRIDI	4038846-0	(41) 32629381	TS. MIN. LTDA	
40	LUCIANO A. SOBCEIRO	7069281876	32381359		
41	ALOIR FERREIRA	8087093723	53.99631421	AMBAR FLORESTAL	
42	Antonio Carlos M. Souza	OABRS 12786	53 99769408	PROPRIETARIO	
43	FRANCISCO SIMÕES PIRES	2005006325	(54) 32442313	ASSESSORIA Amb	
44	Paulo Roberto Azevedo	4008576631	(51) 99551752	FLOPAL	
45	RENATO MATOS MARINES	10.382847	(11) 997930055	BRM AMBIENTAL	
46	Nagos Jorge D. Velho	1002211187	(53) 99752630	Flopal	
47	PAULO CESAR AZEVEDO	8000518358	(51) 97011544	FLOPAL	
48	Miriam Gonçalves Cezar	3095334995	(53) 84191754	Comunidade	Miriam Cezar
49	INSTITUTO CAVALEIROS FARROUPILHAS	RG101447101	(51) 3499.2473	Presidencia	
50	IPAC / MARCO SOLDELO	5022004559	53) 84567560	IPAC	
51	ALEX SAAD VIEIRA	1041319326	5384032932	UNIMED LITORAL	
52	FREDERICO [illegible]	1045861174	(51) 99764832	NBS ADVOGADOS	
53	[illegible]	528 467 760 91	53 84228507	IPAC	
54	Carolina Amorim da S. Bittencourt	7096458059	(53) 81386522	COMUNIDADE	Carolina Amorim
55	Thomas Vieira	1012839625	53-32328104	Comunidade	
56	JOEL DE AVILA	2016143774	99713959	SIND. RURA	
57	[illegible]	091541770/04	84474189	ONG-GAN	
58	Elison C. Alvernaz	9085301449	53.84257831	FURG	
59	Jorge Alberto Prestes Daniel	6063468422	84036636	UNIMED	
60	RICHARD EDRADEK	1054820913	84159420	MARINHA DO BRASIL	
61	PATRÍCIA SÓRIA DA SILVA	1058019603	81253261	PRONATEC ANHANGUERA	
62	Raquel Hädrich Silva	50231638-X	(53) 84244056	UFPEL	Raquel

COMOC/DILIC
Fls.: 511
Proc.: 4046/2011
Rubr.: [illegible]

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
63	Estefânia Martins Costa	4095330603	99676944	comunidade	[illegible]
64	Christian Vise de Lemos	8053413871	99712324	P.M. S.J. No. 4	[illegible]
65	Claudio Alves Tarouco	8021996908	81366830 (53)	GABEX (SJN.)	Claudio A. Tarouco
66	Elaton Oliveira	6085298567	81219134	FURG	[illegible]
67	Marcela de C. Moscoretto	3.810.712	(53) 81147755	comunidade	marcela de C. M.
68	Claudio Silva	1001565454	81114062	Plaza Grill	[illegible]
69	Francielle Kraus Teixeira	9105520011	81502036	Furg	Francielle Kraus.
70	Kelly Martinato	1073676429	84345766	FURG	[illegible]
71	Paulo R. Tagliani	6009778843	91387185	FURG	[illegible]
72	Eduardo A. Jasinosa	6014759087	99620624	Prefeitura	[illegible]
73	Miriam Vidal	10.22459034	(53) 9301166	SMMA	[illegible]
74	LUIZ JASINIEWICZ	9000818857	(053) 99560925	SMMA	[illegible]
75	Jéssica R. Costa	6094099717	(53) 84632360	FURG	Jéssica R. Costa
76	William Pereira	8074342791	53 9998.4978	RSS	William P.
77	Neri Cohara Dusol Jr.	85084352425	—	ICB	[illegible]
78	Horacio R.S. Rodrigues	1083067627	53 81364323	DCE-FURG	[illegible]
79	Graziele Rossi	2093013321	51 81103036	FURG	[illegible]
80	Rolf Georg Fuchs	M-2.509.314	31 84226596	INTEGRATIO	[illegible]
81	Alexandre Sindermeyer	1023405447	84035436	Prefeitura	[illegible]
82	Rosanna Jasiniewicz	02003682066	99906188	RGM	[illegible]
83	Eduardo S. Neleno	9090933848	84475207	RGM	Eduardo S. Neleno
84	Priscila Duarte	7096661223	97031104	Comunidade	[illegible]
85	Debora Garighan	4084348749	81141550	comunidade	Garighan
86	Laetitia G. Garcia	1100984408	81083376	Comunidade	[illegible]

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
87	Renan Gutierres Lopes	1033333137	53 84027951	Câmara Cascudo	
88	Roberto Gomes	2034989145	(53) 9100-0486	Comador	
89	Giovani da S. Costa	50413243688	(53) 99937277	CRED NORTE	
90		1089280612	(51) 96325110	AMBAR FLORESTAL	
91	Telmo J. de Azevedo	3005111211	51 96576178	FLONA	
92	Celso Eduardo Medeiros Reva	1049045352	51 9954-4818	VDA	
93	Maiga Silveira Chana	30858943539	53 99388194	V.V.3	
94	Alexandre Pontes de Azevedo	2044085071	51 95587475	VDA	
95	VALTER P. DIAS DE ALMEIDA	902342157	53 99816911	PROD. RURAL	
96	Daniela Veleda Moura	1074497734	53 81122905	Técnica de laboratório da FURG	
97	Thais W. Martins	6065384726	(53) 8120.1977	SEC. MUN. TURISMO	
98	William Cezar Jr	1001493194	84130553	Comerciante	
99	PALLADINO	800224356 9	9953.0310	PREFEITURA	
100	Cinoo Libermann	1004363709	9808.6324	Ibama	
101	M. Fagundes Bacchi	1972376-5	99994535	SANTOS	
102	Gilberto Pinto	30	3135 1066	PARTICULAR	
103	Gilberto Pinto	3016701512	99456283	"	
104	Tito Escobar	1001948668	(51) 99553677	Prefeitura RG	
105	Orlando Lemos	8051539859	(51) 9395-0324	HBS Advogados	
106	Sandro R. F. da Silva	70644598871	(51) 8600.5241	Serviços Portos	
102	NORTON M. GIANUCA	4004047561	(53) 99644690	COMDEMA	
108	Paulo Bento	1065392001	053-31027248	SMMA-SG Verde	
109	LUCIANO CORTINHAS JR	5007824559	053-8118-5441		
110	FELIPE BRAZ	5100280841	81328205		

COMOC/DILIC
Fls.: 512
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
111	Amara Lima	9065378516	(53) 91133743	—	[illegible]
112	EDUARDO Feijó	1065847831	(53) 84092636	ONG LAGUNA SUL	[illegible]
113	SWami Feijó Fonseca	6044483151	(53) 81071082	comunidade	[illegible]
114	Luik Marques		(53) 99430716	Adrangueira	[illegible]
115	Triscila Dias da Rosa	3077652901	(53) 84245471	FURG	[illegible]
116	MARÍLIA RUSSO	1060262282	(53) 81155944	PGM-SÃO JOSÉ DO NORTE	[illegible]
117	Paula Moraes		(53) 32382210	Litoral FM	[illegible]
118	Hélanos Xavier	1074455062	(53) 99671489	Câmara Vereador	[illegible]
119	Raisa de Siqueira Alves	33532370	(53) 81049056	FURG	[illegible]
120	Ana Lourdes da S. Ribeiro	58480396-6 SSP/MA	(51) 81332646	FURG	[illegible]
121	Leilene de O. Ortiz	6084351052	(53) 81553345	FURG	[illegible]
122	WANA SARAGOL VIEIRA	1083151711	(53) 81348880	MPF	[illegible]
123	Damitia C. Chaves	8046908292	(53) 9941.5302	ENGEBIO	[illegible]
124	Andresso Bonilla	M1502 7581	(53) 8435 6465	FURG	Andresso Bonilla
125	Hamilton Zdradek	101.742608-28	(53) 84051338	Zdrad. & imóveis	[illegible]
126	Dione Kitzmann	7014767557	32323662	FURG/IO	[illegible]
127	Augusto de Ávila Alaniz	8106410734	(53) 99116735	Furg	[illegible]
128	[illegible]	4048552853	(53) 98441780	PMPA	[illegible]
129	Eliza Maria Lagana Coto	18.229.750-5	(53) 8111-1303	FURG	[illegible]
130	[illegible]	OAB/RS nº 50877	(53) 99378528	CEA-Centro de Estudos Ambientais	[illegible]
131	Danielle Gomes Machado	2099983559	(53) 91661749	FURG	[illegible]
132	Marcelo Correia Barbosa Jr.	35.577.007-6	(53) 81585190	FURG	[illegible]
133	GUILHERME W. DE LEMOS	9026506122	(53) 99762190	CAMARA COMERCIO	[illegible]
134	João Carlos B. Cousin	9030259148	53.99711292	Pref. Mun. R.G	[illegible]

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
135	Fabiane Fagundes da Fonseca	1115641671	84269006	FURG	
136	José Luiz A. Correa	95037/RS OAB/	84101883	IPAL	
132	Erica Barcellos	1103914782	99962054	CMRG	
138	Vinicius Thomas Puccinelli	2106696764	99797989	FURG	
139	Tatiane Farias Alves		99996229	FURG	
140	Tatiane dos S. Lima	5091754183	84093787	Furg	
141	Elisiomara Lazzari	8100541765	53 81357783	FURG	

COMOC/DILIC
Fls.: 513
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
142	[illegible]	6111623584-RS	21-981781136	[illegible]	
143	José Abreu	7DIG101303	53/91731300	ABRAS DESPACHO	
144	Virgínia T. Silveira	1068209601	9991 8263	S.M.M.S/FURG	
145	Glenio Aguiar	3068104101	91455562	SMCB/PMSSM	
146	Francisca E. Xavier	083334010	99130196	Pref. S.J.N.	
147	Moisés F. Duarte	3059773016	79636473	AMARO	
148	Caroline da C. Rezende	3176906048	8452-8528	FURG	Caroline R.
149	Suzelene G. Marques	31C4334055	53995519532	FURG	
150	Tarcísio Dias	1054396674	99362920	IPAC	
151	Andrise Becker	6C4079518G	32935800	FAMILIA - MST	
152	Luciana Barcellos Pinto	7111108937	32332715	FURG	Luciana Barcellos
153	Alisson Souza Correa	9C94RJ0054	84055469	FURG	
154	Jonatan d'Avila Duarte	911272 2633	91161582	FURG	
155	Alex Reginatto	3496F638-0	11 98316-3179	S. Bento	
156	Maria C. Tavaniniec	6053411484	99719271		Maria
157	Gabriel Lobeiro Borges	3-041432-1	8108-3181	FURG	
158	[illegible]	1854550	53-99473383	RGM	
159	Eduardo Gibbon Pará	3103801274	53-99552405	RGM	
160	José Valeirão	8002668611	91659164	Colônia 740	
161	Rhamira Duarte G. Pascual	9110026946	(53)995890 22	FURG	Rhamira Pascual
162	Rubia Tavares	20102956 74	53 - 32302575	CIAN	
163	Ilsa Fonseca Gonçalves	110995449 23	(53) - 81395890	comunidade	
164	Vanessa Melo Soares	018523280 96	(53) 81101664	comunidade	Vanessa M. Soares

COMOC/DILIC
Fls.: 514
Proc.: 4040[illegible]
Rubr.:

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
165	Karina Machado Macedo	9111736725	(53) 8150-1350	FURG	Karina Macedo
166	[illegible]	510 206 8979	(53) 91652631	FURG	[illegible]
167	ANDRÉ FIGURELLI MAIA	6106004879	53 81344767	FURG	ANDRÉ MAIA
168	Elisiane Machado	7076772933	53 99748794	S.J.N.	[illegible]
169	CARLOS FARIA	1006994037	32813766	UNIMED	[illegible]
170	Maria Elena Faria	4006993259	99631330	Unimed	[illegible]
171	[illegible] Machado Bittencourt Junior	7093812796	(53) 99663848	SJN	[illegible]
172	Poliane da Silva Arreu	7065246451	(53) 99498521	ANHANGUERA	
173	Daionna C. Jasiniewicz	9094528156	99929445		[illegible]
174	Estefani Coudillo Rios	4108248183	89735421		[illegible]
175	Cassiano Teixeira Rocha	037699920-78	(53) 84653653	FURG	[illegible]
176	Tallandre Matos do S. Pereira	048 815 025-65		FURG	Tallandre Matos

COMOC/DILIC
Fls.: 515
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

IBAMA
M M A

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL REFERENTE AO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Em três de dezembro de dois mil e quatorze, às 19:20, na Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n, município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Presidente da Mesa Diretora, realizou a abertura oficial da Audiência Pública. Em seguida, o mestre de cerimônias convidou a assembleia para compor a Mesa Diretora o Presidente da Mesa Diretora, Jônatas Souza da Trindade Coordenador de Mineração e Obras Civis da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA, a Secretária-Executiva, Auristela Ramos do Carmo, o representante da Rio Grande Mineração, Luiz Augusto Bizzi, o Vice-Prefeito do município de Rio Grande, Eduardo Barros, o Vice-Prefeito do município de São José do Norte, Francisco Xavier, a Procuradora do Ministério Público Federal do Rio Grande, Anelise Becker, Vereador representante da Câmara Municipal de São José do Norte, Anderson da Fonseca Duarte, Presidente da Câmara de Comércio, Renan Gutterres Lopes, Professor representante do Conselho Municipal do Meio ambiente, Norton M. Gianuca. Composta a Mesa Diretora, anteriormente ao Presidente convidar a todos para execução do Hino Nacional o mestre de cerimônias registrou a presença do Presidente do Sindicato Rural do Rio Grande, Vereador Joel de Ávila. O Presidente da Mesa deu palavra aos componentes da Mesa Diretora. A Senhora Anelise Becker apontou algumas preocupações acerca: a incompatibilidade entre parque eólico e Projeto Retiro; os superficiários e arrendatários; as medidas mitigatórias antecipatórias como educação, transporte, saúde relacionadas aos impactos de empreendimentos de grande porte como estaleiro e mineração; especulação imobiliária e medidas compensatórias aos bens históricos. Depois que todos os componentes da Mesa se pronunciaram, o mestre de cerimonias solicitou que a Mesa Diretora fosse desfeita para dar lugar à Mesa Técnica composta pelo Presidente da Mesa, pela Secretária-Executiva, pelo representante da mineração e pelo representante da empresa de consultoria, senhor Roberto Takahashi. Dando continuidade, o Presidente da mesa realizou a leitura do Regulamento que rege a Audiência Pública. Na sequência, iniciou-se a fase de apresentações. O presidente da mesa da audiência apresentou as atribuições do IBAMA, o processo de licenciamento ambiental, suas etapas e a legislação pertinente. Ele também ressaltou a importância da Audiência Pública e da participação dos presentes. Em seguida, apresentou breve histórico do processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento em questão. Após, o representante da Rio Grande Mineração explanou acerca das características do projeto e apresentou um vídeo. O Presidente da Mesa registrou a presença do Prefeito do município de Rio Grande, Alexandre Lindenmeyer. Na sequência, o representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA (consultoria ambiental) o Senhor Roberto Takahashi apresentou uma síntese do estudo ambiental, enfatizando os impactos ambientais previstos e as medidas mitigadoras e programas de monitoramento propostos. Em seguida, o Presidente definiu intervalo de 15 (quinze) minutos e informou a abertura de inscrições para questionamentos e comentários referentes ao estudo ambiental do empreendimento. Retomando os trabalhos, o Presidente compôs a Mesa Diretora formada pela Secretária-Executiva, representante do empreendedor e

MFCA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 516
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

consultoria, além do presidente. O mesmo deu início à fase de questionamentos solicitando ao Senhor Luiz Augusto Bizzi que respondesse aos questionamentos feitos no pronunciamento da Procuradora Anelise Becker, sendo prontamente atendido. A Senhora Procuradora solicitou que fossem melhor explicados os efeitos sinérgicos do empreendimento, também respondido pelo empreendedor. Antes da finalização dos questionamentos a Senhora Promotora voltou a se pronunciar a cerca de chamado de ordem realizado por estudante que não havia se inscrito para questionamento oral sobre desentendimento empreendedor e estudante, viabilidade legal sobre a efetivação ou não do empreendimento e solicitou melhor detalhamento dos programas do projeto na Audiência a ser realizada em 04 de dezembro de 2014 no município de São José do Norte. Registra-se nesta ata que a Audiência Pública foi gravada e filmada, incluindo os registros dos questionamentos e suas respostas. O Presidente agradeceu a presença de todos os cidadãos presentes e encerrou os trabalhos às 00:50. Eu, Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo, lavrei esta Ata, por mim assinada e pelo Presidente da Mesa Diretora, pela Secretária-executiva, pelos representantes do empreendimento e pelo representante da empresa de consultoria ambiental e por outras autoridades presentes que assim ~~o~~ desejarem. Mariana Carriconde (Secretária de Ata); _____ (Presidente); Daniela R. do Carmo (Secretária-executiva); _____ (Representante da Consultoria Ambiental); _____ (Representante da Rio Grande Mineração).

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 517
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL REFERENTE AO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Em três de dezembro de dois mil e quatorze, às 19:20, na Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n, município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Presidente da Mesa Diretora, realizou a abertura oficial da Audiência Pública. Em seguida, o mestre de cerimônias convidou a assembleia para compor a Mesa Diretora o Presidente da Mesa Diretora, Jônatas Souza da Trindade Coordenador de Mineração e Obras Civis da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA, a Secretária-Executiva, Auristela Ramos do Carmo, o representante da Rio Grande Mineração, Luiz Augusto Bizzi, o Vice-Prefeito do município de Rio Grande, Eduardo Barros, o Vice-Prefeito do município de São José do Norte, Francisco Xavier, a Procuradora do Ministério Público Federal do Rio Grande, Anelise Becker, Vereador representante da Câmara Municipal de São José do Norte, Anderson da Fonseca Duarte, Presidente da Câmara de Comércio, Renan Gutterres Lopes, Professor representante do Conselho Municipal do Meio ambiente, Norton M. Gianuca. Composta a Mesa Diretora, anteriormente ao Presidente convidar a todos para execução do Hino Nacional o mestre de cerimônias registrou a presença do Presidente do Sindicato Rural do Rio Grande, Vereador Joel de Ávila. O Presidente da Mesa deu palavra aos componentes da Mesa Diretora. A Senhora Anelise Becker apontou algumas preocupações acerca: a incompatibilidade entre parque eólico e Projeto Retiro; os superficiários e arrendatários; as medidas mitigatórias antecipatórias como educação, transporte, saúde relacionadas aos impactos de empreendimentos de grande porte como estaleiro e mineração; especulação imobiliária e medidas compensatórias aos bens históricos. Depois que todos os componentes da Mesa se pronunciaram, o mestre de cerimonias solicitou que a Mesa Diretora fosse desfeita para dar lugar à Mesa Técnica composta pelo Presidente da Mesa, pela Secretária-Executiva, pelo representante da mineração e pelo representante da empresa de consultoria, senhor Roberto Takahashi. Dando continuidade, o Presidente da mesa realizou a leitura do Regulamento que rege a Audiência Pública. Na sequência, iniciou-se a fase de apresentações. O presidente da mesa da audiência apresentou as atribuições do IBAMA, o processo de licenciamento ambiental, suas etapas e a legislação pertinente. Ele também ressaltou a importância da Audiência Pública e da participação dos presentes. Em seguida, apresentou breve histórico do processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento em questão. Após, o representante da Rio Grande Mineração explanou acerca das características do projeto e apresentou um vídeo. O Presidente da Mesa registrou a presença do Prefeito do município de Rio Grande, Alexandre Lindenmeyer. Na sequência, o representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA (consultoria ambiental) o Senhor Roberto Takahashi apresentou uma síntese do estudo ambiental, enfatizando os impactos ambientais previstos e as medidas mitigadoras e programas de monitoramento propostos. Em seguida, o Presidente definiu intervalo de 15 (quinze) minutos e informou a abertura de inscrições para questionamentos e comentários referentes ao estudo ambiental do empreendimento. Retomando os trabalhos, o Presidente compôs a Mesa Diretora formada pela Secretária-Executiva, representante do empreendedor e

MFCA
02

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 518
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

consultoria, além do presidente. O mesmo deu início à fase de questionamentos solicitando ao Senhor Luiz Augusto Bizzi que respondesse aos questionamentos feitos no pronunciamento da Procuradora Anelise Becker, sendo prontamente atendido. A Senhora Procuradora solicitou que fossem melhor explicados os efeitos sinérgicos do empreendimento, também respondido pelo empreendedor. Antes da finalização dos questionamentos a Senhora Promotora voltou a se pronunciar a cerca de chamado de ordem realizado por estudante que não havia se inscrito para questionamento oral sobre desentendimento empreendedor e estudante, viabilidade legal sobre a efetivação ou não do empreendimento e solicitou melhor detalhamento dos programas do projeto na Audiência a ser realizada em 04 de dezembro de 2014 no município de São José do Norte. Registra-se nesta ata que a Audiência Pública foi gravada e filmada, incluindo os registros dos questionamentos e suas respostas. O Presidente agradeceu a presença de todos os cidadãos presentes e encerrou os trabalhos às 00:50. Eu, Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo, lavrei esta Ata, por mim assinada e pelo Presidente da Mesa Diretora, pela Secretária-executiva, pelos representantes do empreendimento e pelo representante da empresa de consultoria ambiental e por outras autoridades presentes que assim o desejarem. _____ (Secretária de Ata); _____ (Presidente); _____ (Secretária-executiva); _____ (Representante da Consultoria Ambiental); _____ (Representante da Rio Grande Mineração).

EMBARGO

(1)

COMOC/DILIC
Fls.: 519
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Adriano

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Elizaellana Lozano Costa

IDENTIDADE: 1822975255 **TELEFONE:** 8111-1325

ENDEREÇO: R. Pe Anchieta, 3429/201

INSTITUIÇÃO: FURG

QUESTIONAMENTO:

Gostaria de saber com detalhes o que quer dizer "significância média" e "significância alta" em todos os casos.

Agradeço.

ASSINATURA:

EM BRANCO

(1)

COMOC/DILIC
Fls.: 520
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Walter Almeida

IDENTIDADE: 902342937 **TELEFONE:**

ENDEREÇO: Andrade Neves, 2915 - Pelotas

INSTITUIÇÃO: Proprietários ribeirinhos

QUESTIONAMENTO:

ORAL

ASSINATURA:

EM BRANCO

(2)

COMOC/DILIC
Fls.: 521
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: LUIZ SOBRETTI

IDENTIDADE: RG-3005306505 **TELEFONE:** 51- 81924923

ENDEREÇO: RUA 24 DE MAIO, 424 / 504 - CENTRO - RIO GRANDE

INSTITUIÇÃO: CONSULTOR

QUESTIONAMENTO: Depois de passar pela draga a areia será contaminada pelo contato com graxas e outros compostos. Como se dará a descontaminação?

ASSINATURA:

EM BRANCO

(2)

COMOC/DILIC
Fls.: 522
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Andanno

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: CLEBER ACUNHA

IDENTIDADE: 09/SP/120 **TELEFONE:** 84474180

ENDEREÇO: Mare 380

INSTITUIÇÃO: ONG - GAN.

QUESTIONAMENTO:
ACERCA MEDIDAS
MITIGATORIAS
e
COMPARTILHA
gral.

ASSINATURA:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 523
Proc.: 4016/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: ANTERO DE BRITO

IDENTIDADE: **TELEFONE:**

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO: MPF

QUESTIONAMENTO: Resposta aos quesitos referentes aos efeitos sinérgicos e cumulativos dos diversos empreendimentos em curso ou previstos para a região e medidas mitigadoras antecipatórias definidas, cronograma, compromissos e recursos.

ASSINATURA:

EM BRANCO

(3)

COMOC/DILIC
Fls.: 524
Proc.: 4016/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Suzilene Marques

IDENTIDADE: 3104334085 **TELEFONE:** 53995551952

ENDEREÇO: Ramiro Barcelos - 1415

INSTITUIÇÃO: FURG

QUESTIONAMENTO:
- O porque do impacto ser pontual, se atinge toda a área de São José do Norte e de alguma forma RG?
- Porque o empreendimento é sustentável, se irá impactar a biodiversidade da cidade?
- Como irá ser feito o programa de controle ambiental dessa área?
- Foi efetuado estudo socioambiental e verificado a dimensão do impacto que irão causar às populações próximas do empreendimento e como será restabelecida a qualidade do solo com a retirada desses minerais?
- Quantas entrevistas foram feitas?

ASSINATURA: Suzilene Guimarães Marques.

EM BRANCO

(3)

COMOC/DILIC
Fls.: 525
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis - CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis - COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Ana Lopes

IDENTIDADE: 1033333137 **TELEFONE:** 94027951

ENDEREÇO: Dom Bosco, 66

INSTITUIÇÃO: Camara do Comercio

QUESTIONAMENTO: Oral.

ASSINATURA:

EM BRANCO

(4)

COMOC/DILIC
526
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Arlano

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis - COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: LUIZ SOBREIRO

IDENTIDADE: RG: 5005 506505 **TELEFONE:** 57-81929923

ENDEREÇO: RUA 24 DE MAIO, 424/504 - RIO GRANDE/CENTRO

INSTITUIÇÃO: CONSULTOR

QUESTIONAMENTO: COMO PODEM GARANTIR QUE NÃO HAVERÁ CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA SUBTERRANEA, JÁ QUE EM MUITOS PONTOS É QUASE AFLORANTE

ASSINATURA:

EM BRANCO

(4)

COMOC/DILIC
Fls.: 527
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Paulo Roberto Tagliani

IDENTIDADE: 6009787843 **TELEFONE:**

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO: FURG

QUESTIONAMENTO:

ORAL

ASSINATURA:

COMOC/DILIC
Fls.: 528
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

(5)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Daniela Veleda Moura

IDENTIDADE: 1074497734 **TELEFONE:** 53 81121905

ENDEREÇO: Almirante Barroso nº 461 apto 102

INSTITUIÇÃO: Fórum da Lagoa dos Patos

QUESTIONAMENTO:

A Coordenação do Fórum da Lagoa dos Patos, representante da pesca artesanal dos municípios de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e São Lourenço do Sul, comunica que não foi informada da Audiência Pública realizada nesta data e que quaisquer considerações a respeito do Projeto Retiro sejam informadas ao Fórum para que este possa se fazer presente.

Comunicamos que o contato poderá ser feito à Coordenação do Fórum por meio de seus representantes locais e/ou via email forumdalagoa@gmail.com.

RETIFICANDO: forumdalagoa2014@gmail.com

ASSINATURA: Daniela Moura

EM BRANCO

(5)

COMOC/DILIC
Fls.: 529
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Antonio Carlos Machado de Souza

IDENTIDADE: OAB/RS 12786 **TELEFONE:** 53 99769408

ENDEREÇO: Rua Ramiro Barcelos, 617 S. J. Norte

INSTITUIÇÃO: Proprietario

QUESTIONAMENTO:

Sobre a metodologia aplicada no Rima. Oral

ASSINATURA:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 530
Proc.: 4046/2011
Rubr.: [illegible]

(6)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: pedro H. Waskow

IDENTIDADE: 6902596 **TELEFONE:**

ENDEREÇO: Furg.

INSTITUIÇÃO: comunidade

QUESTIONAMENTO: Empresa:
A partir do lucro gerado pela espoliação dos recursos Naturais (minério neste caso). Qual será o lucro Anual Real da empresa?
Qual será a quantidade de mão de obra vinda de fora para suprir a mão de obra?
Para suprir que real demanda ~~[illegible]~~ local por minério, será efetivada a degradação Ambiental em SJN e arredores?

Vice Prefeito SJN:
A necessidade de políticas que visem a garantia da saúde, educação, transporte público, qualidade de vida Ambiental, preservação Ambiental, não seria mais urgente para a sociedade? ao invés de práticas que rigem o lucro exagerado provindo da degradação Ambiental da paisagem de SJN?

ASSINATURA: [illegible]

EM BRANCO

(6)

COMOC/DILIC
Fls.: 531
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Rosani Boeira Ribeiro

IDENTIDADE: 8028822321 **TELEFONE:** 53 32312433

ENDEREÇO: Rua Riachuelo 15/N°

INSTITUIÇÃO: SEBRAE

QUESTIONAMENTO:

- Manifestação sobre matéria do Ambiente Econômico - Diversificação de economia

ASSINATURA:

EM BRANCO

(7)

COMOC/DILIC
Fls.: 532
Proc.: 4016/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Jorque Dias

IDENTIDADE: 10 54 39 6674 **TELEFONE:**

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO:

QUESTIONAMENTO:

oral

ASSINATURA: Jorque Dias

EM BRANCO

(9)

COMOC/DILIC
Fls.: 533
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Carolina Amorim de S. Bittencourt

IDENTIDADE: 7096958059 **TELEFONE:** (53) 8138 6522

ENDEREÇO: Ver. Athoíde Rodrigues, Cassino RS

INSTITUIÇÃO: Comunidade

QUESTIONAMENTO: ORAL

ASSINATURA: Carolina Amorim

EM BRANCO

(9)

COMOC/DILIC
Fls.: 534
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Anlauro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Francisco Simões Pires

IDENTIDADE: 2005006925 **TELEFONE:** (054) 32442313

ENDEREÇO: Av. Julio de Castilhos 811/07 - São Fco de Paula

INSTITUIÇÃO: Advogado do Grupo Floral e Consultor

QUESTIONAMENTO:

ORAL
Princípio da Publicidade e Informação

ASSINATURA:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 535
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SUGESTÃO DE PERGUNTAS A SEREM FEITAS POR UMA PESSOA OU MAIS DE UMA PESSOA

NOVO CONCEITO

PERGUNTAS PARA A EQUIPE DO IBAMA

1. Por que não houve ampla publicidade da Audiência Pública nos jornais de circulação regional (Diário Popular, Jornal Agora), acontecendo apenas 04 dias antes da mesma, subtraindo ou frustrando o Princípio da Publicidade e o Princípio da Participação Popular na Audiência Pública?

2. Como pode o IBAMA processar um pedido de licenciamento ambiental por EIA/RIMA se o requerente não é titular dos Direitos de Pesquisa e Lavra Minerárias, porque pendente de autorização do Conselho de Defesa Nacional, ou seja, não é o Empreendedor?

3. A Equipe de Análise do EIA/RIMA tem conhecimento das exigências e estudos constantes da Informação Técnica nº 130/2000 da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal que foram impostas por sentença ao IBAMA quando da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal a esse órgão cuja Sentença foi confirmada por Acórdão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal?

4. Os senhores técnicos do IBAMA podem afirmar que as exigências técnicas estão presentes no EIA/RIMA em análise, ou seja, o empreendedor cumpriu as exigências da Sentença e do Acórdão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal?

5. Como estão dimensionados no EIA/RIMA os efeitos sinérgicos cumulativos da atividade mineraria em áreas próximas a região urbana do Município de São José do Norte?

Av. Julio de Castilhos, 811, Conj.07
São Francisco de Paula - RS - 95.400 000
54.3244.2313
www.masplan.com.br

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 537
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Arlano

PERGUNTAS PARA A EQUIPE TÉCNICA DA RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A
NOVO CONCEITO

6. Por que no Relatório de Impacto Ambiental não traz qualquer modelagem de Engenharia Agronômica ou Engenharia Agrícola sobre a forma de reconstituição da qualidade do solo onde se localizará a denominada "piscina de dragagem", contendo informações sobre a qualidade do solo atual e expectativa de sua qualificação após a passagem da lavra?

7. Por que no Relatório de Impacto Ambiental não trouxe qualquer elemento comprobatório ou demonstrativo de outro empreendimento cuja qualidade do solo foi reconstituída a situação anterior à atividade mineraria?

8. A denominada "piscina" onde ocorre a atividade mineira é isolada, impermeabilizada com **bentonita**, uma espécie de argila como consta do EIA/RIMA. Esta argila, a **bentonita**, é extraída de qual local ou localidade? Existe esta argila em São José do Norte?

9. A **bentonita** será removida após o encerramento da atividade mineira? Em caso positivo, será destinada para qual local como disposição final? Em caso negativo, mantendo-a na área minerada, pode-se afirmar que esta área ficará ambientalmente isolada do restante do ecossistema existente em razão da impermeabilização?

10. Pode a equipe técnica apresentar o estudo do EIA/RIMA que estabelece a preservação do Banhado do Estreito das interações e sinergia com a lavra mineira naquela área?

11. A empresa obteve a Anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN? Em caso positivo, em que data?

Francisco Simões Pires, Adv.
Av. Júlio de Castilhos, 811, Conj.107
São Francisco de Paula - RS - 95.400.000
54.3244.2313
www.masplam.com.br
masplam@masplam.com.br

EM BRANCO

(10)

COMOC/DILIC
Fls.: 538
Proc.: 4016/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis - CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: DOROTEO FAGUNDES de ABREU

IDENTIDADE: 1014487101 **TELEFONE:** (51) 34992473

ENDEREÇO: RUA DONA MARTA, 201
CEP 92990.000 - ELDORADO DO SUL/RS

INSTITUIÇÃO:
INSTITUTO CAVALEIROS FARROUPILHAS

QUESTIONAMENTO:

ORAL!

ASSINATURA:

Presidente do ICF

EM BRANCO

(11)

COMOC/DILIC
Fls.: 539
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: PAULO CESAR AZEVEDO

IDENTIDADE: 9000518358 **TELEFONE:** 051 97011144

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO: FOPIC

QUESTIONAMENTO: COMPATIBILIDADE DESTE PROJETO COM OUTROS E OS IMPACTOS NOS PROPRIETÁRIOS RURAIS.

ASSINATURA:

EM BRANCO

(12)

COMOC/DILIC
Fls.: 540
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Arlanno

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: José Carlos A. Corrêa

IDENTIDADE: OAB/RS 25437 **TELEFONE:** 84141888

ENDEREÇO: Carabano 227

INSTITUIÇÃO: IPAC

QUESTIONAMENTO:

ASSINATURA:

EM BRANCO

(13)

COMOC/DILIC
Fls.: 541
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Aldenor Xavier da Costa

IDENTIDADE: 1074455062 **TELEFONE:** (084) 9967 1989

ENDEREÇO: Rua 23 de Abril) São José do Norte

INSTITUIÇÃO: Vereador de São José do Norte

QUESTIONAMENTO:

O Rio

ASSINATURA: Aldenor

EM BRANCO

(14)

COMOC/DILIC
Fls.: 542
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Fabiane Fonseca

IDENTIDADE: 1115641671 **TELEFONE:** 81269006

ENDEREÇO: Correios – RG

INSTITUIÇÃO: FURG

QUESTIONAMENTO: Oral

ASSINATURA: Fabiane Fonseca

EM BRANCO

(15)

COMOC/DILIC
Fls.: 543
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Vinícius Puccinelli

IDENTIDADE: 2106696764 **TELEFONE:** 99797989

ENDEREÇO: República do Salvador, 652

INSTITUIÇÃO: FURG

QUESTIONAMENTO: oral

ASSINATURA: Vinícius R. Puccinelli

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 544
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

16

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: CELSO EDUARDO MEDEIROS

IDENTIDADE: 1049045352 **TELEFONE:** (51) 9954-4818

ENDEREÇO: R. VISCONDE DO HERVAL, 1130/202

INSTITUIÇÃO: VENTOS DO ATLÂNTICO S/A

QUESTIONAMENTO: ORAL

ASSINATURA:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 545
Proc.: 9046/2011
Rubr.:

17

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Diogo Ortiz Machado

IDENTIDADE: 4068126863 **TELEFONE:** 84350623

ENDEREÇO: Rua Ramiro 16

INSTITUIÇÃO: IFRS - Campus Rio Grande

QUESTIONAMENTO: Oral

ASSINATURA:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 546
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Elisiane Machado da Costa

IDENTIDADE: 7077729 33. **TELEFONE:** (53) 99748796.

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO:

QUESTIONAMENTO: Oral.

ASSINATURA:

EM BRANCO

21

COMOC/DILIC
Fls.: 547
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: LUIZ DE A. COMPIANI JÚNIOR

IDENTIDADE: 2002314413 **TELEFONE:** 53 53053855

ENDEREÇO: RUA ALEXANDRE BIBÓ 5,148

INSTITUIÇÃO: JORNAL O LITORAL

QUESTIONAMENTO:

ORAL

ASSINATURA: Luiz de A. Compiani

EM BRANCO

(18)

COMOC/DILIC
Fls.: 318
Proc.: 4047/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: DANIEL GOLDI

IDENTIDADE: 1116114776 **TELEFONE:** 53 99923060

ENDEREÇO: ESTREITO, SÃO JOSÉ DO Norte BR 101 KM 345

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DO ESTREITO E COMUNIDADE DO ESTREITO

QUESTIONAMENTO:

+ Custos de mitigação ambientais e sociais

ASSINATURA:

EM BRANCO

19

COMOC/DILIC
Fls.: 349
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: José Medeiros Correa

IDENTIDADE: 1069534558 **TELEFONE:** (53) 84561085

ENDEREÇO: Rua Ernesto Alves 638

INSTITUIÇÃO: Tec. Meio Ambiente Pacvatec Anhanguera

QUESTIONAMENTO: Oral

ASSINATURA: José M Correa

EM BRANCO

20

COMOC/DILIC
Fls.: 550
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Ardan

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Wagner T. Silveira

IDENTIDADE: 1068209681 **TELEFONE:** (53) 9991 8263

ENDEREÇO: R. Maria Araújo, 210.

INSTITUIÇÃO: Secretaria do Município do Meio Ambiente – Rio Grande

QUESTIONAMENTO: - anunciar que os Volumes do EIA estão na SMMA/PMRG, sendo que o mesmo encontra-se também sob análise de Técnicos da referida Secretaria do Município.

ASSINATURA:

EM BRANCO

22

COMOC/DILIC
Fls.: 551
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Caio Floriano dos Santos

IDENTIDADE: 3823705 **TELEFONE:**

ENDEREÇO: Av Italia S/N, Rio grande/RS

INSTITUIÇÃO: Observatório dos Conflitos do Extremo Sul /FURG

QUESTIONAMENTO: ORAL

-

Caio Floriano
ASSINATURA:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 552
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Arlanno

(-1)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Marcelo Correia – Jéssica Costa

IDENTIDADE: 35577.007-6 **TELEFONE:** (53) 81585190
60 94 09 9717 (53) 84630560

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO: FURG
FURG

QUESTIONAMENTO: Vemos aqui uma clara visão especista e antropocêntrica, onde o meio torna-se submisso aos interesses capitalistas humanos. Como citado na apresentação, há um grande número de espécies ameaçadas que por lei deverão ser realocadas, porém há também um nº ainda maior de espécies que por não estarem ameaçadas de extinção sofrerão sem essas "pseudarremediações" com a mineradora. Com relação ao direito dos animais, rotineiramente desconsiderados, o grupo ONCA (ong antiespecista) coloca aqui um questionamento e uma reflexão aliada desses direitos:

Não se trata somente da remoção e realocação desses animais, mas todo o processo intermediário da vida desses, que é desconsiderado, como suas relações enquanto indivíduos senscientes e passíveis de viver socialmente. Qual o direito de destruir todas essas relações e comunidades, para então tentar reconstruí-las artificialmente? Mais uma vez os interesses econômicos se sobrepõe ao direito à Vida.

ASSINATURA: Jéssica Costa
Marcelo

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 553
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

(9)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: WILLIAM CEZAR JR

IDENTIDADE: **TELEFONE:**

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO: COMUNIDADE

QUESTIONAMENTO: - CONSIDERANDO-SE QUE A PORÇÃO DE MINERAL É, SEGUNDO O RIMA, CONSTITUÍDA DE 11 MINÉRIOS, E QUE SOMENTE 4 MINERAIS TEM VALOR PARA MERCADO, PERGUNTO:

O QUE SERÁ FEITO DO PASSIVO, OU SEJA DOS MINERAIS DESCARTADOS?

VOLTARÃO AO AMBIENTE NO MESMO LOCAL DE RETIRADA?

ASSINATURA:

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 554
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO
Coordenação de Mineração e Obras Civis – COMOC
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "PROJETO RETIRO"

Data: 03/12/2014 Horário: 19:00h
Local: Câmara de Comércio do Rio Grande – Praça Xavier Ferreira, s/n

NOME: Jhonny Luz

IDENTIDADE: 8106410734 **TELEFONE:** 99716537

ENDEREÇO: Augusto Duprat 722

INSTITUIÇÃO: Furg

QUESTIONAMENTO: ORAL

ASSINATURA: Jhonny R. Luz

EM BRANCO

Projeto Retiro

LOCAL: Rio Grande - RG

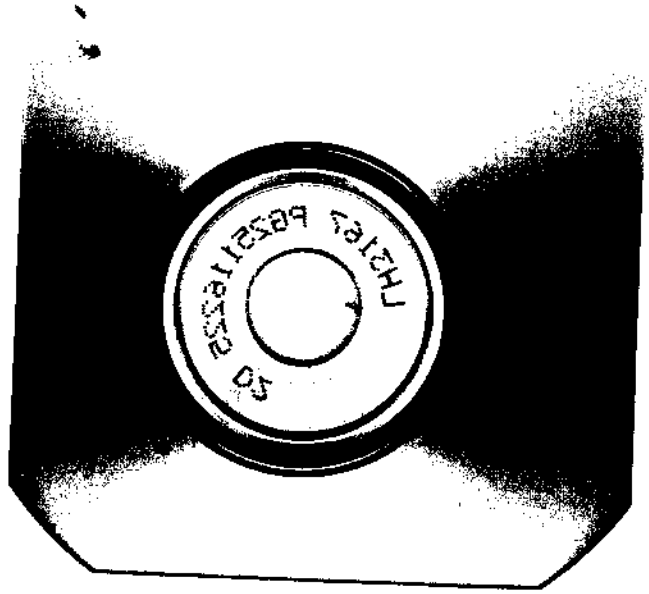
DATA: 03/12/2014

ASSINATURA: [illegible]

CO...C/DILIC
Fls.: 555
Proc.: 4046/2011
Rubr.: [illegible]

Informações Técnicas

CD Licen. 16/2002 e 30/02



COMOC/DILIC
Fls.: 556
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MPF - PRRS
Fls. 325
PRMRG

Excelentíssima Procuradora da República Dra. Anelise Becker;

Projeto Retiro - RGM
Rio Grande - RS
03/12/2014
Adamo
(CD em anexo)

PRM-RGR-RS
6811 /2014

R.h.
Junte-se.
Ofície-se
Rio Grande, 01/12/14
Anelise Becker
Procuradora da República

PRM-RGR-RS
6789 /2014

28 NOV. 2014

JOSÉ GREGÓRIO BOTOZELE, advogado inscrito na OAB-RS sob o nº 40.759, Presidente da Subseção da OAB na Comarca de São José do Norte-RS, brasileiro, casado, com endereço profissional na Rua Conde de Porto Alegre, nº 87, Centro, São José do Norte-RS, **VITOR HUGO DA SILVA**, advogado inscrito na OAB-RS sob o nº 19.863, casado, com endereço profissional na Rua General Osório, nº 229, Centro, São José do Norte-RS, vêm, respeitosamente, a V.Exa., expor e requerer o quanto ab abaixo segue:

DOS FATOS RECENTES

No dia 26.11.2014, à tarde, houve uma espécie de reunião/audiência na Câmara de Vereadores de São José do Norte contando com a presença dos Vereadores, representantes da empresa Ventos do Atlântico Energia Eólica, representantes da empresa Rio Grande Mineração para discutirem o projeto de mineração da RGM e o projeto eólico da Ventos do Atlântico Energia Eólica.

A reunião/audiência encerrou por volta de 18 h, e lá foram discutidas algumas questões do projeto de mineração, dentre eles como seria desenvolvido, as áreas que seriam atingidas, como aconteceria a atividade de mineração, e como seriam realizadas as indenizações.

Participou da reunião o sr. Defensor Público, dr. Rafael Dourado, tendo o mesmo falado sobre as preocupações sobre impactos sociais que o empreendimento geraria, especialmente por atingir proprietários de

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 557
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MPF - PRRS
Fls. 326
PRMRG

áreas, arrendatários, e áreas próximas a sede do município de São José do Norte.

Foi debatida a sobreposição de projetos (o da mineração e o da energia eólica), não sendo dado razão a este ou aquele projeto) e possibilidade de compatibilização, porém ficou claro que há uma clara exclusão, ou seja, somente um poderá ser desenvolvido no município.

Na reunião também surgiu a preocupação como uma chamada irreversibilidade em decorrência da licença ambiental, ou seja, se concedida a licença não seria possível licenciar o parque eólico da empresa Ventos do Atlântico Energia.

Foram diversos os questionamentos, especialmente sobre a intervenção no ambiente pela mineração, a inexistência de estudos ou demonstração que a área minerada seria recuperada ou deixada nos moldes que se encantra (ou se encontrará) na oportunidade da mineração.

Os presentes fizeram diversos questionamentos, mas restaram diversas dúvidas, como a acima referida. Não houve clareza na apresentação da Rio Grande Mineração do modo de indenização, nem dos benefícios que virão para o município.

Foi falado até na busca de empregados da empresa que explora uma área denominada MATARACA, não sendo esclarecido em qual Estado Brasileiro.

Não houve informação sobre os impactos sociais positivos e negativos da atividade.

A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Foi publicado edital, e consta do site do IBAMA a realização de audiência pública no próximo dia 03 na Cidade do Rio Grande, das 18h às 24 h, na Câmara do Comércio, e no dia 04 em idêntico horário audiência na cidade de São José do Norte, no Clube Sócrates.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 558
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Antonio

MPF - PRRS
Fls. 327
6
PRMRG

O IBAMA é o órgão licenciador, e por isso determinou a realização das audiências públicas nas duas cidades envolvidas no projeto Retiro da empresa FINESA.

A Rio Grande Mineração se apresenta como a adquirente dos direitos minerários, **PORÉM ADMITE QUE NÃO ESTÁ FORMALIZADA A TITULARIDADE** porque depende do Ministério da Defesa, através do Conselho de Defesa Nacional anuir com a alteração do titular dos direitos de mineração que já foram da empresa Paranapanema e Rio Tinto anteriormente.

MAS A RIO GRANDE MINERAÇÃO TEM FEITO TODA A SUA PROPAGANDA E ATIVIDADE NA COMUNIDADE ALEGANDO QUE É A EMPRESA QUE IRÁ DESENVOLVER O PROJETO, O QUE É GRAVE, E FERE O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, o PRINCÍPIO DA BOA-FÉ, INDUZINDO EM ERRO AS COMUNIDADES ENVOLVIDAS sobre a TITULARIDADE, RESPONSABILIDADE DO PROJETO.

Há muitas incertezas sobre o conteúdo do projeto Retiro, e não houve qualquer esclarecimento pelo Sr. Luiz, representante da empresa, e não se tem o pleno acesso ao conhecimento do EIA-RIMA, sobre todas as questões que foram apresentadas, porque não houve qualquer referência a estar presente no estudo de impacto ambiental.

O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Foi possível ter acesso ao Estudo de Impacto Ambiental do projeto, e os Vereadores receberam cópia do Relatório de Impacto Ambiental, porém estranha-se a velocidade do licenciamento pelo IBAMA, porque a região onde é idealizado o projeto - pelo que se soube junto a FURG - já foi objeto de pesquisas arqueológicas.

O pedido de licença está em nome da FINESA e não da Rio Grande Mineração.

No EIA-RIMA não há comprovação da capacidade da empresa em recuperar o ambiente porque o mesmo é feito através de piscinas onde a

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 559
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MPF - PRRS
Fls. 328
6
PRMRG

draga opera na extração de minérios, e utiliza a água do lençol freático, porém se sabe que na região é constituída de diversos banhados.

Não se encontrou no EIA-RIMA dados sobre os sítios arqueológicos existentes, e nem a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A proteção da fauna não ficou muito clara, não querendo ser irônico, não há informações seguras sobre - por exemplo, a população de 'tuco-tuco', a interferência em vôo de aves migratórias.

NO PROJETO CONSTA QUE A 'PISCINA' ONDE ACONTECE A MINERAÇÃO É SELADA, OU IMPERMEABILIZADA COM UMA ESPÉCIE DE ARGILA "BENTONITA", NÃO SENDO CLARO SE HAVERÁ A REMOÇÃO DESTE MATERIAL AO FIM DA ATIVIDADE, PORQUE SE ELE FICAR NO SOLO, AO REDOR DA 'PISCINA' O AMBIENTE SERÁ ISOLADO NÃO TENDO ATIVIDADE SINÉRGICA COM O RESTANTE DO AMBIENTE.

Aliás, não é claro também no projeto quais os efeitos que acontecerão em razão da retirada de material pela BR 101, isto é, quais os impactos que serão causados na rodovia levando em conta que a mesma está em área litorânea frágil, e não seja capaz de receber um tráfego pesado.

Não foi dito, ou esclarecido, sobre uma antiga preocupação que o Ministério Público Federal, através de Vossa Excelência na oportunidade que ajuizou a ação civil pública nº 2001.71.01.001497-1/RS, é que o projeto da Paranapanema, Projeto Bujuru, não esclarecia uma questão que parece continuar incerta: a atividade a ser desenvolvida por este projeto, também não contém no EIA-RIMA aquilo que se denomina EFEITOS SINÉRGICOS CUMULATIVOS diante da longeva atividade mineraria informa de 20 anos, com intervenções de grande importância no ambiente costeiro de tamanha relevância ambiental.

AO QUE SE OBTEVE DE INFORMAÇÕES, HOUVE DUAS NOTAS TÉCNICAS DA 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Nº S 130/2000 E 24/2001 QUE NÃO FORAM ATENDIDAS NAQUELA OPORTUNIDADE.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 560
Proc.: 4046/2015
Rubr.:

MPF - PRRS
Fls. 329
PRMRG

E PELO QUE FOI EXPLICADO PELA EMPRESA RIO GRANDE MINERAÇÃO, ISTO NÃO FOI OBJETO DE SUA FALA NA REUNIÃO, PORÉM NÃO SE TEM A CERTEZA E INFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA SABER SE ESTÁ OU NÃO NO EIA-RIMA.

DAS QUESTÕES JURÍDICAS PENDENTES

O representante da empresa Rio Grande Mineração, Luiz Bizi, deixou claro que a empresa vai indenizar os proprietários da terra, não sabendo como poderão ser indenizados os arrendatários.

Também o referido senhor afirmou que a empresa já postulou a autorização de pesquisa em área de dunas e "off shore", isto é, dentro do mar territorial, parecendo querer demonstrar poder político, e poder econômico.

Foi dito em alto e bom tom, que a atividade se desenvolverá por 20 anos na área, que é sentido nordeste, ascendente de área próxima a cidade até a faixa litorânea do Retiro, por isso o nome.

De igual maneira, o Sr. Luiz disse que é do interesse da empresa o desenvolvimento - em outro momento - do projeto Bojuru, seguindo a mesma modalidade de exploração, porém não é objeto deste licenciamento.

Foi dito na reunião, pelo que se soube, que o ambiente onde é pretendida a mineração é muito frágil, e já foi objeto de proteção por ação civil pública do Ministério Público Federal.

NÃO HÁ INFORMAÇÃO SE AS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS NA SENTENÇA QUE CONDENOU O IBAMA A EXIGIR DO GRUPO PARANAPANEMA QUE INCORPORASSE ÀS EXIGÊNCIAS DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E SEU RELATÓRIO TODAS AS OBSERVAÇÕES, DADOS TÉCNICOS, ELEMENTOS CIENTÍFICOS QUE FORAM APONTADOS NOS TRABALHOS REALIZADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, COM A CONTRIBUIÇÃO DOS

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 561
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MPF - PRRS
Fls. 330
PRMRG

TÉCNICOS DA 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DE BRASÍLIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Em momento algum, a empresa Rio Grande Mineração esclareceu se todas aquelas exigências foram incorporadas ao EIA-RIMA.

É sabido que o IBAMA está sujeito a formação da coisa julgada sobre esta porção da sentença que o obrigou a exigir daquele empreendedor todas aqueles estudos, dados e elementos, e isto não é esclarecido no EIA-RIMA e nem pelo representante da empresa.

Sobre a audiência pública e o Direito Ambiental pode ser dito o seguinte:

- a audiência pública tem orientação pelo princípio da publicidade do Direito Ambiental e visa a dar o maior conhecimento às comunidades direta e indiretamente envolvidas, ou atingidas, da atividade que busca o licenciamento ambiental;
- exige prévia e ampla publicidade sobre o ato a ser realizado: a audiência, PORÉM A COMUNIDADE FOI TOMADA DE SURPRESA COM A PRECOCIDADE DA AUDIÊNCIA;
- tem regência também o PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO popular de modo que a sociedade esteja envolvida no processo de discussão e deliberação sobre o interesse da mesma no empreendimento;
- tem como finalidade RECOLHER CRÍTICAS ESCRITAS OU ORAIS, manifestações favoráveis ou não ao empreendimento (escritas ou verbais), receber colaborações técnicas pró ou contra a atividade, sugestões sobre a forma de licenciar ou requisitos e exigências a serem feitas pelo órgão licenciador;
- todos estes elementos devem, repito devem ser considerados pelo IBAMA para fins de licenciamento ambiental;
- a Resolução CONAMA 9/1987 é a base da Audiência Pública; o IBAMA editou a Instrução Normativa nº 184/2008 sobre o tema e normas a serem cumpridas (prazo de 45 para requerimento de audiência pública, disponibilização de cópias, antecedência mínima de 15 - art. 22, IN);

- Quanto ao impacto, este já está definido por critérios de preponderância do interesse da União, área de interferência ou interface

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 562
Proc.: 4046/2011
Rubrica
MPF - PRRS
Fls. 331
PRMRG

com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, estar situado em Zona Costeira, haver influência na área da Faixa de Fronteira (e próxima ao mar territorial), razão pela qual o licenciamento será do IBAMA:

- ALÉM DISTO, TEM-SE O ACÓRDÃO DO TRF QUE IMPÔS AO ÓRGÃO AMBIENTAL LICENCIADOR INCORPORAR AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO A EXIGÊNCIA DOS INÚMEROS ELEMENTOS TÉCNICOS (CERCA DE 74) IDENTIFICADOS EM RELATÓRIOS DOS TÉCNICOS DA 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL;

- as dimensões da atividade minerária e a deliberação da Justiça Federal de primeiro Grau e de Segundo Grau fixaram a competência do IBAMA para o licenciamento naquela anterior ação civil pública;

- HOUVE O QUE SE DENOMINA "FORMAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL", CONFORME ARTIGO 467 e ART. 468 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, OU SEJA, A DECISÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL É INDISCUTÍVEL E A TODOS VINCULA (EMPREENDEDOR, UNIÃO, IBAMA), ASSEGURA A COMPETÊNCIA DAQUELE ÓRGÃO DA UNIÃO PARA LICENCIAR;

É EVIDENTE QUE O MEIO AMBIENTE SENDO UM BEM DIFUSO NOS TERMOS DO ART. 225, IV e § 2° da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INDEPENDENTE DO EMPREENDEDOR, O IBAMA TERÁ DE CUMPRIR A DECISÃO REFERIDA (AÇÃO CIVIL PÚBLICA N° 2001.71.01.001497-1/RS) (!!!!) NOS TERMOS DO ARTIGO 5°, inc. XXXVI E ARTIGO 485 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Estes são parte das dúvidas, criticas, apontamentos, que determinaram a insegurança do senhores Vereadores que podem ser nominados e intimados para prestar esclarecimentos: Vereador Penteado, Vereador Nedelande (Nedinho), Vereador Totoni, Vereador "Anão", Vereadora Fabiany Zogbi.

O Defensor Público, dr. Rafael Dourado poderá também esclarecer estas dúvidas e desinformações que aconteceram na reunião referida.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 563
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

MPF - PRRS
Fls. 332
PRMRG

DA DEFICIÊNCIA DE INFORMAÇÕES

Com base nestas informações e constatações, carecendo de amplo conhecimento do EIA-RIMA da empresa, se pode afirmar que há uma deficiência bem expressiva de informações.

Isto sem falar da informação distorcida sobre o titular do projeto.

Os dados técnicos de recuperação do solo, ou sua recomposição não estão ilustrados no EIA-RIMA.

Não se sabe se as exigências do Ministério Público Federal que a sentença e o Acórdão da Justiça Federal estabeleceu como condenação daquela ação que foi referida antes, estão integrados ao EIA-RIMA que parece de melhor clareza é que fossem objeto de expresso esclarecimentos.

Estas considerações deixam claro que o Princípio da Informação não foi respeitado, e não é possível omitir o Princípio da Publicidade através da publicização no EIA-RIMA desta coleção de dados não esclarecidos, o que determina a inviabilidade das Audiências Públicas marcada com tanta urgência e brevidade.

Não se tem conhecimento suficiente sobre a incorporação no EIA-RIMA das condicionantes e exigências que o Ministério Público Federal obteve o reconhecimento de suas integrações ao estudo.

Estas situações narradas parecem que subtraem e subtraíram das Comunidades (Nortense e Riograndina) o pleno conhecimento do projeto, e todos a sinergia que dele decorre.

A comunidade nortense está preocupada.

DOS REQUERIMENTOS

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 564
Proc.: 4046/2011
Rubr.: Arlano

Ministério Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
IBAMA
ICMBIO
Universidade Federal do Rio Grande –FURG
Prefeitura Municipal de São José do Norte
COMADES-SMMA-PMSJN

Vimos por meio deste protocolas abaixo assinados disponível em http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR77423

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATU...
DOCUMENTO ...
DO EM...
Projeto Retiro
Rio Grande - RS
03/12/2014
Arlano

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 365
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR77423

Abaixo Assinado Sobre a Mineração de Metais Pesados no Litoral do Rio Grande do Sul

Para: IBAMA, Agência Nacional das Águas, ICMBio e Ministério Público Federal

MINERAÇÃO
HÁ ALTERNATIVAS

As Comunidades dos municípios de São José do Norte e do Rio Grande vem através deste, manifestar a sua desaprovação a implantação das atividades de mineração de metais pesados na costa do litoral médio do Rio Grande do Sul. Foi feito a leitura e discussão sobre o RIMA apresentado referente ao Projeto Retiro. Por consequência, as posições são que os benefícios a população e ao Brasil, neste momento como foi proposto o Projeto, não são de interesse Social mais amplo e nem econômico para o desenvolvimento local e regional. Por apresentar riscos muito altos de graves prejuízos ao meio ambiente e a Sociedade, a produtividade da terra e a renda da agricultura familiar.

Também, levamos em consideração o fato que a proposta de redução de danos (impactos) ao meio ambiente (passivo ambiental) e as propriedades (perda de valor das terras) apresentada, propõe a recuperação da área, a qual é tecnicamente inadmissível, nem a metodologia foi demonstrada e conferida por um grupo de cientistas experts. Logo, consideramos diante do ouvir especialistas consultados que atuam nas Universidades da região, e que participam do debate público, que é impossível recuperar uma camada de solo com cerca de mais de 1 metro de profundidade, como é o caso de nossa região litorânea. Devido, a questão de composição química e biológica do solo. Bem, como a proposta não nos apresentou segurança diante do impacto sobre as águas subterrâneas e a segurança da gestão destas, como também, encontramos uma série de perguntas e questionamentos. Os quais não caberiam em apenas uma audiência pública, para serem debatidos e esclarecidos mas sucessivos Fóruns com envolvimento da UFGRS e da FURG, por terem corpo de especialistas capacitados para promover de forma democrática o debate necessário o devido licenciamento ambiental de empreendimento de tal natureza.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 566
Proc.: 4046 | 2014
Rubr.:

Ao mesmo tempo, entendemos que há um conflito direto de uso de áreas e de retorno econômico para as comunidades locais (inclusive de receita para o município), diante da perspectivas concretas de implantação de um Pólo Eólico para a referida área, que é atualmente almejada para mineração pelo Projeto Retiro.

Sem, mais agradecemos as atenções e afirmamos nossa posição contrária a mineração de metais pesados no litoral do Rio Grande do Sul, por este empreendimento ir ao contrário do modelo de sociedade e de desenvolvimento sustentável em construção.

Abaixo Assinados

#	Name	Optional1	Optional2	Comment
1	Daniel Godoy			
2	Gabriel Lopes			
3	Michael Lemos			
4	Julliet Correa da Costa			
5	Welithon Oliveira da Silveira			
6	Natanael Rodrigo Xavier Pires			
7	Cléberson Milão			FORA MINERAÇÃO !
8	Maicon Rocha da Rosa			
9	matheus vieira volcan			
10	kaire perazzo jaques			
11	Victor Hugo Tosta			
12	Andressa Mendonça Gomide			
13	Daison Xavier Conceição			
14	Andrea Milanelli			
15	Jéssica Munhoz			
16	Kelly Paganelli de Pinheiro			
17	Thaís Lopes Oyarzabal			
18	Bruno Bastos			
19	Lucas Moraes de Oliveira			
20	Sabrina Dalmas Branchi			
21	Claudia Nunes de Paula			

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 567
Proc.: 4016/2014
Rubr.:

		sou totalmente contra essa mineração pois alem do impacto ambiental (poluição) irá impactar na mudança drástica da paisagem do nosso município e ainda não entendi o porque a metalúrgica irá se instalar no municipio de Rio Grande. apenas vamos perder nossos recursos com esse empreendimento.
22	Deivid Dener Dias Pereira	
23	Caroline de Lima	
24	Habner Sampaio Fernandes	
25	Cintia Campos	
26	Perla Duarte do Couto	
27	vandelci souza de Freitas	
28	Denise Dutra Nunes	
29	Alexsander Gonçalves Castanheira	
30	Mariene da Costa Colares	
31	Janaína Jaques de Souza	
32	Fabiane Rehbein	
33	Maicon Dourado Bravo	
34	Tiarles Macedo Rodeghiero	
35	Juliana Aguiar Brião	
36	Fernanda Pinto Miranda	
37	Patricia Neves	
38	Kerolen Rosa das Neves	
39	Daniel Torres	
40	Sabrina de Bastos Maya	
41	Giovanna Tereza Oliveira da Silva	

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 568
Proc.: 4046/2021
Rubr.:

42 lucio Reinhardt tagliani

43	Adilson José Silveira de Moura	É uma vergonha que um país civilizado permita a poluição dos nossos rios.
44	Pedro Guilherme Backes de Oliveira	
45	Chaiana Fernandez da Costa	Não a Mineração!
46	Jeverson Antunes de Arma	
47	Atenéia Araújo	
48	Andrea Jesulich	
49	Aline A. de Lemos	
50	Fabricio Martinatto da Costa	
51	Judite Ema Orgler de Moura	Apoio toda a causa para proteger o meio ambiente. Contém comigo!
52	Raquel Hadrich Silva	
53	Michele Graebin	
54	Rodrigo Rilho Hädrich	
55	Ana Regis	
56	Bárbara Grusag	

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 369
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

57	Erico Schroeder	Essa terra em questão possui muito mais riquezas, exploráveis de forma muito mais sustentável. A região inteira é um paraíso ecológico ímpar, com alto potencial turístico. Acabar com isso em troca de 10 anos de emprego vai mais longe que mera estupidez, é pura e simples cobiça (cega). Por favor, mais investimentos na área do turismo, vamos revigorar nosso pequeno e peculiar paraíso?
58	Gabriel L Marques	Força na luta
59	Brenda Alves	
60	liliane paganelli de souza	
61	Éder Adriano Savedra	
62	Jéssica borges de lemos	
63	Oscar Costa Borche	
64	Pedro Ferreira Leite	
65	Beatriz Thiesen	
66	Dirce Cristina de Christo	
67	Eliza Mara Lozano Costa	
68	Estefânia Costa	

EM BRANCO

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DOCUMENTO RECEBIDO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO: Projeto Retiro
LOCAL: 03/12/2014
DATA: Rio Grande - RS
ASSINATURA: Adriano

COMOC/DILIC
Fls.: 570
Proc.: 4041/2011
Rubr.:

PELO BANHADO DO ESTREITO VIVO.
Ao se minerar nas áreas do entorno do Banhado e em área do banhado como foi apresentado no EIA do Projeto Retiro, existe a tendência de matar o Banhado pois ira se alterar equilíbrio hídrico, diminuindo a umidade.
Fato que vai afetar diretamente também, a produtividade da agricultura e das áreas em torno
Quem vai pagar essa conta?

PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.
As Comunidades Tradicionais de São José do Norte vivem há décadas em condições de precarização da vida e do trabalho. Caso as condições de produtividade da terra e a qualidade da água seja afetada. Quem vai pagar as contas?

PELAS ESPÉCIES ENDÊMICAS EM RISCO DE EXTINÇÃO.
O Banhado do Estreito é responsável pela não extinção de várias espécies no município. Caso o Banhado seja afetado e as espécies sejam extintas. Quem vai pagar a conta?

POR RECURSOS E POTENCIALIDADES NATURAIS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS PARA USO E BENEFÍCIO SOCIOAMBIENTAL DE TODA COLETIVIDADE.
PELAS BELEZAS NATURAIS DE SJN E SUA POTENCIALIDADE TURÍSTICA.
Se todos os esforços para gerar uma economia do turismo em São José do Norte forem comprometidos por problemas com a água e com a morte de eco sistemas. Quem vai pagar a conta?

PELO EQUILÍBRIO ECOSSISTÊMICO DA RESTINGA LITORÂNEA.
Se o Projeto Retiro afetar todo o equilíbro da água, da chuva local, da umidade do solo, da umidade disponível para as matas. Quem vai pagar a conta?

POR UMA PARTICIPAÇÃO POPULAR QUE VÁ ALEM DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA.
Por que projetos de mineração não possuem participação popular? E, os lucros mal ficam no Brasil? Quem vai ganhar com o Projeto Retiro? O quanto São José do Norte ganha? Quem ganha?

PARA QUE NÃO SEJA UMA DECISÃO POLITICA,E SIM POR PLEBISCITO, QUE A DECISÃO SEJA DO POVO, DOS NORTENSES QUE VÃO SOFREREM AS CONSEQUÊNCIAS.
Por que as pessoas simples não possuem voz efetiva em processo de mineração?

SE TODO PODER EMANA DO POVO, QUE TENHAMOS CONSCIÊNCIA E MOSTREMOS NOSSA VOZ!!
As audiências publicas possibilitam dar opiniões, fazer perguntas, questionas, refletir, avaliar...!

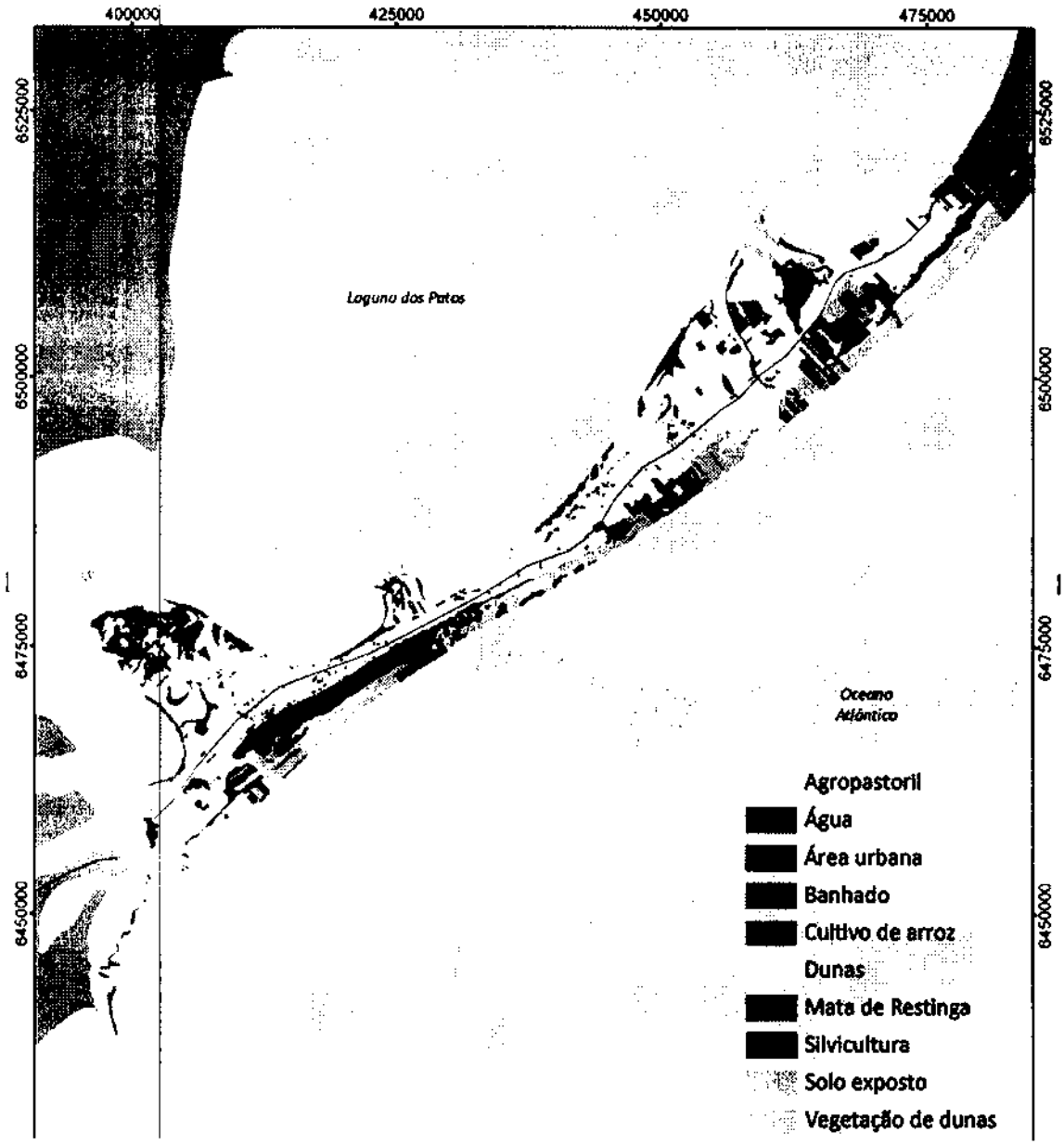
NÃO SEJA UM ESPECTADOR DA PRÓPRIA HISTÓRIA, NÃO OMITA-SE, NÃO VIOLE OS DIREITO$ DAS FUTURAS GERAÇÕES EM TEREM UM AMBIENTE EQUILIBRADO PARA VIVEREM.

Será que deixar um empreendimento como o Projeto Retiro ser aprovado sem diálogo, sem ouvir as comunidades é uma forma de garantir o futuro de todos? A população de São José do Norte, quer que haja, da forma como foi proposto, atividades de mineração de metais pesados em São José do Norte?
BOA LUTA A TODOS E NÃO TA MORTO QUEM PELEIA!!
A luta social é feita com inteligência, diálogos, democracia e ação. Por que deviríamos permanecer omissos?

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 571
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

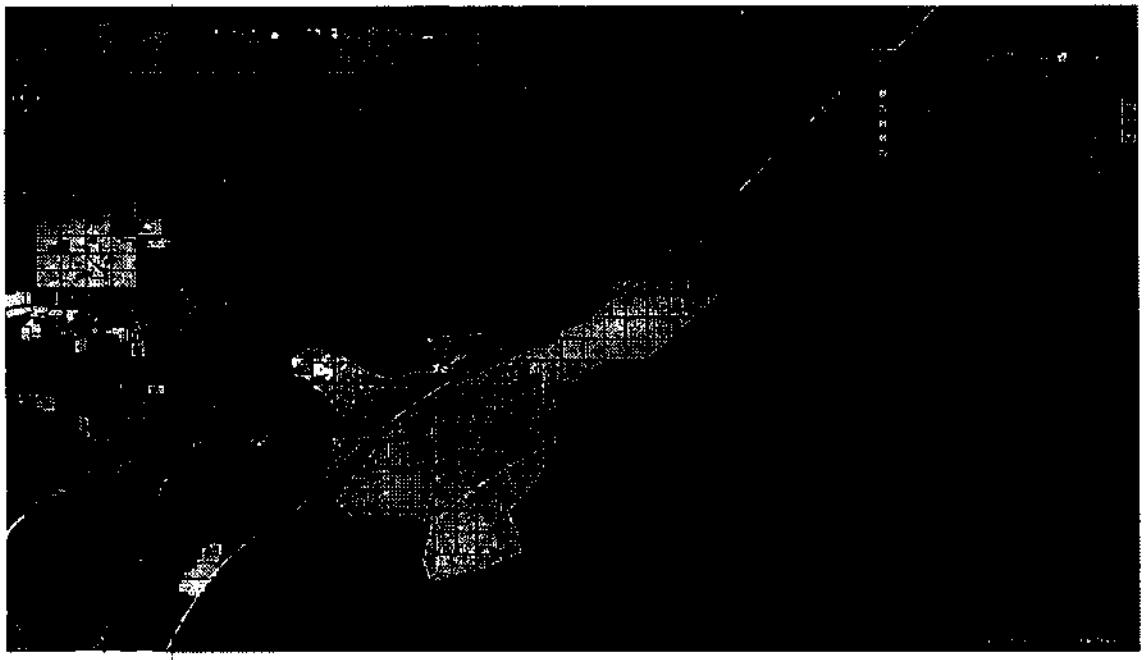
ANEXOS



Fonte:
https://www.facebook.com/photo.php?fbid=487670471374821&set=p.487670471374821&type=1&theater

EM BRANCO

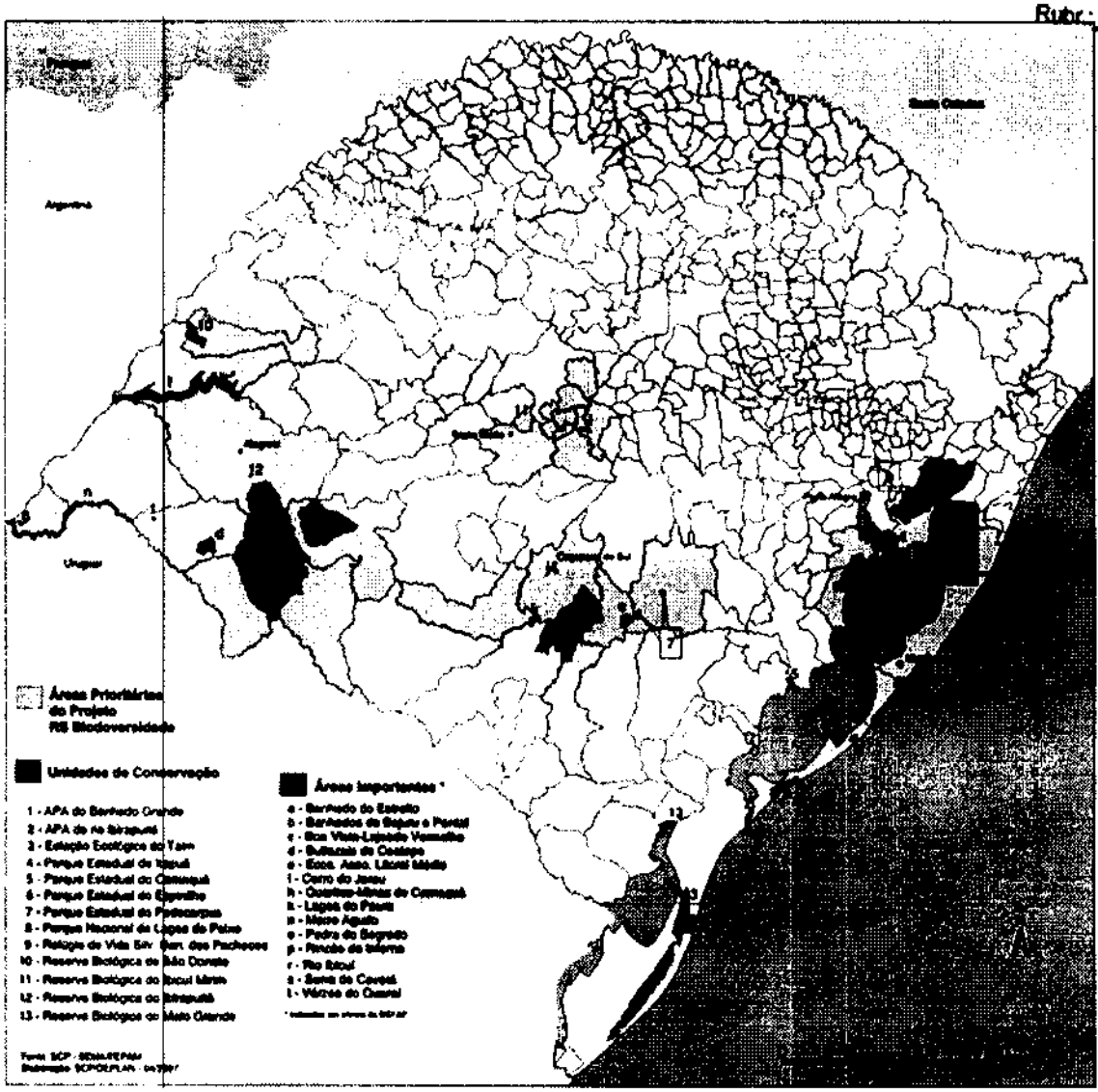
COMOC/DILIC
Fls.: 572
Proc.: 4046/2011
Rubr.:



Fonte:
https://www.facebook.com/photo.php?fbid=428808903927645&set=gm.586955354756310&type=1&theater

EM BRANCO

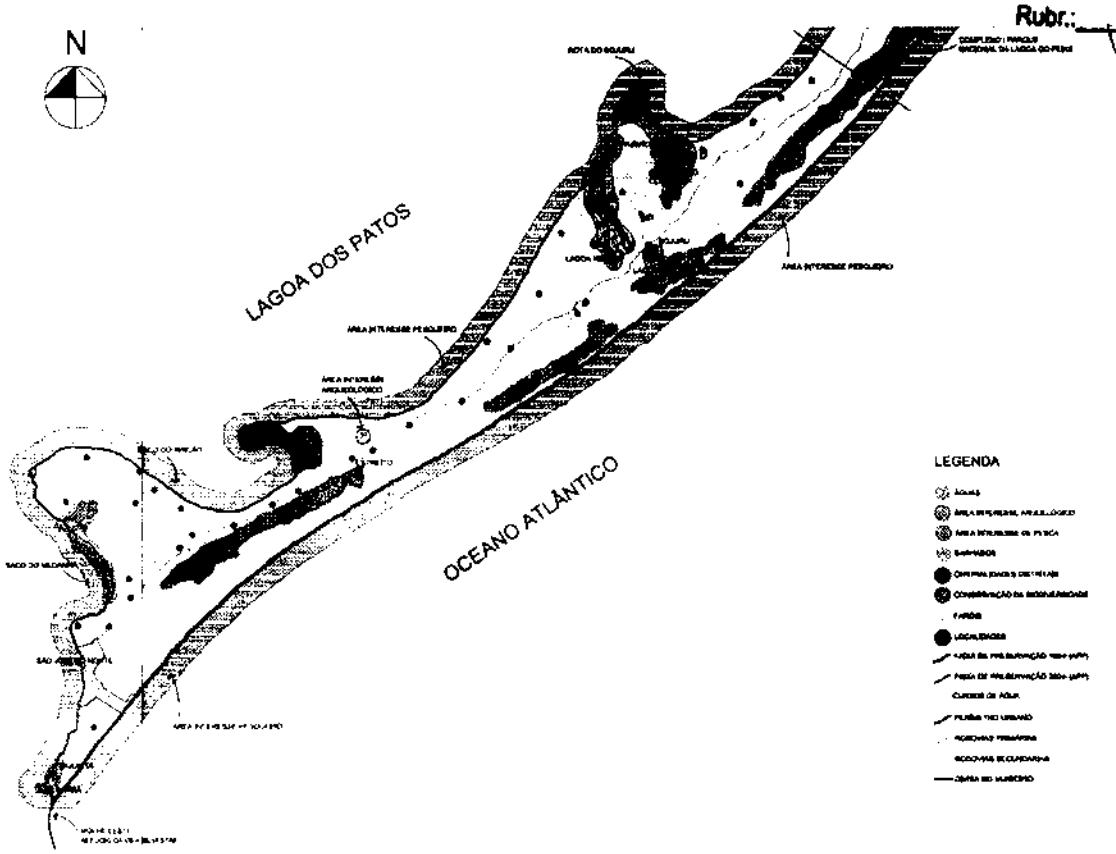
COMOC/DILIC
Fls.: 573
Proc.: 4046/2011
Rubr.:



Fonte: http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1189427829mapa_unidades2007.gif

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 574
Proc.: 4046/2011
Rubr.:



https://www.facebook.com/events/666981993422094/?fref=ts

Manifesto do Movimento #ACORDASJN Sobre o Projeto Retiro

Por que querer saber mais sobre o Projeto Retiro?
Por que falamos em nos manifestar por São José do Norte e pela manutenção das condições e da qualidade de vida humana?

PELA ÁGUA DOCE SUBTERRÂNEA.
Por que há riscos de contaminação e de alterações drásticas do lençol freático
Por que a RGM precisa nos apresentar estudos técnicos validados por universidades públicas da região, especializada neste meio ambiente, sobre a questão da viabilidade da captação da quantidade de água necessário ao processo de mineração

PELA SUBSISTÊNCIA DA POSTERIDADE.
A proposta do Projeto Retiro inclui áreas de interesse de preservação da biodiversidade citadas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, Secretária do Estado do Meio Ambiente, como a área de dunas e de banhados do sistema do Banhado do Estreito. Essas áreas tem papeis fundamentais na manutenção do ciclo da água no município e da biodiversidade
PELA BIODIVERSIDADE.
O Projeto Retiro não apresentou uma proposta de construção conjunta com a Comunidade local de um Plano consistente que reverta os impactos negativos, em impacto positivos, questão básica de um licenciamento ambiental.
Não foi apresentado formas efetivas de revitalização de áreas degradas, de restauração de ecosistema destruído, nem nada semelhante que nos garanta que a vida e o meio ambiente não sejam profundamente afetados

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 575
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
ESCOLA DE ENGENHARIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL DE MUNICÍPIOS

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) PARA O SISTEMA ECOLÓGICO DO BANHADO DO ESTREITO EM SÃO JOSÉ DO NORTE, RS

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL
AUTORIZAÇÃO PARA DESMATAMENTO
Projeto Retiro
LOCAL: Rio Grande - RS
DATA: 03/12/2014
ASSINATURA:

Daniel Godoy

Projeto de Pesquisa apresentado a Disciplina de Metodologia Científica em Gestão Ambiental do Curso de Especialização em Gestão Ambiental de Municípios. Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

2014

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 576
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

RESUMO

A presente pesquisa estudar a viabilidade da implantação de uma Unidade de Conservação, seguindo as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Os estudos desenvolvidos se caracterizam pela revisão bibliográfica e levantamento da produção de conhecimento e informações especificas sobre o Banhado do Estreito, o que se remete a caracterização socioambiental da área, identificação de conflitos e impactos ambientais. Ao mesmo tempo que problematiza a importância ambiental do sistema ecológico em tela, o qual está localizado na zona de fronteira sul do bioma da Mata Atlântica. Portanto, além da diagnose socioambiental é apresentado alternativas de institucionalização e de fomento as demandas de gestão e manejo decorrentes da criação de uma Unidade de Conservação.

PALAVRAS CAHVES

Unidades de Conservação - Diagnose Ambiental - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Gestão Ambiental - Planejamento do Território

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 577
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO

2. PROBLEMÁTICA

3. JUSTIFICATIVA

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

5. REFERENCIAL TEÓRICO

6. MATERIAS E MÉTODOS

7. CRONOGRAMA

8. ANEXO

8.1 ESBOÇO DA ESTRUTURA DO SÚMARIO

8.2 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 578
Proc.: 4046
Rubr.:

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos que se destacada para a área da Gestão Ambiental em escala local, inerente a gestão ambiental em municípios é o debate sobre o ordenamento territorial e ambiental suscitado pela questão da criação e gestão das Unidades de Conservação. A preservação e conservação de áreas naturais através da institucionalização de normas de usos para fins de proteção socioambiental pelo poder público e/ou pela iniciativa privada, destinadas à conservação da biodiversidade e outros fins é um debate que emerge como pauta das agendas ambientais ainda no século XIX. Todavia, no século XXI se apresenta com uma maior complexidade.

Dentro desse contexto, dois paradigmas foram emergentes, o preservacionista e o conservacionista. O presente estudo selecionou o sistema ecológico do Banhado do Estreito em São José do Norte, para debater as questões relacionadas a viabilidade da implantação de uma Unidade de Conservação para essa unidade da paisagem da Restinga Sul-Rio-Grandense, a qual é pouco citada como zona de fronteira sul do bioma da Mata Atlântica. Logo, para permitir um debate acadêmico, técnico e politico sobre a questão da viabilidade da criação de uma UC, uma categoria conceitua básica foi definida, a noção de território.

.Portanto, a presente pesquisa objetiva um estudo para fins de conclusão e operacionalidade prática do curso de Especialização em Gestão Ambiental e Municípios da Universidade Federal do Rio Grande- FURG, com isso espera-se a partir daqui, consolidar um suporte teórico e técnico para o debate público nas esferas da gestão ambiental no município de São José do

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 579
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

Norte e da gestão ambiental na esfera do estado do Rio Grande do Sul. Ao possibilitar a sistematização das características socioambeintais do Banhado do Estreito, visa-se promover uma avaliação das condições de proteção ambiental, questionando sobre o papel do poder público e das comunidades locais em um processo de proteção ambiental mais amplo e efetivo.

1. PROBLEMA DE PESQUISA

Esta proposta de pesquisa visa analisar a viabilidade da criação de uma Unidade de Conservação para a preservação do sistema ecológico do Banhado do Estreito em São José do Norte, Rio Grande do Sul, Brasil. Pois esta questão ao ser posta em tela, utiliza a premissa da importância de preservação da área de estudo, indo ao encontro das demandas da gestão da proteção ambiental no município de São José do Norte e da região litorânea do extremo sul do país.

A região passa por um momento de transformação em sua matriz produtiva, inserido-se na cadeia produtiva da industria naval, ao mesmo tempo, vive uma profunda crise nas atividades da agricultura familiar. As expectativa e cenários especulativos são que o município passe por uma explosão demográfica duplicando sua população em menos de dez anos.

Todavia, a realidade local apresenta um município em condições sócio-política e administrativa diferenciadas. Caracterizado por apresentar conseqüências de um isolamento geográfico e exclusão territorial até a primeira década do século XXI, quando foi conectado a modernidade nacional através da finalização das obras da BR 101, do acesso por parte da população rural a energia elétrica, a serviço de telefonia e neste ano de 2014, acesso a internet banda larga.

Estudos de diagnósticos de agências de extensão rural e estudos acadêmicos apontam que o isolamento geográfico e o abandono político/econômico da região, as baixas taxas de escolaridade, o baixo grau de

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 580
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

profissionalismo entre a agricultura familiar, a cristalização das técnicas de cultivo, manejo de solo e produção, a deficiente organização formal, com baixa aderência ao associativismo e ao cooperativismo, as conseqüentes altas taxas de analfabetismo e baixa escolaridade por comunidade. Foram dimensões atreladas com a ausência de infra estruturas públicas, fato que criou um cenário de território de reclusão e exclusão social, diagnosticado por indicadores de desenvolvimento social comparáveis as áreas mais pobres do norte e nordeste do Brasil.

Ao mesmo tempo, apesar de um cenário social caracterizado por um complexa problemática de exclusão territorial das comunidades rurais, o esgotamento das atividades relacionadas a cultura da cebola e as consequencias socioambientais do avanço da silvicultura de *pinnus,* que se transformou na principal alternativa de trabalho e renda do município e também, vetor de propagação de sementes de *pinnus* por ambientes de dunas e banhados, comprometendo muitos ecossistemas e produzindo um grande passivo ambiental. É fato que a criação de uma Unidade de Conservação pode se constituir numa das principais formas de intervenção da Sociedade e do Estado na questão da preservação ambiental e fomento a transição da matriz produtiva da agricultura familiar, hoje enraizado na monocultura da cebola e na pecuária de baixa tecnologia de manejo. Por possibilitar criar um conjunto de políticas públicas especificas para o caso local. Todavia, esse debate ainda é ausente no debate público na escala local.

A pressão socioambeintal sobre as unidades de paisagem do município de São José do Norte, é uma questão que demanda mapeamentos e mensuração. E, criando oportunidades para a criação e insticuinalização de programas e projetos de políticas públicas, agroecológicas e de restauração de meio ambiente natural. Uma vez que o município possui inúmeras áreas altamente sensíveis por se tratarem de áreas úmidas as quais estão diretamente relacionadas a diferentes formas de uso pela agricultura familiar, pela rizicultura, pela pecuária e pela silvicultura. Fato, que demanda dispositivos concretos de proteção ambiental e de fomento ao alternativas de desenvolvimento socioambiental sustentável. Mas, que disponha de ferramentas de governança e gestão de conflitos socioterritoriais.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 581
Proc.: 4046/2021
Rubr:

Nesse sentido, a presente pesquisa visa apresentar meios de controle e regulação do território que possam reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade e pelas matrizes produtivas territorializadas. Todavia, ciente que os processos de proteção da biodiversidade, tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da desterritorialização de grupos sociais e geração de diversos conflitos diretos e indiretos com atores econômicos. Estas entre outras questões, muitas vezes fazem das Unidades de Conservação meras unidades territoriais institucionalizadas, que na práticas deixam de suscitar uma nova *páxis* e comportamentos de proteção e preservação ambiental.

Logo, diante da conjuntura de forças sociais que atuam no território de São José do Norte, a presente pesquisa pretende chamar a atenção para a importância social e ambiental de ações de conservação e preservação ambiental em escala municipal, cujo foco é a proteção ambiental de forma integrada e colaborativa. Por, terem estas táticas-estratégias maior potência de comoção e mobilização da população, instituições e comunidades para fins de empoderamento social em dispositivos de preservação e conservação ambiental. De modo, a possibilitar avanços em uma melhor governança ambiental em escala local.

A gestão ambiental no município de São José do Norte, seja na área pública, como na área privada, se depara com inúmeras áreas úmidas e capões de matas de restinga que representam o limite sul da eco-região do Bioma da Mata Atlântica, sendo está uma vasta área de tensão ecológica e alta sensibilidade ambiental, havendo justaposição de dinâmicas típicas de cada sistema ecológico, como por exemplo relações entre sistema de praia, dunas, marismas, banhado, mata de restinga e campos de várzea lagunar. O território do município de São José do Norte abriga importantes ambientes naturais vitais para a preservação da biodiversidade do Rio Grande do Sul, do Brasil e do Planeta. Tratam-se de áreas sensíveis, que necessitam de ações urgentes de proteção, adequando as condições de governança territorial aos atuais paradigmas da gestão ambiental no Brasil. Ao mesmo tempo, carece ainda de normatização e de ferramentas específicas de gestão ambiental municipal, como um sistema de informações georeferenciado para fins de controle e

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 582
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

monitoramento ambiental, termos de referenciais especificos para fins dos licenciamentos ambientais em áreas sensíveis, entre outros dispositivos que podem ser aplicados na gestão ambiental de empreendimentos rurais, urbanos e industriais.

Em 2014, a área do Sistema Ecológico do Banhado do Estreito foi parcialmente zoneado na proposta de zona de mineração do licenciamento ambiental do Projeto Retiro da Rio Grande Mineração S/A - RGM. Nessa oportunidade de debate público sobre a questão do cenário ambiental, impactos e usos da natureza em São José do Norte, a presente análise, também ganha caráter de colaborar no debate, problematizando por consequencia da pesquisa, o Relatório de Impacto Ambiental do Empreendimento alguns pontos, onde a questão dos impactos ambientais negativos e positivos da mineração de minerais pesados na Restinga Sul-Rio-Grandense, pode desenhar um outro cenário futuro para a promoção da preservação, revitalização e restauração da borda sul da Mata Atlântica mo Rio Grande do Sul.

As questões relacionadas a preservação e conservação do Banhado do Estreito, no município de São José do Norte foram levantadas na década de 2010, por um conjunto de documentos publicados pelo Ministério do Meio Ambiente e Secretária de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, que apontam áreas de alto interesse de conservação e preservação, por suas importâncias ecológicas para a biodiversidade.

O Sistema Ecológico do Banhado do Estreito é um conjunto de lagoas e áreas alagadas cercadas por campos de dunas e capões de mata de restinga, compondo uma unidade de paisagem típica da borda sul da Eco-região da Mata Atlântica. É um ambiente natural sensível, diferenciado pelo com contato com o Oceano Atlântico, característica ambiental a qual o torna um viveiro biológico, devido as variações de salinidade. Mas, a problemática da proteção, se agravou com os impactos da silvicultura de *pinnus*, da pecuária, do uso da água para a rizicultura e a ocupação para fins de agricultura sem as devidas técnicas agroecológica e agroflorestais necessárias a proteção do ambiente natural. Nem a realização dos devidos estudos e licenciamentos ambientais para uma serie de atividades agropecuárias. De forma que, os impactos e

EM BRANCO

COMUC/IEMA
Fls.: 583
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

passivos ambientais, tem sido arrolados, pelo prevalecer da pressão por uma maior produtividade e aumento da renda da terra. Acompanhado pelo baixo grau de fiscalização ambiental dos órgão competentes, devido a uma serie de problemas e desafios enfrentados por cada órgão e instituição de fiscalização ambiental.

Para poder trabalhar a questão de Gestão Ambiental em tela, o presente Projeto propõe analisar a viabilidade da criação de uma Unidade de Conservação, de modo a avaliar as tipologias de UCs na legislação brasileira, visualizar o contexto da diversidade cultural da área, levantar as demandas socioambientais e a perspectiva de se promover estratégias de fortalecimento das Associações Comunitárias, bem como promover o atendimento a necessidade e sucessivas demandas da implantação de uma nova matriz produtiva agroecológica e agroflorestal comprometidas com a preservação e com a gestão ambiental.

2. JUSTIFICATIVA

Argumento 1 - Necessidade de proteção ambiental de área importante para a biodiversidade do Planeta

A necessidade de proteção ambiental e de ações de preservação/conservação de ambientes naturais sensíveis, emerge com intensidade nas pautas dos gestores municipais e nas agendas de órgãos e agências de gestão ambiental e territorial em todo o Brasil e mundo. Os diagnósticos ambientais de agências multilaterais, das agências governamentais e não governamentais, tem apontado para a tendência de exaurirmos os recursos naturais e para o enfrentamento de sucessivos conflitos por recursos e áreas.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 584
Proc.: 4046/2021
Rubr.:

Argumento 2 - Precisão dos mapeamentos e estudos ambientais da atualidade

Os mapeamentos por satélite e a produção científica das últimas décadas, tem permitido inferir um cenário de significativa perda das coberturas de vegetação nativa. Hoje, temos mapeados o grau que os impactos urbanos, indústrias e as monoculturas geram no território nacional. Os ambientes destruídos e impactados, são das mais diversas origens biogeográficas e a degradação marca os sistemas naturais de todo o país. As conseqüências efetivas dos impactos da ação humana no meio ambiente natural são apontadas em diferentes escalas, da micro a planetária. Com efeitos sobre solos, climas e condições de vida. Para o caso do município de São José do Norte, também há disponibilidade de uma gama considerável de informações sobre o ambiente natural e sua atual condição.

Argumento 3 - Demandas de territorialização de dispositivos de Gestão Ambiental no município de São José do Norte

Para dar conta das necessidades de proteção ambiental, a Sociedade Brasileira construiu sua legislação ambiental, com um conjunto próprio de dispositivos de gestão ambiental e territorial. Entre esses dispositivos, se destaca o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Ao se colocar no chão, ou seja, ao territorializar o uso dos dispositivos de gestão ambiental que constam no SNUC, os municípios territorializam algumas vantagens e formas efetivas de proteção ambiental. A territorialização da Política Nacional de Meio Ambiental ao mesmo tempo que permitem condições de captação de recursos, qualificação de profissionais e atuação colaborativa com o setor ambiental. Define formas de uso e pressiona publicamente a presença efetiva da fiscalização ambiental. Ao fazer uso das UCs os municípios além de ampliar o poder de policia ambiental também, podem acessar um conjunto de ferramentais mediadoras de conflitos e de prevenção indo ao encontro da solução de problemas sócio ambientais. De

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 585
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

forma, a contribuir com mudanças nas matrizes econômicas e melhorando as condições da governança local.

Argumento 4 - Territorialização da agenda ambiental e de alternativas de financiamento de programas de projetos de Gestão Ambiental

A consciência coletiva de necessidades de regulação das ações humanas sobre os ambientes do Planeta, é acompanhada de uma gama de legislações e dispositivos de governança ambiental na esfera dos Estado Nacionais e de uma agenda internacional a qual alimenta um amplo debate e pactos sobre o tema, dispondo de diferentes modelos e conceitos orientadores. Todavia, questões como a preservação e a conservação dos ambientes naturais são temas e bandeiras comuns para fins de proteção ambietal.

Além das condições técnicas, burocráticas, humanas e administrativas necessárias para o gerenciamento e adesão as agendas de meio ambiente pelos municípios. Há também, o desafio do financiamento de ações efetivas que de fato caracterizem a adesão do local as agendas nacionais e internacional de meio ambiente. Nesse sentido, é necessário também, pensar em como se financiar a gestão de uma nova UC em São José do Norte e como está a questão da Gestão da UC já institucionalizada, o Refugio da Vida Silvestre do Molhe Leste - REVIS.

Argumento 5 - As especificidades do caso

No caso de São José do Norte o município apresenta diversas áreas importantes para a preservação e conservação de áreas que tem funções vitais para a biodiversidade da Planeta e salvaguarda do bioma e da eco-região da Mata Atlântica. Ao mesmo tempo, essas áreas são ocupadas por Comunidades Tradicionais que estão em condições de alta vulnerabilidade social e exclusão sócio-territorial, tendo que enfrentar o esgotamento do modo tradicional de produção da cebola e a crise do estoque pesqueiro.

Um outro problema socioambiental são as conseqüências onerosas do passivo ambiental da silvicultura de *pinnus*, a qual tem contribuído para

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 586
Proc.: 4046/2014
Rubr.:

redução e desequilíbrio do nível hídrico de área úmidas e proporcionado a invasão de APPs, campos de dunas e banhados por dispersão aérea de sementes. Colocando a sustentabilidade ecológica do Banhado do Estreito em risco. Uma vez, que não há pesquisas sobre sua capacidade de resiliência.

Até 2014 o município de São José do Norte tem uma Unidade de Conservação, o Refugio da Vida Silvestre do Molhe Leste e também conta com área de amortecimento do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Todavia, a paisagem natural do município é composta por diversas áreas sensíveis de suma importância para a preservação da Mata Atlântica, em especial na tipologia de Mata de Restinga associada a sistemas de banhados e sistemas de dunas.

Argumento 6 - Contribuição ao debate público

O debate no campo do senso comum sobre a criação de Unidades de Conservação ambiental tem sido centralizado pela argumentação a qual uma unidade de conservação traz prejuízos aos proprietários de terras e desvalorização das áreas, pois na maioria das vezes as propostas e planos de manejo não são efetivamente implantadas. Entretanto, diante do contexto local e das especificidades das Comunidades Tradicionais e da estrutura fundiária de São José do Norte. É, possível apresentar a partir do estudo proposto, um Plano de Criação de Unidades de Conservação para fins de valorização das áreas, inclusão das comunidades em sistemas diferenciados de financiamento e fomento a mudança da matriz produtiva, introduzindo uma matriz agroflorestal e estratégias de geração de renda com o turismo sustentável e manejo agroecológico da áreas, de modo a oportunizar inclusive experiências de restauração de ambientes naturais. Logo, dispondo de um plano de qualificação territorial para a sustentabilidade socioambiental.

Ao problematizar a questão do qualificar o território para novas formas de governança ambiental e territorial, a análise de viabilidade de criação de uma UC para o Banhado do Estreito, vai ao encontro de uma necessidade de gestão ambiental urgente do município de São José do Norte por isso, precisa

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 587
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

permear todas as instâncias da sociedade e mobilizar uma rede social específica para tal finalidade de governança territorial.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar a viabilidade da criação de uma unidade de conservação para o Sistema Ecológico do Banhado do Estreito em São José do Norte, RS

4.2 Objetivos Específicos

a) Analisar a necessidade de proteção ambiental e as demandas de restauração do sistema ecológico do Banhado do Estreito;

b) Analisar informação sobre a biogeografia do Banhado do Estreito, caracterizando a dimensão socioambiental da área referente ao sistema ecológico;

c) Elaborar um parecer técnico sobre a viabilidade da criação de uma UC para o Banhado do Estreito;

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A atuação do Estado, como muitas vezes acontece no Brasil, tem promovido a criação das Unidades de Conservação em prol da preservação e conservação da biodiversidade todavia, não tem se consolidado o gerenciamento efetivos desses territórios. Por isso, as UCs no país têm sido caracterizadas por muitos dos que analisam o tema, como ficções jurídicas e parques de papel (MORSELLO, 1999; BRITO, 1998).

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 588
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

Vallejo (2003) nos lembra que existem inúmeros registros históricos envolvendo a delimitação de territórios para fins de preservação ambiental. Cita o caso da criação de reservas de caça e as leis de proteção de áreas surgidas no Irã em torno de 5.000 a.C., na antiga Mesopotâmia, nas regiões da Assíria e Babilônia. O autor coloca que no ocidente a prática de delimitar um território para fins de preservação ambiental é bem mais recente, nos remetendo à Idade Média, na época que as classes dominantes da antiga Roma e da Europa Medieval, precisaram destinar áreas para seu uso exclusivo, e reis separavam áreas para proteção de determinadas espécies a seus interesses pessoais e econômicos.

Ao revisar a genealogia da proteção ambiental, Vallejo (2003) encontrou menção de áreas protegidas no século IX, na Inglaterra já na época da ocupação Saxônica, em 1066. Também, cita a ocorrência na Suíça, em 1569, de uma reserva para proteger o antílope europeu e no séc. XVIII, na França houve a criação dos Parques Reais, que chegaram a ser abertos ao público. E, como uma concepção mais próxima da que temos de Parques Ambientais, na Inglaterra do séc. XIX, foram criadas as "Forest", reservas que ocuparam parte significativa do território inglês e eram destinadas à caça. Todavia, Vallejo (2003) nos chama a atenção de que a proteção da maioria dessas áreas relacionava-se com os interesses da realeza e da aristocracia rural. Pois, o objetivo era basicamente a manutenção dos recursos de fauna e flora visando o exercício da caça ou, então, a proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro de recursos específicos, como madeiras e especiarias.

Com o avanço da industrialização e os conseqüentes impactos tanto da industria extrativista como da agricultura mecanizada, com o crescimento das cidades e do consumo, se consolidou uma tendência de exaurir os recursos naturais. Logo, os interesses de proteção ambiental ganharam relevância social mais ampla. Se tornando pauta de uma debate mundial.

Nesse caminho da construção das ações e políticas de proteção ambiental, o paradigma da conservação postulando a delimitação territorial para fins de preservação ambiental tem sua gênese contemporânea em 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América, com uma perspectiva preservacionista, afirmada após a realização de

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 589
Proc.: 4046/2011
Rubr:

vários estudos. A experiência estadunidense de Yellowstone, se tornou um modelo de referencia para a agenda e para as experiências de preservação e delimitação de usos territoriais que se sucederam, como no Canadá (1885), na Nova Zelândia (1894), na Austrália (1898) e na África do Sul (1898), quando foram tomadas medidas de preservação diante dos severos danos ao meio ambiente causados por empresas européias e grande levas de migrantes europeus (QUINTÃO, 1993).

O debate internacional suscitado diante dos impactos ambientais crescentes, impelidos pelo avanço da industrialização e da mecanização da agricultura moderna, passou a estabelecer conceitos e diretrizes mais gerais a nível mundial, criando uma agenda comum para o tema. Por conseqüência, diversos encontros em escala mundial e continental ocorreram, destacam-se aqui: A Convenção para Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural em Londres no ano de 1933; A Convenção Panamericana de Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem do Hemisfério Oeste em Washington no ano de 1940; O Congresso organizado pelo governo Francês e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1948, com a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), denominada anos mais tarde de União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), aglutinando agências governamentais e não-governamentais, de modo que passou a coordenar ações de cooperação internacional no campo da conservação do meio ambiente.

Nesse processo também se destacam as Assembléias Anuais da UICN, realizadas a partir de 1960 e o 1°, 2°, 3° e 4° Congresso Internacional de Parques Nacionais, respectivamente em Seattle, 1962, Yellowstone, 1972, Bali, 1982 e Caracas, 1992. Por sua vez, o Brasil começa a se posicionar nesta agenda internacional emergente, na Conferência de Estocolmo, em 1972, quando a delegação brasileira defendeu a tese de que a proteção ao meio ambiente era um objetivo secundário para os países em via de desenvolvimento, pois entrava em conflito com o crescimento econômico necessário. Essa tese foi derrotada, e o país acaba por criar a Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1973, obedece a uma "necessidade diplomática de corrigir a imagem negativa criada na comunidade internacional.

EM BRANCO

COMOC/UFLG
Fls.: 590
Proc.: 9046/2011
Rubr.:

De forma, a aderir a agenda internacional de preservação e conservação do meio ambiente.

A ebulição do debate internacional sobre a questão ambiental, gerou diferentes formas de abordar a questão e de interferir na realidade. Nesse sentido, a perspectiva conservacionista se diferencia da preservacionista, na medida em que envolveu abrir o debate para a possibilidade de manejo das espécies e do ambiente em geral, ao passo que a perspectiva conservacionista se consolidou como uma visão mais protecionista. Esse debate, problematizou as estratégias e os resultados das ações ambientais. O debate levou em consideração casos de manejo reprodutivo de espécies ameaçadas de extinção em que a recuperação das densidades demográficas das populações passou a ser pensado de forma a salvá-las da extinção, pois um mero isolamento pode resultar na extinção, mesmo em um território preservado.

A construção deste debate em escala nacional, gerou a elaboração e aprovação da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no qual está definido os critérios e as normas para a implantação e a gestão das Unidades de Conservação do Brasil. Portando, os objetivos do SNUC, foram explicitados no art. 4° da Lei 9.985, indo ao encontro das disposições construídas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Ao observar a agenda do debate ambiental e sobre as unidades de conservação ambiental no Brasil. O macro conceitual da presente pesquisa, foi alicerçado no conceito de território, tradicionalmente utilizado pelas Ciências Naturais e pela Geografia. No caso do debate das UCs, houve uma ênfase do uso da noção de território com bases nos usos feitos na Ecologia, em estudo das espécies e das populações naturais de fauna e flora. Para analisar a viabilidade da criação de uma UC para o sistema ecológico do Banhado do Estreito, será feito um diálogo com a noção de território referencia para as Ciências Sociais, para as Ciências Políticas, a Antropologia, considerando as contribuições da Geografia.

Nesse sentido, uma forma mais geral, podemos colocar que nos campos das Ciências Políticas, território remete a uma formação do Estado e relações de poder sobre o espaço, enquanto que na Antropologia, o território é uma

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 591
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

ferramenta abstrata muito utilizada para se referir as áreas de usos e vivências das sociedades tradicionais, de maneira a facilitar as evidências dos vínculos vitais e psicológicos com determinados espaços. Na Geografia o uso mais comum da noção de território se remete as formas de integração entre o espaço físico e os processos sociais, sendo o território uma categoria metodológica básica desta ciência, ao mesmo tempo que inclui idéias de conflito e de poder (CASTRO, 1995).

Para esta pesquisa, a abordagem teórica do estudo das Unidades de Conservação tem no conceito de território a possibilidades de discussão e foco do olhar analítico, por capturar tanto a complexidades das relações naturais como das relações humanas de poder envolvidas com os espaço em tela. Por isso, os recentes debates sobre a problemática das Unidades de Conservação demandam uma aproximação entre as múltiplas abordagens do território. Fato que nos faz levar em consideração a abordagem biológica e as abordagens sociais.

A abordagem biológica se calca em estudos sobre as necessidades básicas de sobrevivência das espécies, levando em consideração a complexa teia de relações entre espécies, comunidades e populações com o meio ambiente em que vivem. Nesta abordagem, há hegemonia de uma visão sistêmica construída na segunda metade do século XX, com características ideológicas nitidamente funcionalista e operacionais do ponto de vista de possibilitar abstrair modelos de comportamentos de espécies e interações bióticas e não bióticas.

A noção de território para além de uma biogeografia (distribuição no espaço), permiti as diagnoses ambientais complexas, o que inclui a dimensão do espaço físico ocupado por um organismo, seu papel funcional na comunidade ecológica, como sua posição na cadeia trófica, sua posição e sensibilidade aos gradientes ambientais de temperatura, umidade, pH, solo e outras condições de existência em um "sistema ecológico".

Autores como *Odum (1972) e* Tricart (1977) se tornaram referencia clássicas para a definição de uma idéia de "sistema" como um conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia. Essa é uma das noções mais simples e mais genéricas de sistema ecológico. Pois,

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 592
Proc.: 4046/2011
Assinatura

permite o entendimento de que existem fluxos de energia, cuja fonte primária é a energia solar, de forma a abstrair a dinâmica inter e intra espécies que originam relações de dependência mútua entre os fenômenos em cada ambiente, interações que muitas vezes podem ser abstraídas pela Teoria da Termodinâmica, a qual se tornou o pano de fundo da Teoria dos Sistemas. Logo, pode-se inferir que cada sistema apresenta propriedades que lhe são inerentes e diferem da soma das propriedades dos seus componentes.

Nesta abordagem biológica a noção de território e territorialidade são utilizadas para descrever as dinâmicas dos nicho ecológicos, explicando os padrões de comportamentos que resultam em competição intra e entre espécies por determinados espaço, permitindo esquematizar a dinâmica vital, a qual exerce um controle efetivo sobre o tamanho da população e sua sobrevivência. Nesse sentido, a territorialidade é compreendida como processo auto-regulador, orientado por .mecanismo de controle natural, mediante o qual muitas espécies de animais evitam a pressão populacional e ambiental em um determinado sistema.

Podemos entender, que a territorialidade pode determinar a persistência de muitas de espécies ou suas eliminações de uma certa área. A territorialidade afeta diretamente a organização da comunidade ecológica para além da mera quantidade de indivíduos ou de sua biomassa. Logo, uma serie de outros conceitos passam a ser associados, como capacidade de suporte do sistema, resiliência, espaço vital, etc. Conceitos que atualmente fazem parte do bojo de ferramentas da Ecologia, da Biologia e das ciências da natureza.

Como referencia para este estudo, o qual está situado no campo da Gestão Ambiental, a abordagem básica sobre o conceito de território buscou se restringir e fundamentar dentro da perspectiva da Geografia, pois esta tem dialogado com as demais Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Considerando aqui as contribuições da Filosofia do Espaço, como as de Henri Lefèbvre que ao estudar a reprodução da sociedade capitalista, exemplificou como acontece a transformação de um mero espaço em território, citando o caso do território nacional, pois este pode ser definido como um espaço físico, balizado, modificado e em transformação pelas redes, circuitos e meio de fluxos como estradas, rodovias, ferrovias, rotas aéreas, canais de

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 593
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

navegação, circuitos bancários e comerciais, etc. Nessa perspectiva portanto, o território é um espaço onde se projeta a ação humana, por conseqüência projeta-se o trabalho, mobilizando sobre o espaço energia e informação. Por isso, ao mesmo tempo, é possível estabelecer ações e relações imanentes, caracterizadas como formas de poder no e sobre o espaço, ou seja,.a noção de território pode representar abstratamente as formas concretas de apropriação e uso do espaço.

Na abordagem social as noções derivadas do conceito de território, como a territorialidade são atribuída a grupos humanos complexos, como um povo, uma nação, uma sociedade, etc. que convertem o espaço em um integrante fundamental da existência e da racionalidade do viver e de projetos comuns; que necessitam recursos básicos no âmbito da vida, da paisagem, da memória e em todas a dimensões do viver (CASTRO, 1995).

Diante da perspectiva biológica e da perspectiva social de território, a dimensão biológica e a social dialogam aqui, com o conceito de território, conceito chave adotado para embasar a análise proposta. A questão territorial da proteção do meio ambiente no Brasil e a gestão do uso dos território e recursos naturais em Unidades de Conservação, segundo a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), ainda é controvertida, pois a presença de Comunidades Tradicionais dentro das Unidades de Conservação só está prevista no interior das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável, em formas jurídicas normativas como as Áreas de Preservação Ambientais - APAs. Nas demais categorias, especialmente as de uso mais restritivo como Parques, Reservas e Estações Ecológicas, não é admitida a presença de Comunidades humanas. Todavia, empreendimentos de mineração são permitidos se estes constarem nos Planos de Manejos das UCs.

Portanto, se estabeleceu uma problemática, que muitas vezes ganha repercussões sociais e políticas diferentes, tanto junto a opinião pública imbuída do senso comum, tanto junto a atores os quais tem o poder sobre o espaço a ser protegido ambientalmente, como junto aos atores que tem poder político para instituir novas UCs.

A questão da institucionalização de uma nova UCs para o município de

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 594
Proc.: 9046/2011
Rubr.:

São José do Norte, é aqui abordada a partir do referencia teórico selecionado, como algo a ser tecido entre comunidades, prefeitura municipal, governo do estado, união, Sociedade Civil, órgãos ambientais, agentes econômicos atuantes no território, agentes reguladores, Conselhos de Meio Ambiente e demais atores que podem ser mobilizados e articulados para fins de consenso e institucionalização da uma UC para o sistema ecológico em tela, respeitando cada agente a seu tempo e dentro de sua escala de atuação. Sem aprofundar a discussão sobre a filosofia de atuação dessa rede, mas a reconhecendo, de modo a evidenciar sua contribuição para o debate do tema possibilitando a participação dos vários atores e setores interessados direta e indiretamente na questão.

Portanto, para contribuir com a questão específica do sistema do Banhado do Estreito em São José do Norte, a abordagem teórica do tema aqui feita, remete às considerações feitas por Haesbaert (2002), em que o território e a rede de relações sociais formam um binômio no qual a rede pode se constituir em um elemento fortalecedor ou (des)estruturador das territorialidades. Com esta abordagem, o pesquisar e o escrever sobre o objeto-tema em tela é também um devir e uma tática-estratégia político - discursiva para mobilizar fluxos de poder, imanentes as relações sociais suscitadas pelo debater o tema nas esfera do debate público.

6. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa visa fazer um estudo de caso, operando uma análise de conjuntura e uma análise de multiperspectivas. A análise de conjuntura busca uma visão da questão ambiental a partir do conceito de território, utilizando categorias que caracterizem a ocupação e o uso do território. Para tanto, terá por fontes primárias os. dados do IBEGE, INCRA, SIDRA, FEE entre outras instituições de produção de estáticas públicas. que permitam criar um cenário de relações socioambientais típicas do território em

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 595
Ass.:

DESP. ENC. ABERT. 02001.000243/2014-77 COMOC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2014

Ao Arquivo Setorial da SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento do volume III e abertura de volume IV do processo nº 02001004046/2011-84. Após o encerramento e abertura do volume tramite o processo para a Coordenação de Mineração e Obras Civis.

Atenciosamente,

Auristela Ramos do Carmo
AURISTELA RAMOS DO CARMO
Analista Ambiental da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 526
Ass.:

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2014, procedemos ao encerramento deste volume nº III do processo de nº 02001.004046/2011-84, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº IV. Assim sendo subscrevo e assino.

Maycon Martins

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO